

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

FELIPE CAMARGO GAIOTTO

**MOEDA, PODER E RIVALIDADE INTERESTATAL:
O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS**

**Porto Alegre
2017**

FELIPE CAMARGO GAIOTTO

**MOEDA, PODER E RIVALIDADE INTERESTATAL:
O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Gaiotto, Felipe Camargo
Moeda, poder e rivalidade interestatal : o Novo
Banco de Desenvolvimento dos BRICS / Felipe Camargo
Gaiotto. -- 2017.
192 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Estados Unidos. 2. BRICS. 3. Dólar. 4. Poder
monetário. 5. Novo Banco de Desenvolvimento. I.
Milan, Marcelo, orient. II. Título.

FELIPE CAMARGO GAIOTTO

**MOEDA, PODER E RIVALIDADE INTERESTATAL:
O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Aprovada em: Porto Alegre, 4 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho
UFSC

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) pela oportunidade de cursar um doutorado e desenvolver esta tese. Especialmente, meus agradecimentos aos secretários Alanna e Rached e aos Professores do curso, André Cunha, Faria, Visentini, Ana Lúcia. Esses quatro anos fizeram um economista ver o mundo um pouco mais nítido. E agradeço à Capes pela disponibilidade de uma bolsa de estudos.

Dedico um agradecimento especial para meu orientador, o Professor Marcelo Milan, pela dedicação e paciência nos momentos de conselhos para a elaboração desta tese.

Também agradeço aos membros da banca de defesa desta tese Professor Eduardo Ernesto Filippi, Professor Andrés Ernesto Ferrari Haines pela leitura e pelas contribuições. E agradeço, em especial, o Professor Jaime Cesar Coelho pela contribuição na minha formação acadêmica e pela amizade de longa data.

Também agradeço às novas amizades que o curso me proporcionou, como Athoz, Guilherme, Anselmo, Fernando e às antigas que reencontrei em Porto Alegre, Marília e Jefferson, com as quais pude ampliar meus conhecimentos em Relações Internacionais.

E quero agradecer a imensa paciência e dedicação da minha companheira Camila e dos meus pais. Esta tese é dedicada a eles.

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de
confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada
deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht (1858-1956)

RESUMO

A crise financeira de 2007-2008 proporcionou perdas de legitimidade política e econômica aos EUA no sistema interestatal. Até então, o modelo de organização socioeconômica estadunidense era hegemônico na economia-mundo capitalista. Mas, mais do que um modelo de capitalismo, as desregulações financeiras e a defesa excessiva da austeridade orçamentária para os demais Estados foram adotadas pelos EUA com o objetivo de assegurar a emissão exclusiva da moeda internacional dos sistemas financeiro e monetário internacional. A possível substituição do dólar como fundamento do padrão monetário desses sistemas diminuiria a autonomia relativa dos EUA. Assim, eles mantiveram as vantagens políticas e econômicas propiciadas pelo poder monetário e pelo estadismo monetário e asseguraram a manutenção da configuração hierárquica favorável desse sistema interestatal. Por outro lado, essa crise estimulou a formação de novas alianças geopolíticas e novas relações de cooperação entre Estados localizados na semiperiferia e na periferia da economia-mundo. Esses Estados propõem, em maior ou menor grau, outros modelos de desenvolvimento e procuram mudar a configuração hierárquica interestatal, com uma aposta no multilateralismo. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) criado pelos BRICS é uma das alternativas que surgiram como possibilidades de reordenamento hierárquico nesse sistema, começando o elo conflito em torno da moeda e das finanças. Desse modo, o objetivo geral desta tese doutoral é avaliar qual a viabilidade de possíveis mudanças nas relações de poder monetário e de estadismo monetário no sistema interestatal capitalista a partir do NBD dos BRICS. Para tanto, analisa-se de que maneira, em geral, a relação entre moeda e poder influencia na hierarquia de Estados e moedas no sistema interestatal da economia-mundo capitalista. Da mesma forma, examina-se especificamente o processo de construção do poder monetário e do estadismo monetário dos Estados Unidos a partir da construção do regime Dólar-Wall Street e de que forma essa estratégia contribuiu, de forma não intencional, para enfraquecer a própria hegemonia estadunidense no pós-crise. E, por fim, avalia-se a capacidade da influência do NBD para a reforma monetária e financeira internacional no sentido de maior multilateralismo. Nesse processo, o NBD representa uma alternativa de acesso a financiamento para a acumulação autônoma de capital e de defesa contra a manipulação monetária e financeira por parte dos Estados do núcleo orgânico

desse sistema, em particular os EUA. Da mesma forma, o NBD reforça as demandas para reformar o sistema financeiro e monetário internacional, o que pode alterar a capacidade de exercício do poder monetário estadunidense e suas conseqüentes vantagens políticas e econômicas. Assim, haveria uma mudança qualitativa na hierarquia desse núcleo orgânico. A possível substituição, ou perda de importância, do dólar diminuiria a autonomia relativa dos EUA e contribuiria para mudanças na configuração hegemônica da economia-mundo capitalista.

Palavras-chave: Estados Unidos. BRICS. Dólar. Poder monetário. Novo Banco de Desenvolvimento.

ABSTRACT

The financial crisis of 2007-2008 has resulted in loss of political and economic legitimacy to the United States in the inter-state system. Until then, the model of US socioeconomic organization was hegemonic in the capitalist world-economy. Yet, more than a model of capitalism, financial deregulation and excessive apologizing of budgetary austerity for other states were adopted by the United States to ensure the exclusive issuance of the international currency in the international financial and monetary systems. The possible substitution of the dollar as the basis for the monetary standard of these systems would diminish the relative autonomy of the United States. Thus, they keep the political and economic advantages granted by monetary power and monetary statecraft, and ensured the maintenance of the favorable hierarchical configuration of that interstate system. On the other hand, this crisis stimulated the formation of new geopolitical alliances and new relations of cooperation between states located in the semiperiphery and in the periphery of the world-economy. These states propose, to a greater or lesser extent, other models of development, and seek to change the inter-state hierarchical configuration, with a focus on multilateralism. The New Development Bank (NDB) created by the BRICS is one of the alternatives that emerged as a possibility of hierarchical rearrangement in this system, starting with the monetary and financial conflicts. Thus, the general objective of this Ph.D. dissertation is to evaluate the viability of possible changes in the relations of monetary power and monetary statecraft in the capitalist interstate system by the creation of the BRICS' NDB. In order to do so, it is analyzed how, in general, the relation between money and power influences the hierarchy of states and currencies in the interstate system of the capitalist world-economy. Likewise, the process of constructing monetary power and monetary statecraft in the United States starting with the construction of the Dollar-Wall Street regime, and in which way this strategy has unintentionally contributed to weaken the hegemony itself in the post-crisis period, is equally dealt with. And last, but not least, the capacity of the NDB's influence on the international monetary and financial reform towards greater multilateralism is evaluated. In this process, the NDB represents an alternative to access financing for the autonomous accumulation of capital and defense against monetary and financial manipulation by the States of the organic core of this interstate system, in particular the US. Along the same lines, the NDB reinforces the

demands to reform the international financial and monetary systems, which may alter the capacity of the US to exert monetary power and receive its consequent political and economic advantages. Thus, there would be a qualitative change in the hierarchy of this organic core. The possible substitution or loss of importance of the dollar would diminish the relative autonomy of the US and contribute to changes in the hegemonic configuration of the capitalist world-economy.

Keywords: United States. BRICS. Dollar. Monetary power. New Development Bank.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PODER E MOEDA NO CAPITALISMO HISTÓRICO	18
2.1	O ESTADO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	20
2.1.1	(Neo)Realismo e o Conflito Intrínseco na Política Internacional... 27	
2.1.2	A Política, a Economia e o Estado	311
2.2	A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO HIERÁRQUICA NO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA	43
2.2.1	O Sistema Interestatal Capitalista.....	511
2.3	PODER E MOEDA NA CONSTRUÇÃO DE REALIDADES NO CAPITALISMO HISTÓRICO.....	55
2.3.1	O Estadismo Monetário e o Poder Monetário no Sistema Interestatal Capitalista Pós-Anos 1970.....	655
2.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	78
3	O DÓLAR NA CONSTRUÇÃO DO PODER DOS EUA NO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA.....	80
3.1	O DÓLAR SE CONSOLIDA COMO MOEDA INTERNACIONAL (1945-1970)	81
3.2	O PODER MONETÁRIO E O ESTADISMO MONETÁRIO DOS EUA: CRISE E RETOMADA (1960-1990)	87
3.2.1	Sistema Monetário e Financeiro da Economia-Mundo Capitalista após anos 1970	944
3.2.2	O Dólar: Crise e Retomada	100
3.3	AS CONTRADIÇÕES DO PODER MONETÁRIO E DO ESTADISMO MONETÁRIO DOS EUA.....	1133
3.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	122
4	O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA.....	124
4.1	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO.....	126
4.1.1	O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).....	130
4.1.2	O Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS (ACR).....	135
4.2	NBD E A GEOPOLÍTICA DOS BRICS	13939

4.3	OS BRICS E A NOVA ORDEM MUNDIAL?	150
4.4	O DÓLAR, O RMB E OS BRICS	1600
4.5	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	1666
5	CONCLUSÃO.....	1677
	REFERÊNCIAS.....	1733

1 INTRODUÇÃO

O Banco Mundial publicou, em 2002, um relatório sobre as causas da crise econômica e da pobreza na economia-mundo capitalista, de então. O relatório *Structural Adjustment Participatory Review International Network* (2002) foi enfático ao afirmar que as políticas de ajuste adotadas por Estados localizados na semiperiferia e na periferia desse sistema não surtiram os efeitos positivos pré-determinados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Muito pelo contrário, a liberalização comercial e financeira, as reformas no mercado de trabalho, as privatizações e as reformas agrícolas contribuíram para maior empobrecimento e marginalização das populações locais dos Estados orientados a adotarem essas reformas econômicas e políticas. Houve, portanto, significativo aumento da desigualdade econômica não só entre as classes locais, mas também entre os Estados na hierarquia do sistema interestatal.

De modo geral, o relatório SAPRIN (2002) demonstra que houve redução significativa dos setores manufaturados e do aumento de desemprego devido às reformas comerciais e financeiras nessas regiões. As reformas no setor agrícola e mineral, da mesma forma, diminuíram os rendimentos, bem como a segurança alimentar das pequenas comunidades mais pobres. O desemprego elevado contribuiu para empregos menos seguros, salários mais baixos, menos benefícios e direitos trabalhistas e o poder de barganha da classe trabalhadora arrefeceu. O Estado, como proposto, reduziu seu papel no fornecimento ou na garantia de acesso a serviços de qualidade essenciais para essas populações localizadas na semiperiferia e periferia da economia-mundo capitalista. Portanto, deve-se destacar desse relatório a evidência do aumento da pobreza nessas regiões causada pela incorporação dos programas de privatizações, de cortes no orçamento e de outras medidas de ajuste como modelo de organização econômica.

Nesse mesmo processo de conselhos e de reformas, o FMI se tornou o grande avaliador para manter a estabilidade macroeconômica desses Estados. Não há qualquer tipo de financiamento a eles, se não seguirem à risca as condicionalidades pré-estabelecidas pelo órgão internacional. Muitas dessas

estão relacionadas à manutenção da estabilidade dos preços conforme a visão de mundo neoliberal, com sua abordagem monetarista, que predominou no FMI e no Banco Mundial a partir dos anos 1980. Para tanto, segundo Chang (2010), os bancos centrais desses Estados devem aplicar uma disciplina monetária para estabilizar os preços¹ de uma só vez e seus governos devem seguir determinada prudência com seus gastos. Por outro lado, essa mesma prudência não é a mesma quando Estados do centro da economia-mundo têm necessidade de gerar renda, emprego ou se recuperar de uma crise financeira. Esses não encontram problemas quando é necessário expandirem suas políticas monetárias. Dessa forma, segundo o autor, a política macroeconômica, em escala global, é keynesiana para os Estados ricos e monetarista para os outros Estados. Os “maus samaritanos²” impõem políticas macroeconômicas a esses Estados e prejudicam seriamente a capacidades deles de investirem, de crescerem e de gerarem renda no longo prazo.

A crise financeira de 2007-2008 possibilitou a oportunidade rara da sublevação dos “de baixo”. Celso Amorim (2013), em seus tempos de embaixador na Organização das Nações Unidas (ONU), relatou que muitas das tomadas de decisões neste órgão eram feitas pelos EUA e pela Grã-Bretanha sob o nome da “comunidade internacional”. Segundo o ex-ministro brasileiro das Relações Exteriores, hoje os tempos são outros nessa “comunidade”, mas ainda é avessa a mudanças profundas em suas organizações internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, se adaptarem a essa nova realidade da economia-mundo capitalista. A crise financeira acelerou duas tendências presentes neste sistema, segundo Kirshner (2014):

- a) a relativa erosão da influência política dos EUA e
- b) a ascensão da influência política de outros Estados, principalmente o prestígio proveniente da China.

1 Há inflações e inflações, segundo Chang (2010), pois em uma economia dinâmica a inflação é inevitável. Essa se torna um problema quando os preços aumentam muito rapidamente em um curto período de tempo; ver capítulo 7.

2 Os “maus samaritanos”, para Chang (2010), são os países ricos que aconselham políticas neoliberais por meio do livre comércio e do livre fluxo financeiro para os países pobres no intuito de conquistar o mercado consumidor destes e também evitarem que estes se transformem em possíveis concorrentes no futuro.

Dessa forma, essas tendências proporcionaram o que esse autor denominou de “uma nova heterogeneidade de pensamento” sobre política econômica em detrimento ao modelo de organização estadunidense prevalente desde os anos 1980.

Novas visões de mundo e suas consequências para o desenvolvimento dos Estados vieram, sobretudo, da China e tem atraído outros Estados para sua área de influência. Kirshner (2014) argumenta que esta crise fez com que os chineses perdessem a esperança no atual modelo de crescimento econômico estadunidense. Por conseguinte, os chineses mudaram sua política econômica no intuito de diversificar seus ativos em detrimento dos títulos do Tesouro dos EUA. Ademais, a ascensão de um novo polo de poder econômico proporcionou mudanças na formação de alianças e cooperações no sistema interestatal em prol das estratégias geopolíticas chinesas. O G2 (EUA e China) se enfraquece e abre espaço para a formação do G20, e mais adiante, como consequência, o fortalecimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Nesse processo, os BRICS³ construíram alternativas de governança financeira internacional, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e um Arranjo Contingente de Reservas (ACR), que contestam a unilateralidade da Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) na gestão das relações monetárias e financeiras internacionais.

Isto posto, o NBD representa mudanças efetivas, em maior ou menor grau, no *estatismo monetário* e no *poder monetário* dos Estados do núcleo orgânico e hierárquico do sistema interestatal capitalista, em particular dos EUA, tanto a partir de novas possibilidades de desenvolvimento da semiperiferia como a partir da diminuição das vantagens políticas e econômicas dos EUA nesse sistema?

Nesta tese, trabalha-se com a hipótese de que o NBD representa uma possibilidade efetiva de reordenamento hierárquico no sistema interestatal capitalista. Nesse processo, o NBD proporciona alternativas de acesso a financiamento para a acumulação autônoma de capital e de defesa contra a

3 Os BRICS se insere nos mecanismos inter-regionais como o Foro IBAS, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), a Cúpula América do Sul-países Árabes (ASPA), o Foro de Cooperação Ásia Oriental-América Latina (Focalal), a Cúpula América do Sul-África (ASA), o G-8, as Cúpulas China-África e Índia-África e a Conferência de Tóquio sobre o desenvolvimento da África (Ticad) (AMORIM, 2010).

manipulação monetária e financeira por parte dos Estados do núcleo orgânico desse sistema, em particular os EUA. Da mesma forma, o NBD reforça as demandas para reformar o sistema financeiro e monetário internacional, o que pode alterar a capacidade de exercício do poder monetário estadunidense e suas conseqüentes vantagens políticas e econômicas. Assim, haveria uma mudança qualitativa na hierarquia desse núcleo orgânico. A possível substituição, ou perda de importância, do dólar diminuiria a autonomia relativa dos EUA e contribuiria para mudanças na configuração hegemônica da economia-mundo capitalista.

Assim sendo, há três justificativas principais para esta tese. A primeira, acadêmica, é a necessidade de se aprofundar o tema da relação entre poder e moeda e as conseqüências dessa associação na definição hierárquica no sistema interestatal capitalista, principalmente para EUA. As transformações do sistema monetário e financeiro internacional dos anos 1970 proporcionaram um novo instrumento de poder proveniente do dólar para os estadunidenses. A maioria dos trabalhos acadêmicos em Economia Política Internacional (EPI) no Brasil não analisam a relação entre moeda e poder sob suas duas formas de uso. Assim, também é preciso considerar o poder monetário (*monetary power*) estadunidense assegurado com o início do chamado regime do Dólar-Wall Street (GOWAN, 2003). Desse modo, especificamente, os EUA usufruem de vantagens políticas e vantagens econômicas de uma moeda internacional que não estão somente interligadas ao seu estadismo monetário (*monetary statecraft*) (ANDREWS, 2006). Nesse sentido, utiliza-se o conceito de poder monetário de Cohen (2009) para aprofundar a análise sobre a relação entre dólar e poder no sistema interestatal capitalista. É, portanto, preciso avançar sobre a produção em Economia Política Internacional no Brasil e analisar o NBD sob essas duas perspectivas (de poder monetário e estadismo monetário).

O segundo argumento para justificar a tese, também acadêmico, mas com relevância para a política externa, é contribuir para a compreensão das dificuldades de se implementarem as reformas monetárias e financeiras internacionais sugeridas após a crise financeira mundial de 2007-2008. Apesar de promessas por parte da Tríade, a reforma do FMI e do Banco Mundial, com maior participação de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e as

negociações para uma regulação do sistema financeiro internacional, no âmbito do G-20 financeiro, não avançaram na prática. De fato, a morosidade para pôr em prática essas reformas é uma das justificativas para a construção do NBD e do ACR dos BRICS. Esta compreensão pode auxiliar no desenvolvimento de ações internacionais que permitam superar a letargia e acelerar as reformas no sistema financeiro e monetário internacional.

Por fim, a terceira justificativa centra-se nas possíveis consequências políticas e econômicas para o sistema interestatal capitalista a partir da construção de alternativas monetárias e financeiras por meio do NBD. Esta instituição pode ser uma alavanca para a semiperiferia começar a construir e gerir seu próprio sistema de financiamento e de defesa contra instabilidades financeiras sem a necessidade de interferências políticas e econômicas dos Estados centrais e de organizações multilaterais, como Banco Mundial e o FMI. Isto tem consequências importantes para o processo de desenvolvimento sócio-econômico para sesses Estados. O NBD e o ACR dos BRICS não estão sob a supervisão dessas organizações. Especificamente, para o Brasil, o NBD é uma alternativa de financiamento para melhorar e suprir a infraestrutura e estimular novos projetos de desenvolvimento nacional sustentável. Por outro lado, o ACR pode contribuir para solucionar eventuais problemas de curto-prazo no balanço de pagamento desses Estados sem a necessidade de empréstimos condicionados de organizações internacionais, como ocorreu nos anos 1980 e 1990.

Desse modo, o objetivo geral desta tese é avaliar qual a viabilidade de possíveis mudanças nas relações de *poder monetário* e de *estadismo monetário* no sistema interestatal capitalista a partir do Acordo constitutivo do NBD construído pelos BRICS. Dentre os objetivos específicos dela, o primeiro é analisar de que maneira a relação entre moeda e poder influencia na hierarquia de Estados e moedas no sistema interestatal capitalista. O segundo objetivo específico é examinar o processo de construção e de consolidação do poder monetário e do estadismo monetário dos Estados Unidos a partir da construção do Regime do Dólar-Wall Street. E, por fim, o terceiro objetivo específico é avaliar a capacidade da resposta do NBD aos problemas descritos acima, para contribuir com a reforma monetária e financeira internacional e

para mudarem a hierarquia do núcleo orgânico do sistema interestatal da economia-mundo capitalista.

O método empregado nesta tese é predominantemente qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica teórica e histórica. Da mesma forma, foram feitas pesquisas documentais para averiguar quais são as decisões políticas definidas pelos BRICS com o objetivo de se desvencilharem dos constrangimentos econômicos proporcionados pelo sistema financeiro e monetário internacional contemporâneo, principalmente, da política monetária dos EUA e da política de gestão financeira do FMI e do Banco Mundial. Foram analisados os documentos disponibilizados pelos BRICS como “Memorandos e Acordos de Entendimento” e “Declarações, Planos de Ação e Comunicados” dos BRICS com o intuito de analisar os interesses deles por mudanças no sistema financeiro e monetário internacional.

A linha investigativa tem como referencial teórico básico, para alcançar o objetivo geral, a análise do sistema-mundo proposta por Wallerstein (2000; 1990) para compreender os constrangimentos sistêmicos proporcionados pela lógica do capital e da contribuição de Fiori (1998; 2014) para explicar as relações de rivalidade e de alianças no sistema interestatal capitalista. Em contraste à abordagem de Arrighi dos ciclos sistêmicos de acumulação e da Teoria da Estabilidade Hegemônica de Kindleberger-Gilpin⁴ de que um único Estado estabiliza o sistema interestatal, Fiori explica a formação de um núcleo orgânico e hierárquico constituído por poucos Estados responsáveis pela governança global, sobretudo a governança monetária e financeira. Dessa forma, esse autor contribui para explicar como a moeda e a gestão monetária influenciam na definição da hierarquia e no desenvolvimento dos Estados nesse sistema.

Todavia, devido à peculiaridade do dólar a partir de 1970, é preciso aprofundar a discussão sobre a relação entre moeda e poder no sistema interestatal. Para tanto, utilizam-se os conceitos mais precisos de poder monetário e de estadismo monetário formulados por Andrews (2006) e a contribuição das análises de Kirshner (1995), Cohen (2009) e Helleiner (2008)

4 A Teoria da Estabilidade Hegemônica de Gilpin é uma superação (neo)realista da abordagem liberal de Kindleberger.

para alcançar os objetivos específicos de compreender de que forma os EUA obtêm vantagens políticas e econômicas por meio da emissão da moeda internacional e de averiguar as possibilidades de mudanças na hierarquia interestatal proporcionadas pelo NBD.

A tese está organizada em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo consiste na análise sobre as pretensões dos EUA serem o único Estado a criar sua própria realidade no sistema interestatal. Para tanto, argumenta-se que a realidade que um Estado produz é fator da lógica do capital e da lógica do sistema interestatal capitalista. Neste sistema, os Estados se autoprotegem para preservarem a existência social desses no núcleo orgânico e hierárquico. Uma dessas formas é o controle da moeda que por meio do poder monetário e do estadismo monetário do seu Estado emissor possibilita vantagens políticas e econômicas. O segundo capítulo analisa de que forma os EUA mantiveram sua posição hierárquica no sistema interestatal capitalista, mas que no início dos anos 2000, as contradições da estratégia de construir o Regime do Dólar-Wall Street tornaram-se evidentes ao ter novamente sua legitimidade criticada. Já, o terceiro capítulo consiste na análise da construção do NBD como alternativa de financiamento para o desenvolvimento sustentável e infraestrutura para os Estados localizados na semiperiferia e periferia da economia-mundo capitalista. Da mesma forma, é analisado se NBD pode ser uma plataforma de influência geopolítica regional e global para os BRICS.

2 PODER E MOEDA NO CAPITALISMO HISTÓRICO

O assessor disse que caras como eu estavam “naquilo que chamamos de comunidade baseada na realidade”, que ele definiu como pessoas que “acreditam que as soluções surgem do seu judicioso estudo da realidade discernível”. Eu assenti e murmurei algo sobre princípios iluministas e empiristas. Ele me cortou. “Não é assim que o mundo realmente funciona”, continuou ele. “Agora nós somos um império e quando nós agimos, nós criamos nossa própria realidade. E enquanto você está estudando essa realidade – judiciosamente, como você deseja – vamos agir novamente, criando outras novas realidades, as quais você também pode estudar e é assim que as coisas acontecem. Nós somos atores da história... e a você, todos vocês, restará somente estudar o que fazemos.

(Ron Suskind, 2004)

A epígrafe acima é parte de uma conversa do jornalista do *The New York Times*, Ron Suskind, com um alto conselheiro do então Presidente Bush, ocorrida em 2002. Não por acaso, também abre o livro de Alex Callinicos (2009), *Imperialism and Global Political Economy*. Por outro lado, após a leitura dessa conversa, é difícil não rememorar a frase de Marx sobre a capacidade de homens e mulheres poderem fazer a História, mas não conforme seus desejos⁵. O trecho desta frase, de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, é muito citado sem muitas explicações e visa somente justificar com uma frase de efeito o fato de que há algo a mais que impede homens e mulheres fazerem a história como querem. Marx criticava o sobrinho de Napoleão, Luís Bonaparte, por se achar e tentar se comportar como o tio. Da mesma maneira, Lutero invocou o apóstolo Paulo. E os revolucionários franceses utilizavam como parâmetro de organização política a república romana contra a tirania da monarquia francesa. Não se sabe ao certo qual “tradição” comprimia o cérebro do alto conselheiro do ex-Presidente George W. Bush; talvez Roma ou, porque não, o império britânico do século XIX.

5 “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

De forma alguma se busca nesta tese a objetividade positivista e as leis universais que tanto explicariam o “fazer história” dos romanos quanto o “fazer história dos estadunidenses”, como os (neo)realistas parecem defender. As realidades são completamente diferentes. Os mesmos processos de produção e reprodução dessas realidades são contextos e formas materiais distintas que proporcionam outras organizações políticas, econômicas e sociais. Se há algo semelhante entre um romano e um estadunidense é a necessidade de comer, beber, vestir-se, reproduzir-se e socializar-se. A forma para tanto é completamente diferente. Assim, há implicações, lógicas de produção e reprodução dessas realidades que justificam seu existir. Há condições materiais de vida⁶ que determinam uma realidade romana, uma realidade britânica e uma realidade estadunidense que condicionam a realidade do “ator histórico” do alto conselheiro da epígrafe.

Para tanto, o que se pretende defender neste capítulo é que, na atual conjuntura da economia-mundo capitalista, a vida material é condicionada pela gestão política das relações monetárias e financeiras internacionais em poder de determinado grupo social. Essa gestão política influencia diretamente na hierarquia do sistema interestatal capitalista. Diante disso, a lógica do capital e as diversas visões de mundo dos grupos sociais em poder dos Estados são fontes constantes de conflitos geopolíticos.

Este capítulo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira seção, analisam-se as pretensões dos EUA serem o ator histórico que cria sua própria realidade no sistema interestatal capitalista. Para tanto, explica-se o processo de tomadas de decisões políticas para criar essa realidade no sistema interestatal capitalista por meio de duas abordagens teóricas das Relações Internacionais sobressalentes na visão de mundo dos grupos sociais que controlam o poder estatal estadunidense: o (neo)realismo e o (neo)liberalismo. Por outro lado, essas visões de mundo são insuficientes para apreender a complexidade das relações políticas e econômicas internacionais. Dessa forma, na segunda seção, argumenta-se que a lógica do

6 “Minha investigação desembocou no resultado de que as relações jurídicas assim como as formas de Estado não podem ser compreendidas nem por si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas que suas raízes se encontram nas condições materiais de vida, cuja totalidade Hegel, segundo o procedimento dos ingleses e franceses do século XVIII, resumia sob o nome de ‘sociedade civil’, e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (MARX, 2008, p.44).

capital e a lógica do sistema interestatal capitalista condicionam o processo de construção de realidade de qualquer Estado nesse sistema hierárquico.

E diante das circunstâncias da atual conjuntura, na terceira parte deste capítulo, argumenta-se que o poder monetário e o estadismo monetário também são instrumentos relevantes que condicionam a hierarquia do sistema interestatal capitalista. E, essencialmente, de que maneira uma moeda sem lastro, como o dólar, continua a definir a posição hierárquica dos EUA por meio de vantagens políticas e econômicas relativas nesse sistema. Portanto, mais do que condicionam, essa moeda e suas relações financeiras determinam a hierarquia no sistema interestatal capitalista. E por fim, na quarta seção, são feitos algumas conclusões preliminares a respeito deste capítulo.

2.1 O ESTADO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por um lado, EUA, junto com alguns Estados da Europa Ocidental e com o Japão, e, por outro lado, os BRICS dividem o cenário do que pode vir a ser outro sistema político e econômico internacional. Se todos estes permanecerão os “atores da história” a fazerem a realidade, isso remete a questões teleológicas que não cabem aqui serem analisadas. Mesmo assim, é impossível não cair em contradição sobre isso. Qualquer teoria, perspectiva interpretativa ou até mesmo o “mundo do saber”⁷ de Wallerstein, ao tentarem compreender e explicar a organização econômica, político e social deste exato momento e neste exato espaço se defrontam com tendências que condicionarão as tentativas de manter essas organizações em menor desordem possível. Qualquer formulador de ideias para organizações sociais, políticas e econômicas, consciente ou não, tem uma concepção de uma realidade que necessariamente remete a um futuro próximo, nem que seja o interesse mais mesquinho e egoísta.

De fato, é impossível ter certeza de qual realidade o alto conselheiro estadunidense afirma que os EUA produzem. Neste caso, nem o nome dele é revelado para se ter uma ideia do que ele poderia pensar e agir, ou seja, qual

7 Wallerstein (2012) afirma que a análise do sistema-mundo é mais do que uma perspectiva ou até mesmo uma teoria – se é que é uma teoria, segundo ele. Essa análise é um “movimento do saber” que busca superar as ciências sociais históricas clássicas do século XIX.

seria a práxis desse conselheiro, e se ele era influente a ponto de direcionar a política externa dos EUA. De certa forma, como ele pertencia ao primeiro governo Bush, o “*Projeto para um Novo Século Americano*”, a expressão máxima do excepcionalismo estadunidense, era a diretriz básica a ser seguida para “fazer a história” conforme as vontades e desejos de uma visão de mundo. Novamente, o passado volta a assombrar o presente desse conselheiro. E dificilmente, ousa-se afirmar, passasse pela cabeça desse alto conselheiro ou de qualquer outro integrante desse governo, de algum *think tank*, muito menos de qualquer universidade de ponta dos EUA que, dentre alguns anos após sua declaração, Estados⁸ não pertencentes à Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) decidissem se aliar para construir o NBD. Para tanto, apenas como exemplo, Arrighi (2008) constata que os formuladores de política estadunidenses não sabem ao certo a maneira de se relacionarem com a China. Não sabem se devem cooperar, se formulam uma política de equilíbrio de poder ou se consideram os chineses inimigos da “América”. Anderson (2015), da mesma forma, ao analisar a dinâmica da estratégia e da diplomacia estadunidense durante o período entre a guerra contra o México (1846-1848) e a atual guerra contra o Terror, afirma, neste último momento, que há menos consenso entre eles. Para ele, há uma falta de “balanço sóbrio” por parte dessa elite em perceber a mudança na correlação de forças, mesmo que a hegemonia dos EUA se mantenha.

O que parece, de fato, é que essa falta de percepção por parte dessa elite ocorreu no início deste século. Pode-se dizer que há uma *práxis* na atuação internacional estadunidense desde o período dos “pais fundadores”. Há prioridades e estratégias conforme um “padrão de atuação histórico”, segundo Pecequilo (2011). O padrão dessa política externa foi consolidado por Theodor Roosevelt e por Woodrow Wilson sob o pano de fundo da política externa dos “pais fundadores” da pátria⁹. O grande desafio dos formuladores

8 Na verdade, em 1994, George Kennan mencionou a existência de “*monster countries*” (Brasil, Rússia, China e Índia); países proprietários de grande extensão territorial e detentores de grande contingentes populacionais similares aos EUA.

9 Ver Pecequilo (2011); Nasser (2010); Dobson e Marsh (2007). Segundo Pecequilo (2011), “poderemos observar, a partir do exame das ações dos Estados Unidos no sistema internacional, a manutenção e a preservação de um certo conjunto de ideias com a República em 1776. Tais ideias, ante a transformações internas e externas pelas quais passaram os Estados Unidos, foram gradualmente reincorporadas à agenda, aparecendo sob outros nomes, sendo perseguidas de maneiras diferenciadas, com maior ou menor

dessa política, desde então, é conciliar os valores da democracia, do livre mercado e da liberdade com o interesse nacional. Essa política externa nasceu como anteparo à concepção europeia do século XIX, cuja premissa era o equilíbrio de poder na política internacional.

Desde a política externa dos “pais fundadores”, há uma espécie de alternância entre o *excepcionalismo* e um *destino manifesto*, ora expresso em um isolacionismo, ora expresso em um multilateralismo estadunidense na política internacional. A independência da ex-colônia promoveu algo de excepcional na forma de governar quando comparado aos governos europeus que justificaria esse último termo. Houve uma apropriação das premissas políticas iluministas sob a premissa racionalista, humanista, universalista e democrática. Houve a partir de então, uma nova forma de governar por meio de um sistema tripartite de governo, formado por um executivo, um legislativo e um judiciário, salvaguardados por lei e por eleições populares. E, em vista disso, a partir das expansões pelo continente, a federação das treze colônias possuía o *destino manifesto* de propagar a democracia e a liberdade para os menos afortunados, segundo seus líderes (NASSER, 2010). Segundo o autor:

Pode-se dizer que, de uma forma geral, os objetivos da política externa dos EUA situam-se a meio caminho entre as sublimes reivindicações de que é uma nação que está realizando uma missão – destino manifesto – e as alegações de que o governo é impulsionado pelas razões do mercado ou ainda que é movido pela ideia de segurança nacional, objetivos elementares que constituem um irreduzível interesse nacional. A constância na política externa é, em grande medida, o resultado da força que liga os imperativos desses fundamentos e as suas readaptações durante a história, principalmente após a guerra civil. Consistem, principalmente, nas variações dos meios escolhidos para servir tais imperativos, refletindo nas mudanças de percepções dos policymakers sobre as transformações internacionais e suas conexões com as condições domésticas ou sobre a prioridade de um princípio em detrimento de outro. (NASSER, 2010, p.29).

Os EUA mantêm a tática da “dualidade de conteúdo” (PECEQUILO, 2011): *democracia e liberdade* são argumentos universais para agir segundo interesse próprio, como direito e dever da nação, em todas as épocas e

intensidade, dado o contexto em questão e a própria evolução do poder e dos parâmetros da ação norte-americana. Todavia, elas se mantiveram como princípios fundamentais para a definição do interesse nacional e a formulação de políticas, apresentando-se como tendências e temas permanentes e recorrentes das relações internacionais do país” (PECEQUILO, 2011, p.31).

circunstâncias, em iniciativas expansionistas, imperialistas e intervencionistas. Mas, conforme a conjuntura internacional, “a essa base permanente foram agregados novos interesses, havendo a readaptação de outros, permitindo uma reatualização e reavaliação que acompanha a transformação dos recursos de poder e da posição relativa dos Estados Unidos no sistema internacional, bem como as mudanças neste próprio sistema” (PECEQUILO, 2011, p. 31).

E quem faz a política externa dos EUA? Basicamente é o Executivo e o Legislativo. De fato, deve-se considerar neste processo desde a personalidade do presidente até questões que fogem da alçada dos estadunidenses, como mudanças tecnológicas, questões domésticas e fatores externos. Mas, acima de tudo, há a possibilidade de mapear a quem cabem as decisões¹⁰ (DOBSON; MARSH, 2007). O Presidente é o Comandante em Chefe (CEF) das forças armadas e chefe diplomata com o poder de fazer nomeações para consultas diplomáticas e negociar tratados. E ele pode propor diretrizes para a política externa por meio do discurso do Estado da União (*State of the Union addresses*) e anúncios na forma de Doutrinas. Entretanto, as decisões presidenciais no papel de CEF são limitadas por prerrogativas constitucionais do Congresso para declarar guerra e pelo *War Powers Act* (1973). Esta lei permite ao presidente o envio de tropas ao exterior sem a autorização do Congresso por 90 dias. Mas, de fato, apesar dessas prerrogativas, é o presidente quem decide enviá-las ao exterior, pois há alegações jurídicas de inconstitucionalidade ao veto do Congresso.

O Departamento de Estado é o responsável formal pela política externa estadunidense. E o destaque na formulação desse departamento depende tanto da personalidade e conhecimento do presidente dessa política quanto do Secretário de Estado. Por exemplo, no início dos anos 1960, os presidentes daquele país optaram por se aconselharem com o Conselho de Segurança Nacional (NSC – sigla em inglês) e com a Agência de Segurança Nacional (NSA – sigla em inglês) que passou a integrar o *Office Executive* do presidente com o *National Security Act* (1947). E desde então, os conflitos são constantes entre o Departamento de Estado e o NSC pelo controle da política externa dos EUA. O primeiro, às vezes, é relegado a resolver assuntos corriqueiros e

10 A descrição das decisões sobre política externa dos EUA é feita aqui com base em Dobson e Marsh (2007).

justificar a política externa junto à burocracia. O segundo é responsável por coordenar os aspectos da segurança nacional e, conforme Dobson e Marsh (2007), concentra o poder em relação ao Estado e ao Departamento de Defesa. Todavia, sempre dependendo da influência da Agência e dos jogos internos de poder. Outros departamentos e agências, como a CIA, a Comando Maior das Forças Armadas (*Joint Chiefs of Staff*), o Departamento Defesa e o Departamento de Comércio e de Tesouro e o Conselho Econômico Nacional¹¹ (NEC – sigla em inglês), são importantes, mas não se comparam com o papel central na formulação e na condução dessa política pelo Presidente, pelo Departamento de Estado, pelo NSC e pela NSA. E diante do poder de decisão do presidente, ora sobre as influências do primeiro, ora sobre as sombras do NSC e do NSA, mesmo assim, “ainda que estruturado em uma ideologia coerente, a relação entre crenças e ações é difícil de estabelecer no nível geral” (DOBSON; MARSH, 2007, p.18). O que complica ainda mais a capacidade dos EUA de fazerem e controlarem a história social conforme o alto conselheiro da epígrafe pensa possuir.

E qual seria o papel do Congresso dos EUA? O controle sobre recursos e apoios financeiros (*control of the purse strings*) é feito pela *House of Representatives*. Mas em casos excepcionais, como na recusa do Congresso em permitir o Presidente Ford de enviar recursos para o regime sul vietnamita em 1975. Entretanto, pertence ao Presidente o poder de decidir para quais áreas são destinados esses fundos, inclusive operações secretas (*covert operations*). A nomeação presidencial para compromissos diplomáticos depende de maioria de dois terços do senado, porém poucas nomeações e tratados foram negados na história dos EUA. Por outro lado, a ratificação de tratados pode ser mais difícil de ser aceita pelo legislativo. Para tanto, os presidentes apostam em acordos entre chefes de Estado. Em 1954, a emenda *Bricker* tentou sujeitar esses acordos ao mesmo processo de decisão de dois terços, mas não obteve apoio no senado. Da mesma forma, o Ato *Case-Zablocki* (1972) tornou obrigatório que o Congresso fosse avisado sobre todos os acordos firmados pelo Executivo, mas mesmo assim há questões semânticas sobre o que seriam considerados realmente acordos, o que abre

11 O Conselho Econômico Nacional foi criado por Clinton e teve grande influência sob o comando de Robert Rubin na formação da política externa dos EUA no período.

brechas nessa emenda. De toda forma, o Congresso tem um Comitê de Relações Externas (*Foreign Relations Committee*) atuante e regularmente consultado pelo Executivo.

O controle do comércio exterior é assegurado constitucionalmente ao Congresso dos EUA. Conquanto, o *Reciprocal Trade Agreements Act* (1934) delega ao Presidente essa questão, mas sempre mantém a possibilidade de concentrá-la no legislativo. Em 1994, o Congresso recusou garantir ao Presidente Clinton a autoridade “*fast track*”¹². Por outro lado, em 2002, o governo Bush foi autorizado a negociar nesses termos para agilizar acordos bilaterais e regionais de livre comércio. A fiscalização do Congresso sempre ocorreu, mas de forma *ad hoc*. As comissões do Senado para investigar as ações do executivo, como no caso da questão do Irã-contras, apesar de apuradas esbarram em questões constitucionais e de segurança nacional invocadas pelos membros do Executivo. Mesmo assim, há poder de intimação para que o executivo explique os fatos ocorridos. Inclusive, se for o caso, o Presidente pode ser julgado pelo Senado.

As formulações e as conduções da política externa estadunidense também são influenciadas por um “domínio próprio da literatura da grande estratégia” (ANDERSON, 2015, p.139). E mais do que trabalhos científicos, segundo Anderson, esses se assemelham a escritos do período do Renascimento, os quais se confundem mais com conselhos ao príncipe. E, para tanto, há uma “elite da segurança” presente na burocracia envolvendo a academia, fundações e *think tanks* com acesso aos governos, independente do partido no poder e da preferência do indivíduo. E eles transitam, em sua maioria, pela Faculdade Kennedy (Harvard), pelo Centro Woodrow Wilson (Princeton), pela Faculdade Nitze (Georgetown), pelas Fundações Brookings, Carnegie, *Council on Foreign Relations* com passagens pelos Departamentos de Estado e de Defesa, pelo Conselho de Segurança Nacional e pela CIA. E a partir do final dos anos 1980, aumentou o número de conselheiros com passagens pelas instituições financeiras privadas, como JP Morgan e Goldman Sachs.

12 *Authority fast track* é uma autorização concedida pelo Congresso ao presidente estadunidense para negociar acordos comerciais internacionais sem a necessidade de qualquer alteração ou obstruir o acordo desse, mas mesmo assim depende da aprovação do legislativo.

Apesar da ausência de uma grande estratégia no período pós-Guerra Fria¹³, similar à estratégia da contenção formulada por Kennan e concretizada no NSC-68¹⁴, os EUA mantêm suas premissas históricas de Estado excepcional dentre Estados comuns. Não havia alternativa, segundo eles, diante do destino reservado a um povo, cujo objetivo era irradiar a democracia, o livre mercado e a liberdade para os integrantes do sistema internacional. De certa forma, portanto, não houve mudanças substanciais na política externa estadunidense após o fim da URSS (PECEQUILO, 2011). Apesar do mote paz, prosperidade e cooperação entre os Estados em um novo mundo¹⁵,

[...] as diretrizes de ação dos Estados Unidos parecem remontar a períodos passados, destacando-se, como ‘grandes temas’, a preservação da liderança e da estabilidade mundial por meio de uma posição de proeminência, impedindo a emergência de hegemonias regionais e promovendo a expansão dos valores da democracia e do livre mercado com posturas que cultivam elementos liberais e realistas de política externa” (PECEQUILO, 2011, p. 22) .

Dessa forma, até o momento, foram analisados os meios pelos quais os EUA procuram “fazer a realidade”. Mas como se observou, há uma grande participação de intelectuais na formulação dessa atuação. Pecequilo (2011) afirma que a atuação deles se assenta em preceitos realistas – também neorrealistas – e liberais – também neoliberais – de política externa. Cabe, portanto, analisar como é produzida essa *realidade estadunidense* por meio desses e apontar seus limites analíticos, sobretudo por não analisarem que o capital e o capitalismo são fundamentais, principalmente no que tange à política da forma universal do valor, o dinheiro. E, portanto, simplificam essa realidade por meio de jogos de poder exclusivamente político-militares entre os Estados no sistema interestatal capitalista.

13 Peter Gowan (1998) argumenta o contrário. A grande estratégia dos EUA após o fim da Guerra Fria foi disseminar a globalização na política internacional e o neoliberalismo na política doméstica dos Estados.

14 O NSC-68 foi apresentado no Governo Truman, em 1950, com o intuito de conter a expansão comunista global. Por meio deste, considera-se o início da Guerra Fria entre os EUA e a URSS.

15 Mote de Bush pai.

2.1.1 (Neo)Realismo e o Conflito Intrínseco na Política Internacional

O problema em si não está na análise estadocêntrica da política internacional. É uma falácia criticar os (neo)realistas por não considerarem relações transnacionais e atores não-estatais e, da mesma forma, criticar os (neo)liberais por não considerarem as relações estatais nas análises das Relações Internacionais. David Lake (2008) assevera que autores (neo)realistas reconhecem a existência de atores não-estatais e de suas atividades transnacionais, mas que de fato o Estado, principalmente as grandes potências, são atores importantes o suficiente para que nenhuma “teoria positiva” das relações internacionais não os coloque como centrais em suas análises, mesmo que a parcimônia analítica, segundo ele, seja a aposta desses autores. E isto também influencia no “fazer a realidade” do alto conselheiro estadunidense e de outros grupos sociais participes na formulação da política externa dos EUA.

E este é o problema nesta questão: a parcimônia da análise limitada por uma tradição política. Nem todos os autores dessa tradição aceitam o reducionismo, é verdade. Mas quando tentam justificar suas abordagens sobre as relações internacionais, adotam pressupostos, como nação, natureza humana, sobrevivência, etc., que, em vez de contribuir, prejudicam a compreensão da dinâmica, da lógica e das contradições espaço-temporais do sistema internacional. O que de fato assegura que as teorias não são suficientemente universais. Não se negligência a contribuição dos realistas para “descobrir e compreender as forças que determinam as relações políticas entre as nações [...] [e] entender os meios pelos quais essas forças agem umas sobre as outras e sobre as relações políticas e as instituições internacionais” (MORGENTHAU, 2003, p.30), mas é preciso se aprofundar na questão para compreender a essência dessas “forças que determinam as relações políticas”. Por exemplo, as principais premissas realistas são a existência de uma suposta natureza humana e de um ambiente internacional anárquico.

O pessimismo realista se assenta na certeza de que a natureza humana leva necessariamente à guerra entre Estados e, portanto, o objetivo das relações internacionais é compreender as regras lógicas desse processo

para manter a paz e/ou a sobrevivência do Estado na política internacional. Medo, honra e interesse¹⁶, segundo Donnelly (2004), são as características proeminentes dessa natureza. A partir delas todo um arcabouço teórico e analítico é construído para justificar o que leva os Estados ao conflito e ao confronto entre si em um ambiente sem regulação. Portanto, se não há leis, normas, regras e princípios, há anarquia e só os mais fortes sobrevivem.

Na verdade, é preciso admitir, não há um, mas vários “realismos¹⁷” (WOHLFORTH, 2008). Não é o objetivo de esta tese analisar quais desses representam a tradição, as diferentes subescolas ou as verdadeiras teorias realistas. De maneira geral, para o realista, seja qual for o seu “realismo”, com a exceção de Kenneth Waltz e os neorealistas, a natureza humana egoísta justifica a política de poder do Estado em um ambiente anárquico. Na teoria das Relações Internacionais, até o momento, houve quatro gerações de realistas, segundo Wohlforth. A primeira geração é a do período entre guerras e durante a Segunda Guerra Mundial em que os principais destaques são Reinhold Nieburh e E. H. Carr. A segunda geração é do período pós-guerra e início da Guerra Fria, cujos principais autores são Hans Morgenthau, George Kennan e Raymond Aron. A terceira geração é a do período da *détente*, melhor representado por Kenneth Waltz, incluindo Stephen Krasner e Robert Gilpin¹⁸. E por fim, a quarta geração, no período pós-Guerra Fria, liderado por John Mearsheimer e com destaque para os trabalhos de Steven Walt, Randall Schweller e Charles Glaser.

Cada um desses contribuiu para formar o que Wohlforth (2008) denominou de “espectro de ideias”. Contudo, o que importa de fato, neste momento da tese, é analisar a *realidade* do realista. Para tanto, analisam-se dois autores definidores das bases para tanto. Morgenthau é o pioneiro a tentar organizar uma teoria para “descobrir e compreender as forças que determinam as relações entre as nações” (2003, p.30) e de que maneira essas forças agem umas sobre as outras. De forma geral, seis *princípios* do realismo político

16 Donnelly (2004, p.43) elenca três referências intelectuais para os realistas: Tucídides, Maquiavel e Hobbes.

17 Wohlforth (2008) argumenta que uma grande e complexa tradição de *statecraft* e *scholarship*, a realista, com subescolas, como o neorealismo e o realismo defensivo e ofensivo, e teorias realistas específicas, como o equilíbrio de poder, o dilema da segurança ou o equilíbrio defensivo-ofensivo.

18 Wohlforth não inclui, mas podemos também considerar, nessa terceira geração, Henry Kissinger.

definem essa luta atemporal entre as nações; leis objetivas, cujas raízes são a natureza humana, governam a sociedade em geral, independente de preferências de homens e mulheres (primeiro princípio). Diante disso, o interesse definido em termos de poder faz os elos entre razão e fatos serem compreendidos na política internacional e evita a preocupação do pesquisador com os motivos¹⁹ e as preferências ideológicas²⁰ dos políticos para que, então, haja uma distinção muito nítida entre o *desejável* e o *exequível* em qualquer lugar e em qualquer tempo (segundo princípio). Esse interesse é atemporal (terceiro princípio). Ele é inerente a qualquer relação política, mas nem por isso, o tipo de interesse que determina a ação política deixa de depender do contexto político e cultural da história²¹.

O realismo político, de toda forma, não desconsidera *princípios morais universais*. O erro é confundi-los com as questões políticas. Esses princípios não podem ser aplicados às ações dos Estados, sem antes considerar as circunstâncias concretas de tempo e lugar e do interesse do Estado (quarto e quinto princípios)²². A “prudência deve ser a virtude suprema na política” (MORGENTHAU, 2003, p.20). E para tanto, a esfera política, principalmente a política internacional, deve ser analisada de forma autônoma das outras esferas

19 “Os bons motivos propiciam segurança contra políticas deliberadamente perversas, mas não garantem a correção moral e o sucesso político das políticas neles inspiradas. O que é importante saber, para alguém desejoso de entender política externa, não são os motivos primordiais de um político, mas sua aptidão intelectual para captar os elementos essenciais da política exterior e sua capacidade política para concretizar tudo o que ele absorveu em ação política bem sucedida. Como consequência, pode-se dizer que, enquanto a ética julga em abstrato as qualidades morais dos motivos, a teoria política tem de julgar as qualidades políticas do intelecto, da vontade e da ação” (MORGENTHAU, 2003, p. 9).

20 “Uma teoria realista da política internacional deverá igualmente evitar uma outra falácia muito comum, que consiste em equiparar as políticas exteriores de um político às suas simpatias filosóficas e políticas, ou em deduzir as primeiras tomando por base as últimas” (MORGENTHAU, 2003, p. 9).

21 “Enquanto o realista acredita realmente que o interesse é o padrão constante com base no qual a ação política deve ser julgada e dirigida, a conexão contemporânea entre o interesse e a nação constitui um produto da história, motivo por que está destinado a desaparecer no curso dessa mesma história” (MORGENTHAU, 2003, p. 19).

22 “Embora o indivíduo conte com o direito moral de sacrificar-se em defesa de tal princípio moral, o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das consequências políticas da aparentemente moral” (MORGENTHAU, 2003, p. 20).

de conhecimento para compreender quais são os interesses políticos do Estado²³ (sexto princípio).

A relação entre as nações é balizada pelo interesse nacional do Estado na busca por poder na política internacional. A natureza humana²⁴ egoísta, embora Morgenthau reconheça que ela seja flexível, se expressa no Estado, que decide pela guerra ou pela paz. E, para tanto, as relações entre os Estados se definem a partir de suas respectivas políticas externas visando ou o *status quo*, ou a expansão do poder, o que ele chamou de imperialismo (econômico, militar e cultural), ou apenas uma política de demonstração de poder resumida na expressão de prestígio na política internacional. Não há, sobretudo, um poder político acima dos Estados para barrar a aspiração política deles. Dessa forma, nessa anarquia internacional, o *equilíbrio de poder* entre as nações supre a limitação de normas ao promover a paz. O equilíbrio de poder pode ser, portanto, um mecanismo regulador das forças sociais que se manifesta na busca da supremacia de poder. Por outro lado, limitações normativas, como o direito internacional, a moralidade internacional e a opinião pública mundial, podem limitar – não acabar – as políticas de poder na política internacional.

A principal premissa realista assenta-se na hermética natureza humana. Kenneth Waltz (2004) se desvencilhou dessa armadilha filosófica sobre a natureza humana em um primeiro momento. Waltz tentou resolver essa questão e afirma que o interesse é dos Estados sobreviverem a uma política internacional hostil. Ele transferiu a hostilidade da natureza humana para a formação de uma estrutura política internacional. Quais são suas causas? Em “*O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*” (2004), Waltz analisa a literatura sobre o tema e metodologicamente as separa em três imagens: 1) o

23 “Uma vez que admite a existência dessas [natureza pluralista do homem] distintas facetas da natureza, o realismo político também reconhece que, para compreender qualquer uma delas, é necessário tratar de cada uma em seus próprios termos” (MORGENTHAU, 2003, p. 27).

24 “Essa preocupação teórica com a natureza humana tal como ela se apresenta, e com os processos históricos, à medida que eles ocorrem, fez com que a teoria aqui caracterizada ganhasse o nome de *realista*” (MORGENTHAU, 2003, p. 4, grifo nosso). O conceito de natureza humana no realismo político é plural. Morgenthau “baseia-se em uma concepção pluralista da natureza humana. O homem real é um ente composto do ‘homem econômico’, do ‘homem político’, do ‘homem moral’, do ‘homem religioso’, etc.” (2003, p.26).

conflito internacional e o comportamento humano²⁵; 2) o conflito internacional e a estrutura interna dos Estados e 3) conflito internacional e anarquia internacional. “O Homem, Estado e Guerra” explica como os equilíbrios resultam não da malevolência dos seres humanos ou dos Estados, mas da condição na qual todos os Estados existem” (WALTZ, 2004, p. XII). A anarquia internacional constrange os Estados à formação de equilíbrios de poder. Dessa forma, a guerra pode eclodir em função do *medo* de que um determinado equilíbrio, na verdade, se desencadeie em um desequilíbrio para determinado Estado no futuro. Para tanto, formam-se alianças entre Estados e esse movimento é uma causa importante de guerra. Segundo o autor:

O conflito é um subproduto da competição e de esforços de cooperação. Num sistema de auto-ajuda, em que se espera que o conflito ocorra, os Estados têm de se preocupar com os meios necessários para se manter e se proteger. Quanto mais acirrada a competição, mais fortemente os Estados buscam ganhos relativos e não absolutos. (WALTZ, 2004, p. XIII).

Cabe ressaltar que nesse livro Waltz ainda mantém a interdependência entre as três imagens para definir a guerra ou a paz no sistema internacional. Em “*Theory of International Politics*”, publicado 20 anos após seu primeiro livro, Waltz faz uma reformulação e afirma a superioridade da anarquia sobre a natureza humana e sobre a estrutura interna dos Estados como causa principal da guerra no sistema internacional. O único motivo e interesse dos Estados são a sobrevivência em um ambiente anárquico. Portanto, para apreender o comportamento dos Estados nesse sistema não importam seus atributos, mas suas capacidades.

2.1.2 A Política, a Economia e o Estado

Como corolário da discussão anterior, a guerra é a certeza máxima da humanidade para os (neo)realistas e devem-se encontrar meios políticos para, se não impedir sua ocorrência frequente, equilibrar forças para que Estados, mesmo diante de organizações econômicas, políticas e sociais, não levem suas

25 “A maldade do homem, ou seu comportamento impróprio, leva à guerra; a bondade individual, se pudesse ser universalizada, significaria a paz: eis o enunciado conciso da primeira imagem” (WALTZ, 2004, p.50).

rivalidades a vias de fato. De certa forma, os (neo)realistas prenderam-se às possibilidades de conflito entre as grandes potências à época (EUA e URSS) e se desprenderam das possibilidades de cooperação entre outros Estados para além de questões relacionadas à guerra. Waltz (1979) referiu-se a essa questão rapidamente e alegou que há uma tendência de reorganização do sistema em torno dos polos de poder, mas não aprofundou o assunto. Eram pontos fora da curva de sua teoria. Waltz publicou, em 1979, o livro “*Theory of International Politics*”, ao final de uma década crucial para a política internacional na qual as relações econômicas e outras cooperações entre Estados promoveram uma revolução no sistema interestatal. Até mesmo Morgenthau nas várias edições de “*Política entre as Nações*”, reatualizara seu livro e reconsiderara essas questões, inclusive com o termo *interdependência*.

A moderna circunstância da interdependência exige uma ordem política que tome tal fato em consideração, enquanto que, na realidade, a superestrutura legal e institucional, de olhos postos no século XIX, ainda presume a existência de uma multiplicidade de estados-nações autossuficientes, estanques e soberanos. Esses resquícios de uma obsoleta ordem legal e institucional não só constituem um obstáculo para uma transformação racional das relações internacionais, em vista da desigualdade de poder e da interdependência de interesses, como também tornam precárias, se não impossíveis, quaisquer políticas mais racionais dentro do contexto vicioso de tal sistema. (MORGENTHAU, 2003, p.13).

A realidade da preservação da paz, portanto, também dependia da estabilidade econômica internacional. De certa maneira, a partir da década de 1970, ocorreram contrariedades na academia estadunidense sobre essa questão. Talvez os resquícios do clima de caça às bruxas, somado a questões epistemológicas e ontológicas tenham contribuído para tanto. Cohen (2008) relata que Robert Gilpin foi considerado marxista por cometer a heresia de realçar as questões econômicas ao analisar as relações internacionais. Por outro lado, segundo Hobsbawm (2005), apesar de parecer que o impacto mais decisivo das ideias marxistas nas ciências sociais seja a ênfase nos fatores econômicos, essa logicamente não era especificamente uma questão marxista. E uma britânica não marxista, Susan Strange, foi uma das primeiras a destacar esse “diálogo de surdos” entre as relações econômicas internacionais e as Relações Internacionais, no ensaio “*International Economics and International Relations: a case of mutual neglect*”, de 1970. Abriu-se um espaço, portanto,

mesmo que tímido em um primeiro momento, para que o *mercado* fosse ator relevante nas análises para apreender a realidade que envolvia o “internacional”. A dualidade “Mercado” e “Estado”, considerados dois sistemas distintos que se relacionam, foi a nova apreensão social de que existem outras formas de conflito e de cooperação entre os Estados, cuja ênfase na capacidade de influenciar as relações sociais condicionadas pelo mercado alterarem também as análises das Relações Internacionais.

Para tanto, houve uma tentativa de superar (no sentido dialético) o realismo político ao encontrar alternativas de cooperação diante de uma natureza humana egoísta e das possíveis políticas de poder dos Estados. Assim, o equilíbrio de poder não seria a única solução para impedir a guerra. Um sistema hierárquico encabeçado pela figura de um *hegemon* poderia diminuir a incidência de confrontos entre as grandes potências, como propôs Gilpin, e manter o sistema internacional estável e preservar a paz por um período. Todavia, mais do que um simples árbitro, esse *hegemon* oferta bens públicos²⁶, como uma moeda internacional estável, uma coordenação macroeconômica entre os Estados e uma manutenção do livre comércio, para conservar estável a economia internacional. Por outro lado, ele tem o realismo estrutural como base para sua abordagem da política internacional.

Keohane não o adota porque não é uma “teoria abrangente (*comprehensive theory*) ou um programa de pesquisa progressivo no sentido empregado por Lakatos” (KEOHANE, 1986, p. 170). É difícil, segundo ele, interpretar certos assuntos (*issues areas*), a interpenetração entre esses, e, da mesma forma, abordar a questão da mudança pacífica no sistema internacional a partir do realismo estrutural²⁷. De fato, segundo ele, houve uma quebra hierárquica de questões relevantes para os Estados. O tema da segurança não é mais e nem menos importante do que temas econômicos, direitos humanos, ecológicos, refugiados e devem ser abordados para melhor compreender as relações internacionais. Na literatura das relações internacionais essa tentativa de superar o realismo estrutural ficou conhecida como institucionalismo neoliberal.

26 Esta tese foi proposta por Kindleberger (1986) e aperfeiçoada por Gilpin (2002). Kindleberger não utilizou o conceito de hegemonia, como lembrou Fiori (2005).

27 Keohane denomina neorealismo de realismo estrutural.

A partir de então, mesmo diante da contrariedade de parte da acadêmica estadunidense, por não ser essa apenas uma questão de “*high politics*”, as relações econômicas internacionais também não deveriam ser negligenciadas na tentativa de apreender a realidade durante o processo de tomadas de decisões de um Estado no sistema político internacional. Cohen²⁸ (2011) afirma que a Economia Política Internacional (EPI) surgiu para compreender novos eventos e novos processos sociais não contemplados nas “velhas maneiras” de pensar a sociedade. E para tanto, há diversas possibilidades para analisar de que forma cada autor compreendeu a “conexão entre economia e política” e, acima de tudo, qual é o “mundo material” de cada um. Essa questão possibilita diferentes ontologias e epistemologias para apreender a “conexão entre a política e a economia na vida real”. Cohen (2008) não foi muito feliz²⁹ ao analisar a diversidade de interpretações que tentaram fazer a síntese entre o “diálogo de surdos” sugerindo que há somente duas escolas: a escola estadunidense e a escola britânica. Mas, por outro lado, também pode ser válido para, em termos acadêmicos, expressar as duas extremidades ontológicas e epistemológicas em EPI desse novo “constructo mental que nos ensina como pensar sobre nossa experiência [...] e de onde as ideias vieram” (COHEN, 2008, p.2).

28 O autor diferenciou duas formas bem distintas de abordar essa questão: a escola estadunidense e a escola britânica. A escola estadunidense se aproxima das normas da ciência social convencional desse país, cuja prioridade é praticar o estudo científico por meio de modelos puros ou *hard science*. A análise é baseada em princípios positivistas e empiristas, nos quais a melhor forma de compreender a realidade é por meio da observação objetiva e por meio do teste sistemático. Essa escola, segundo ele, não pretende desenvolver macroteorias e, da mesma forma, tenta evitar grandes abordagens sobre a sociedade e a história. A prioridade é se concentrar em relações-chave isoladas em determinada estrutura dada e a-histórica. Por outro lado a escola britânica é mais propensa a outras disciplinas acadêmicas para além da ortodoxia econômica e da ciência política *hard science*. O interesse recai mais em questões normativas e éticas com uma agenda mais ambiciosa e normativa. Há nessa escola, segundo Cohen, uma “*really big question*”: a transformação do sistema.

29 Ver artigo de Cox (2011) sobre a “Escola britânica” de pensamento na EPI. Após alguns anos da publicação de seu livro, Cohen (2011) editou um compêndio de artigos em quatro volumes sobre o desenvolvimento da EPI. Apesar das críticas, como o mesmo afirmou, ele manteve essa taxonomia e acrescentou outra para classificá-la: “outras tradições”. No primeiro volume, ele classifica de “outras tradições” a teoria da dependência”, com artigo de Theotonio dos Santos, “*The Structure of Dependence*”, a análise do sistemas-mundo, com um artigo de Immanuel Wallerstein, “*The Modern World-System as a Capitalist World-Economy: production, surplus value, and polarization*”, e um artigo de Walden Bello, “*State and Markets, States versus Markets: the developmental state debate as the distinctive East Asian contribution to international political economy*”.

Um ano após o ensaio de Strange, Robert Keohane e Joseph Nye publicaram uma nova introdução para o livro deles “*Transnational Relations and World Politics*” que mudaria as Relações Internacionais. Este texto, talvez, possa ser considerado o “Manifesto” de Keohane e de Nye. Segundo Cohen (2008), foi um passo dado para abrir o terceiro grande debate dentro das Relações Internacionais. Durante a *détente* entre EUA e URSS, evidenciou-se não só a influência de relações transnacionais nas relações interestatais, como também que essas poderiam ser utilizadas por outros Estados para benefício próprio ou como vantagem nas relações políticas interestatais. Os dois autores não estavam concentrados nessa última questão nesse primeiro texto. Mas nos trabalhos subsequentes, seja em parceria, seja individualmente, a análise sobre esses outros instrumentos de poder desembocam no conceito de interdependência complexa³⁰, *soft power* e *smart power*. Mesmo assim, o que precisa ficar claro, por meio dos trabalhos de Keohane e Nye, é que o Estado não perdeu poder nas Relações Internacionais. Muito pelo contrário. As relações transnacionais poderiam ser fonte de novas formas de poder estatal nas relações interestatais.

Houve, por parte deles, um resgate das concepções liberais de cooperação e de possibilidades da paz no sistema internacional que remonta aos idealistas do século XIX. Novas formas de fazer política internacional poderiam promover a estabilidade nesse sistema sem a necessidade da guerra. A interdependência entre os Estados dificultaria a guerra entre eles, pois não seria *racional* para determinado Estado contribuir para o seu próprio malefício. Essa nova versão da paz perpétua kantiana entre repúblicas, seria intermediada por organizações internacionais, que por meio de regimes internacionais e de concessão de soberania estatal, promoveriam a cooperação entre eles no sistema interestatal. Essa, segundo Keohane (2005), seria a nova configuração nas relações interestatais após a queda da hegemonia solitária e custosa dos EUA. Um condomínio de Estados, no qual EUA, Europa Ocidental e Japão poderiam dividir a dura realidade de estabilizar o sistema internacional por meio de organizações e regimes internacionais.

30 A Interdependência Complexa é definida por três características: 1) há múltiplos canais de comunicação nas relações internacionais, 2) não há hierarquia entre essas questões, por exemplo, as relações militares não são mais importantes do que as relações econômicas, e 3) o papel das forças militares diminuiu nas relações internacionais.

O realismo não era mais a teoria a ser superada. Era a teoria a ser complementada. O transnacionalismo e os atores não-estatais perderam centralidade em suas análises da política internacional e a velha centralidade estatal voltou a ser a premissa básica dessa análise. Mais uma vez, como ocorrera no final do século XIX e no início do século XX, de uma forma um pouco distinta, Estados racionais cooperaram para proporcionarem a harmonia de interesses por meio do livre comércio e da paz. A cooperação mediada pelas organizações internacionais frearia o ímpeto à guerra do sistema anárquico.

A abordagem da interdependência complexa não foi uma novidade na análise da política internacional, a não ser pelo fato de destacar uma série de relações sociais, para além das questões de segurança, que também influenciavam as relações interestatais. Mas, por outro lado, contribuiu para institucionalizar academicamente a EPI (COHEN, 2008). A verdade é que não havia nada de novo sob o Sol. A comparação com o Manifesto Comunista não é por acaso. Escrito quando ainda nem existiam as “nações” e seus nacionalismos, o Manifesto Comunista descrevia empiricamente as “relações transnacionais” e as “organizações transnacionais”, para utilizar conceitos completamente anacrônicos de então, e a forma como elas interferiam nas relações interestatais. Vale lembrar que o Manifesto Comunista foi escrito no auge do Concerto Europeu, que além de ter sido construído para manter o equilíbrio de poder entre as potências europeias, também foi formulado para conter a expansão das ideias jacobinas por toda a Europa³¹. Óbvio que outras relações transnacionais surgiram quase um século depois desse manifesto, mas a ideia principal de que essas relações influenciam nas relações interestatais já estavam muito bem descritas. O próprio Kenneth Waltz (1986) já criticara esses autores de que as relações transnacionais eram tão intensas antes da Primeira Guerra Mundial quanto essas relações a partir segunda metade do século XX.

Da mesma forma, quando Keohane e Nye concordaram que o Estado continuava a ser o ator relevante da política internacional, apesar dos atores não-estatais terem sua influência e que uns Estados eram mais poderosos do

31 Ver Hobsbawm (2003), principalmente os capítulos 4 e 5.

que outros, a interdependência complexa ganhou mais um adjetivo: assimétrica. Cabe notar, contudo, as teorias do imperialismo e suas derivadas teorias da dependência, já abordavam a questão e com mais consistência do que o conceito de interdependência complexa assimétrica, para além das vulnerabilidades e das sensibilidades dos Estados no sistema internacional. Donnelly (2004) alega que o conceito de interdependência complexa não predominou no *mainstream* das relações internacionais dos EUA; os estudos de segurança e de análise de política externa amplamente o ignoraram. Apesar disso, ele afirma que o neoliberalismo (ou o institucionalismo neoliberal) representou uma alternativa ao realismo no *mainstream* da disciplina. O conceito de poder timidamente deixava de ser sinônimo de potência militar para ampliar suas fontes na esfera econômica. E, nesse período, houve rápida expansão nos estudos em EPI. Apesar de criticada, houve uma ruptura na hierarquia de assuntos a serem considerados pelos formuladores de política dos Estados na atuação na política internacional.

Por outro lado, não se deve negligenciar a importância da ruptura teórica do “Manifesto” de Nye e Keohane dentro do debate teórico nas Relações Internacionais nos EUA. E não é porque há uma indiferença por parte desses autores em considerarem o Estado nessas relações. Eles não afirmam isso. O texto de Nye e Keohane foi um manifesto para romper uma concepção nas Relações Internacionais de que havia uma “alta política” e uma “baixa política” e que ambas moldavam as relações interestatais e que havia a possibilidade da cooperação entre Estados em um período que a Guerra Fria chegava a seu fim. Esse foi o *insight* desses autores. Talvez, o problema deles tenha sido teorizar essa questão nos trabalhos subsequentes com conceitos sobre “sensibilidade”, “vulnerabilidade”, “área do problema” (*issue-area*), “Estado racional” que voltou ao mesmo problema dos (neo)realistas com sua objetividade positivista e sua dificuldade de apreender a questão com esses conceitos. Como apreender a sensibilidade ou a vulnerabilidade de um Estado diante de uma relação transnacional?

Da mesma forma, as organizações internacionais historicamente dificilmente são redutos de escolhas racionais entre os Estados, segundo Keohane. Em 1969, com o ensaio “*The Executive Head: an essay on leadership in international organization*” e no artigo escrito com Harold

Jakobson de 1977, “*Decision Making*”, Cox desvela qual é o verdadeiro papel das organizações internacionais. Essas são produto da ordem hegemônica internacional, papel também reconhecido por Keohane, e eram responsáveis por corporificar e legitimar ideologicamente as regras que facilitam a expansão dessa ordem. E para além de uma escolha racional, a adoção dessas é definida por meio de cooptações e corrupções de membros de países periféricos. Às vezes, mudanças no processo de decisão são inevitáveis, mas essas ocorrem por meio de absorção de ideias contra-hegemônicas que não modifiquem substancialmente as estruturas de poder dessas instituições. O poder é a tônica das Organizações Internacionais e não as *escolhas racionais* visando uma possível cooperação entre Estados, conforme argumentar Keohane. E depois de quase vinte anos da publicação desses artigos de Cox, dificilmente essas organizações optaram pela benevolência na política internacional.

Robert Gilpin foi mais eclético dentro do campo do realismo e manteve um debate constante com Keohane. Ele concordou com este e com Nye em que as relações transnacionais poderiam alterar as relações entre os Estados, mas isso sempre ocorreu e que a estabilidade sistêmica não era proporcional à cooperação entre as grandes potências. A estabilidade sempre foi uma função de um *hegemon* ofertante de bens públicos no sistema internacional, como explicado anteriormente. Portanto, em um sistema anárquico pode haver uma hierarquia, e esse não será necessariamente um sistema em que o conflito prevaleça. Para tanto, ele alega que há uma relação natural entre a economia e a política. Logo no início do livro “*Economia Política das Relações Internacionais*” (2002), ele afirma que a Guerra do Peloponeso também teve como origem questões comerciais. Nesse sentido, Gilpin discorda de Nye e Keohane e reafirma a tradição do realismo na análise das relações interestatais. O problema para o autor, e para quem analisa as relações internacionais por meio da EPI, é definir quem define o grau de interação entre essas relações. É a política quem define a economia ou o contrário? Gilpin responde que depende da escola de pensamento. Ele afirma que há três maneiras de se considerar a questão: os mercantilistas, os liberais e os marxistas. Gilpin faz um estereótipo de cada uma com o intuito de demonstrar as várias formas da relação entre o poder (política) e a riqueza (economia).

Susan Strange tentou se contrapor completamente à questão ideológica de Gilpin de que há “visões de mundo” na definição entre a relação entre economia e política. Ela não o cita explicitamente, mas no Prólogo de seu livro, “*States and Markets*” (1994), há uma fábula sobre grupos de estudantes perdidos em uma ilha deserta, no qual se destacam três grupos que tentam se organizar socialmente por meio dos princípios liberais, socialistas e mercantilistas, respectivamente. A moral da estória é que nenhum grupo consegue tal feito por causa de visões de mundo prejudicadas por essas ideologias. A partir dessa argumentação, ela afirma que a economia política internacional é formada por poderes estruturais, cuja origem é a síntese entre os efeitos dos Estados sobre os mercados e da força desses sobre os Estados. Como ela afirma, “é um método de análise mais pragmático na prescrição da organização social em busca de valores como riqueza, justiça, segurança e liberdade” (STRANGE, 1994, p.17). E cada uma dessas ideologias, diante da impossibilidade de contemplar todos esses valores, priorizam alguns deles, ou seja, o que decide a natureza da síntese desses valores fundamentalmente é uma questão de poder. Portanto, o que decide a relação entre o mercado e a autoridade é o poder. Entretanto, há dois tipos de poder: o poder estrutural e o poder relacional. E, diante do “jogo competitivo” entre Estados e empresas, o poder estrutural influencia mais do que o poder relacional³².

Dessa forma, parece que o “diálogo de surdos” de Strange ainda continua, mas sob outros parâmetros. As transações transnacionais, de certa forma, foram consideradas na teoria das Relações Internacionais. O “terceiro debate” foi superado e adentrou para um outro complexo e infrutífero debate entre positivas e “pós-positivistas”, que amalgama uma miríade de abordagens, perspectivas e interpretações do que vem a ser e de que forma funciona o “internacional” que mais remete a um desejo de como o mundo deveria ser do que propriamente ele é realmente. Por outro lado, entre os formuladores de política estadunidense ainda prevalece o debate entre vertentes de (neo)realistas e de (neo)liberais que tomam decisões por meio dos possíveis conflitos e cooperações no sistema internacional. Dessa forma, deixa a política internacional muito mais à mercê de visões distorcidas e despreza a realidade.

32 Poder relacional é o poder comumente descrito pelos realistas. O poder de A influencia B a ponto de ele fazer o que não faria de outra maneira.

Se há uma certeza de que o sistema internacional está à mercê da guerra, as grandes potências não medirão esforços para se prepararem para ela. O contrário também é verdadeiro para os (neo)liberais.

Para superar esse diálogo estéril e tentar compreender a formação hierárquica estatal na economia-mundo capitalista, como proposto neste capítulo, propõe-se um outro manifesto; o manifesto³³ de Halliday (2007), de repensar as relações internacionais, e considerar que “nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e o sistema mundial” (p.75). Dessa forma, analisa-se o “internacional”, que envolve qualquer atividade humana, conforme o contexto socioeconômico e negligenciar as abstrações a-históricas, como explicado acima, em que as principais teorias das Relações Internacionais partem de premissas de uma natureza humana conflitiva ou cooperativa e/ou um sistema estruturalmente conflitivo sem investigar sua origem. Por esta razão, o que se pretende é identificar a historicidade, ou seja, as condições de origem e de reprodução do sistema internacional conforme a determinação histórico-capitalista para compreender os motivos que levaram um agrupamento de cinco Estados não pertencentes ao núcleo orgânico do sistema a contestar a atual governança global. Quando se afirma que a política internacional busca uma “ordem”, deve-se perguntar “ordem” para quem e com quais interesses. Para Halliday (2007):

Não existe, portanto, nenhum Estado, nenhuma crença, nenhum conflito, nenhum poder em geral independente deste contexto [socioeconômico]. Por extensão, não existe nenhum “sistema internacional” ou qualquer componente de sua atividade, seja a guerra ou a diplomacia, que possa ser abstraído do modo de produção. Na verdade, as relações internacionais são o estudo das relações entre as formações sociais e não o das relações entre os Estados. Assim, o Estado não é mais percebido como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como *locus* do interesse de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica. Identificar até que ponto as classes controlam o Estado, ou estão separadas dele, tem sido uma das questões principais de disputa dentro da área. Da mesma forma, soberania se torna não um conceito legal genérico, mas a soberania de forças específicas (a sua história é a das formas de poder social e a da sua legitimação). A segurança é removida da esfera teórica tradicional em que foi colocada e se torna a segurança

33 Benno Teschke (2008) afirma a necessidade de retomar o materialismo histórico para compreender as relações internacionais conforme o manifesto de Halliday.

de grupos sociais e por razões socioeconômicas específicas” (HALLIDAY, 2007, p.74).

Dessa forma, o sistema internacional moderno e sua configuração hierárquica são entendidos como resultados da disseminação global do capitalismo e da subjugação das formações sociais pré-capitalistas. Para compreender essa disseminação, deve explicar o papel dos grupos sociais no poder estatal. De forma geral, esses grupos são definidos pela posse e controle dos meios de produção o que, conseqüentemente, influencia na definição das outras formas de poder que eles detêm, e condicionam a organização econômica, política e social dessas formações. A partir dessas formas de poder, esse grupos procuram subjugar e controlar os grupos sociais menos poderosos. Por outro lado, no sistema internacional, eles agem para formar alianças com outros grupos similares ou para competir contra outros seja por meios pacíficos seja por meios militares.

Desse fato é importante destacar, e é discutido com mais detalhes no próximo capítulo, a partir do exemplo dos EUA, que:

[...] cada classe dominante tem sido capaz de utilizar o caráter internacional do capitalismo para preservar a sua posição dentro da sociedade, aliando-se com outras, para identificar na arena internacional um terreno para a extensão de seus interesses e poder. Dessa forma, a centralidade das classes confere aos principais conflitos da política internacional um caráter socioeconômico (HALLIDAY, 2007, p. 77).

Assim, tanto o conflito quanto a formação de alianças (ou de consenso) entre esses grupos e classes sociais no sistema internacional são fenômenos históricos e sociais, cuja origem se encontra também nas diferentes posições econômicas³⁴ desses agrupamentos. O principal objetivo dessas classes dominantes é obter o monopólio de mercados, de recursos e de territórios para produzir e reproduzir suas organizações econômicas, políticas, sociais e manter suas visões de mundo.

Dessa maneira, diante da determinação socioeconômica, das relações conflituosas e das relações consensuais no sistema internacional, há a questão

34 “O problema dominante da política internacional do século XX [e mais ainda neste início do século XXI] é percebido pela teoria das relações internacionais convencionais como sendo aquele da segurança, mas muito deste período pode também ser considerado como um de contenção do conflito intercapitalista e da revolução social” (HALLIDAY, 2007, p. 80).

da vontade e da atividade humana consciente. É óbvio que não se negligência o inconsciente e o inesperado nesta análise, mas:

[...] como Freud, Marx acreditava que a vontade humana e o objetivo de tornar o inconsciente explícito e consciente eram possíveis dentro de certos limites. Além disso, tal reconhecimento era um caminho não para a celebração do inevitável, do render-se face ao determinado, mas pelo contrário, uma pré-condição para o exercício da *liberdade que as circunstâncias permitem*. Os grupos sociais poderiam mais facilmente mudar sua posição se *percebessem a extensão dos fatores que determinavam a sua situação* (HALLIDAY, 2007, p.81—grifos nosso).

E é sobre essa “liberdade que as circunstâncias permitem” que se volta agora para analisar a autonomia relativa da política e a formação da hierarquia no sistema internacional moderno, para que necessariamente não seja simplesmente uma determinação do contexto socioeconômico³⁵. Entretanto, não se deve abstrai-la como algo absoluto do contexto e da totalidade formada pelas determinações do socioeconômico e do histórico. Portanto, a tarefa é identificar as relações sociais de produção que condicionam a prática social, as questões políticas e as geopolíticas, tema que é ignorado nas abordagens (neo)realistas e (neo)liberais.

As relações sociais de produção, condicionadas por meio de relações entre as principais classes, definem essa constituição e a identidade das unidades macropolíticas. O equilíbrio entre as forças sociais encontra expressão nas instituições, constituídas politicamente, que proporcionam os parâmetros para as classes específicas, e, assim, as regras de reprodução social. As instituições políticas fixam os regimes de propriedade social, fornecendo tanto regras e normas quanto forças e sanções para a reprodução das relações específicas de classe. Em particular, normatizam e politizam as relações monetárias e financeiras internacionais. Em particular, normatizam e politizam as relações monetárias e financeiras internacionais. Dessa forma, estratégias de reprodução definem as relações econômicas, inclusive monetárias, e políticas domésticas e internacionais, representadas por *modos de operação* das diversas ordens geopolíticas. E em períodos de crise essas

35 Halliday (2007) cita dois exemplos: a democracia liberal e o nacionalismo. Além da política, o direito internacional, as instituições, a segurança, as tomadas de decisão têm regras e tendências próprias.

instituições são contestadas (TESCHKE, 2003; 2008). O que permanece e o que muda dessas ordens geopolíticas são condições históricas que devem ser analisadas para tentar compreender a realidade do mundo contemporâneo, para além da realidade estadunidense do conselheiro da epígrafe deste capítulo. E é para essa questão que se direciona neste momento a tese.

2.2 A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO HIERÁRQUICA NO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

A lei³⁶ do valor condiciona cada uma das contradições do sistema-mundo moderno e cada uma tem seu tempo histórico. “O modo de produção capitalista representa uma ruptura qualitativa com os sistemas anteriores, porque a lei do valor rege não só a vida econômica, mas também todo o sistema social deste novo mundo moderno” (AMIN, 1997, p.58). O modo de produção do capital representou uma ruptura qualitativa³⁷ porque sob os sistemas anteriores a dominação política e a dominação ideológica prevaleciam na extração do excedente. Na economia-mundo capitalista, o econômico regula todo o sistema social moderno por meio da necessidade da acumulação incessante de capital. Dessa forma, segundo Amin, há uma lei do valor mundializada responsável por uma polarização que define o centro e a periferia do sistema e regula os grandes conflitos sistêmicos. Assim, “em sua expressão imediata, o sistema capitalista opera como uma ‘economia-mundo’, no âmbito de um sistema político organizado em Estados soberanos” (AMIN, 1997, p. 59).

Da mesma forma, ao analisar qualquer conjuntura, há uma sobreposição de *histórias* com processos distintos entre si, mas que não deixam de formar um todo, um desenvolvimento simultâneo (BRAUDEL, 2005). O que de fato pode-se concluir é que tudo muda, mas cada qual ao seu tempo. Segundo Wallerstein (2011):

36 O termo lei nesta tese significa que a formação do valor por meio do trabalho humano traz certas implicações, certa lógica de necessidade, para o funcionamento da economia capitalista.

37 “A condição primeira e mais básica de expansão capitalista para além dos limites da dominação política e militar é a imposição de imperativos econômicos, introduzindo as compulsões do mercado onde elas não existem e sustentando-as onde existem” (WOOD, 2014, p. 28). “O poder regulava a riqueza, mas agora é a riqueza que regula o poder” (AMIN, 1997, p. 112).

A realidade social é sempre e necessariamente histórica (no sentido que a realidade inevitavelmente muda todo nanossegundo) e estrutural (no sentido que a ação social é governada por constrangimentos derivados do sistema histórico social dentro do qual ocorrem as atividades descritas) (WALLERSTEIN, 2011, p. XI).

A economia-mundo europeia firmou sua expansão em 1640 até se transformar em uma economia-mundo capitalista por volta de 1875, e desde então manteve as mesmas estruturas que lhe proporcionam suas formas características. O sistema-mundo é um sistema social definido por limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. “A sua vida é feita das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo em seu proveito” (WALLERSTEIN, 1990, p.337). A economia-mundo capitalista é um tipo de sistema-mundo. O que forma este sistema é uma única divisão extensiva do trabalho, de maneira esparsa geograficamente, com múltiplas formações políticas e culturais. A especificidade dessa economia-mundo, comparada com as outras, é o modo de organização econômica guiada pelos preceitos do capital: produção de mercadorias, cujo objetivo é obter lucro incessante. Wallerstein (2001) a caracteriza assim:

[...] é o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (lei do valor) se ampliou cada vez mais, em sua imposição tornou-se cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior, mesmo quando teve de enfrentar uma posição social mais enfática e organizada (WALLERSTEIN, 2001, p.18).

E, portanto, no decorrer do processo do desenvolvimento dessa economia-mundo a “acumulação incessante” moldou todo um sistema-mundo.

O processo de produção envolve uma complexa cadeia interligada. Mas nem todos os elos dessa cadeia foram/são mercantilizados. O lucro³⁸, segundo Wallerstein, é maior quando nem todos os elos são de fato mercantis e produzidos pelos mais diversos conjuntos de trabalhadores não

38 Wallerstein interpreta o lucro por meio da formulação de Ricardo e não a de Marx, ou seja, o lucro do capitalista é inversamente proporcional ao salário do trabalhador.

necessariamente assalariados. A taxa de acumulação flutua se se considerarem todos os elos das cadeias mercantis. Mas, individualmente, por meio de “competição” interna nessas cadeias, essa taxa varia dependendo de maior “perspicácia, habilidade no controle da força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas (conhecidas em geral como ‘monopólios’)” (WALLERSTEIN, 2001, p. 16). Essa concorrência interna criou a primeira contradição elementar do sistema. O interesse geral dos capitalistas é diminuir os custos de produção. Entretanto, essa redução somente beneficiava parte desses capitalistas das cadeias mercantis de produção. E havia uma segunda contradição fundamental do sistema. Sem compradores não há processo de acumulação. E diante da pressão competitiva entre os capitalistas, em sua forma de classe, agiam para diminuir os custos de mão de obra.

Em termos geográficos, o capital sustenta a divisão axial do trabalho por meio da especialização da produção e cria a interdependência entre as áreas geográficas na economia-mundo capitalista. A dinâmica de acumulação entre as cadeias mercantis não é aleatória. Há uma convergência centrípeta do lucro para poucas áreas geográficas, denominadas por Wallerstein de centro do sistema. Com o desenvolvimento histórico dessa economia-mundo, essa dinâmica se tornou ainda mais funcional e se ampliou geograficamente. Dessa maneira, consolidava ainda mais a sua formação hierárquica e definia uma crescente polarização não somente em termos de acumulação, mas também em termos distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida, etc.). A especialização produtiva nessas áreas ocorreu não só por causa de questões ecológicas, mas também porque determinada organização social do trabalho legitimou a capacidade de certos grupos de acumular e de apropriar uma parte maior de capital. Da mesma forma, o uso da violência contribuiu para a determinação dos diversos níveis de preço das mercadorias entre as regiões e forçou a troca desigual entre elas. Wallerstein (1990) argumenta que:

O que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pôde ser escondida. [...] A chave para esconder esse mecanismo central está na própria estrutura da economia-mundo capitalista, na aparente separação, nesse sistema, entre *espaço da economia* (uma divisão social mundial do trabalho com processos produtivos integrados, todos operando em nome da

acumulação incessante de capital) e o *espaço da política* (organizado ostensivamente em torno de Estados soberanos e separados, cada qual com responsabilidades autônomas por decisões políticas no interior de sua jurisdição, todos dispondo de forças armadas para sustentar sua autoridade). No mundo real do capitalismo histórico, quase todas as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados. Essa não é uma inovação recente. Aparece nos primórdios do capitalismo histórico. Além disso, a transnacionalidade das cadeias mercantis descreve tanto o mundo capitalista do século XVI quanto o do século XX (WALLERSTEIN, 1990, p.29).

Cada capitalista busca melhores condições no mercado e tenta manter sua produção mais eficiente por meio do desenvolvimento das forças produtivas e/ou por meio de auxílio político para angariar novas vantagens monopolistas. “Assim, práticas monopolistas e motivação competitiva são realidades que andam lado a lado no capitalismo histórico” (WALLERSTEIN, 2001, p.32) e provocam ciclos alternados de expansões e estagnações. O autor reitera:

O que parece ter acontecido – aproximadamente a cada 50 anos – é que, pelo esforço de um número cada vez maior de empreendedores para controlar mais e mais conexões nas cadeias mercantis, ocorreram desproporções de investimento, as quais chamamos, de forma um pouco equivocada, superprodução. A única solução para essas desproporções têm sido crises no sistema produtivo [...]. Isso parece lógico e simples, mas suas sequelas sempre foram enormes. Esse processo significou, a cada vez, uma concentração maior de operações nos elos mais saturados da cadeia mercantil. Ele implicou a eliminação de empreendedores e de trabalhadores (os que trabalhavam para empresários que quebraram e também os que trabalhavam para aqueles que aumentaram a mecanização para reduzir os custos de produção). Esse processo também permitiu que alguns empreendedores “deslocassem” suas operações na hierarquia da cadeia mercantil, aplicando recursos e esforço para explorar novos elos das cadeias mercantis, os quais, por oferecerem inicialmente insumos mais “escassos”, eram mais lucrativos. O “deslocamento” de processos particulares na escala hierárquica também levou a frequentes transferências geográficas, motivadas principalmente pela mudança para regiões em que o custo da mão de obra é inferior (embora, do ponto de vista da área que recebe a indústria, a implantação desta provoque um aumento salarial para alguns segmentos da força de trabalho) (WALLERSTEIN, 2001, p.32-33).

Esses rearranjos provocaram três consequências no capitalismo histórico. A primeira delas é a permanente reestruturação geográfica do sistema capitalista, mas sem perder a organização hierárquica da cadeia mercantil. Novos processos produtivos são criados e permanecem no topo

dessa hierarquia, mas em áreas geográficas distintas³⁹. A segunda consequência foi o aumento da proletarização da força de trabalho relativa ao trabalho nas unidades domiciliares. Nesse contexto, também se deve considerar o processo de mudança tecnológica. Cada inovação tecnológica foi criada para produzir mercadorias novas e escassas e/ou diminuir os custos da mão de obra. As inovações foram respostas aos momentos de baixa nos ciclos econômicos e mudaram a organização da produção. E, por fim, uma terceira consequência dos rearranjos cíclicos é a diminuição dos níveis de lucro diante da contínua concentração da acumulação do capital e da lenta proletarização da mão de obra, mesmo que não a ponto de bloquear o circuito do capital (WALLERSTEIN, 2001).

Da mesma forma, diante desses rearranjos cíclicos, o espaço geográfico do capitalismo histórico cresceu regularmente ao longo do tempo por meio de “arrancos periódicos”. Cada expansão sucessiva ocorreu por meio de alcances limitados que dependiam do desenvolvimento tecnológico do capitalismo histórico, mas também devido a melhorias nos transportes, nas comunicações e nos armamentos. Wallerstein (2001) alega que as áreas externas da economia-mundo capitalista eram autossuficientes e não precisavam das mercadorias deles e nem possuíam as condições econômicas para tanto. O que de fato ocorreu foi que “sempre o mundo capitalista buscou os produtos das regiões externas a ele, e não o contrário. Sempre que um *locus* particular era militarmente conquistado, os empreendedores capitalistas se queixavam da ausência de mercados reais e operavam através (sic) de governos coloniais para ‘criar gostos’” (WALLERSTEIN, 2001, p. 36). Essa expansão se contrapunha ao paradoxo da centralização do lucro e do processo de proletarização do centro e mantinha uma parcela maior de semiproletários nas cadeias mercantis.

A transferência de maior lucro para uma região colocou-a na condição de centro da economia-mundo capitalista. O excedente de capital permitiu a essa região geográfica mais acesso a recursos, a desenvolvimento das forças produtivas e a obtenção de vantagens competitivas. Nesse processo, esse

39 “Esses rearranjos só poderiam ser chamados de ‘desenvolvimento’ se fosse possível demonstrar que se associam a uma redução da polarização global do sistema” (WALLERSTEIN, 2001, p.34).

excedente criou tanto a base fiscal quanto os motivos para a formação de aparatos estatais relativamente fortes dotados de capacidades burocráticas e militares para garantir que os de mesma natureza localizados nas áreas periféricas permanecessem, ou se tornassem, fracos. Assim, asseguravam que nestas áreas a remuneração do trabalho permanecesse menor criando níveis de salários divergentes no capitalismo histórico. Esse processo permanece oculto sob o manto de forças econômicas impessoais definidas na relação mercantil entre oferta e demanda. E o uso da violência sempre foi utilizado quando determinado nível de troca desigual foi questionado a ponto de desestabilizar esse processo de acumulação nas cadeias mercantis.

Dessa forma, as diferentes proporções de apropriação do excedente influenciou a organização política da economia-mundo capitalista na formação de Estados localizados no centro, na semiperiferia e na periferia⁴⁰ do sistema. Os grupos sociais em busca de seus interesses procuram alterar o sistema em benefício próprio via Estado, mas sem controlar completamente a economia-mundo. Especificamente, nas relações interestatais, os Estados centrais reproduzem sua condição via intervenção militar e via atuação diplomática. Por outro lado, os Estados não são inteiramente subordinados aos grupos sociais locais. A construção e consolidação dos Estados criam seus próprios grupos de interesse formados por administradores e burocratas e a respectiva Constituição estabelece um compromisso social, mesmo que mínimo, que garante certa flexibilidade diante das pressões dos grupos sociais. Wallerstein (2011) enfatiza que:

Fazer política é mudar as relações de poder numa direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais. Para ter êxito, nesses casos, é preciso encontrar as alavancas de mudança que permitam a maior vantagem ao menor custo. Dada a estrutura do capitalismo histórico, as alavancas mais efetivas de ajuste político têm sido as estruturas do Estado, cuja própria construção, como vimos, foi uma das realizações institucionais do capitalismo histórico (WALLERSTEIN, 2001, p. 42).

40 "As economias-mundo estão divididas, pois, em estados dentro do centro e em áreas periféricas. Não digo estados periféricos porque uma característica das áreas periféricas é que o Estado indígena é débil, oscilando entre a não existência (isto é, uma situação colonial) e a existência com um escasso grau de autonomia (isto é, uma situação neocolonial)" (WALLERSTEIN, 1990, p.339)

O primeiro e mais fundamental elemento do poder estatal é a jurisdição territorial. Os Estados centrais tem a jurisdição formal sobre o movimento de mercadorias, capital-dinheiro e força de trabalho através de suas fronteiras, o que o capacita a mudar a divisão social do trabalho na economia-mundo capitalista ao alterar as regras que governam o fluxo dos fatores de produção. O segundo elemento fundamental do Estado é determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial. O direito de legislar sobre os modos de trabalho implicaram em transformações radicais nos padrões existentes para aumentar a mercantilização da força de trabalho até certo nível no intuito de não bloquear a acumulação de capital. Um terceiro elemento tem sido o poder de tributar. Dessa forma, diante de um crescente acúmulo de capital, o Estado concentrou um poder de redistribuição desse, que influencia novos ciclos de acumulação no processo de produção e de circulação nas cadeias mercantis em favor de alguns grupos em detrimento de outros. Os Estados, para além das discussões sobre a capacidade de redistribuição de renda interna e externa na economia-mundo capitalista (Estado de bem-estar social), são fontes diretas de promoção de *desigualdades* por meio de subsídios para determinados grupos capitalistas, apropriação ilegal e em grande escala e irrestrita de fundos públicos e socialização dos riscos e individualização do lucro. E, por fim, um quarto elemento fundamental do Estado é o monopólio das forças armadas ou, pelo menos, o desejo de monopolizar essas forças. No plano interno o objetivo de manter a ordem é feita pela polícia e no plano externo são as forças armadas (WALLERSTEIN, 2001). O autor argumenta que:

Os tipos de poder exercidos por cada Estado têm sido semelhantes, mas o grau de poder dos diferentes aparatos estatais tem variado enormemente. Os Estados situam-se numa hierarquia de poder que não pode ser medida nem pelo tamanho e pela coerência das suas burocracias e exércitos nem por suas formulações ideológicas sobre si mesmos, mas sim por sua capacidade efetiva, ao longo do tempo, de promover a concentração do capital acumulado dentro das suas fronteiras, em comparação com a capacidade dos Estados rivais. Essa capacidade efetiva envolve o potencial de [1] constranger forças militares hostis; [2] a habilidade de decretar medidas vantajosas em casa e de impedir outros Estados de fazerem o mesmo; e [3] a habilidade de constranger suas próprias forças de trabalho e de minar a capacidade dos rivais de fazerem o mesmo. No médio prazo, o que realmente mede a força dos Estados é o resultado econômico (WALLERSTEIN, 2001, p.48).

O sistema-mundo moderno manteve uma relativa estabilidade política nos aproximadamente 500 anos de existência devido, principalmente, a três mecanismos. O primeiro é a concentração militar sob comando das forças dominantes. O segundo mecanismo é a disseminação de um compromisso ideológico no sistema como um todo, o que Wallerstein (2014) denominou de “liberalismo centrista”. Esse proporciona uma crença no *progresso* tanto da população quanto de seus líderes e possibilita a ideologia no bem-estar geral. Acima de tudo, há uma ideia de que esse progresso depende da manutenção do sistema. Muito embora esses dois mecanismos se destaquem, ambos são insuficientes se não houver a manutenção de uma relação social estratificada. A grande maioria da população se localiza na camada mais baixa dessa hierarquia seguida por uma camada média menor (WALLERSTEIN, 2000). A manutenção da desigualdade, terceiro mecanismo, é fundamental para produzir e reproduzir o sistema. Há mudanças na economia-mundo capitalista, segundo Wallerstein, mas elas são circunstanciais e não alteram estruturalmente o sistema. As mudanças ocorrem devido a circunstâncias que, em determinados períodos, enfraquecem os Estados fortes e facilitam a contestação e a difusão do poder no sistema. Assim, permite-se maior flexibilidade de ação dos Estados mais fracos, como ocorre na atual conjuntura quando Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) contestam a ordem internacional vigente. Contudo, a estrutura da geopolítica, da geoeconômica e da geocultura se mantêm; quando houver alguma mudança na dimensão sistêmica, esta já não será mais a economia-mundo capitalista.

Depois de analisar a formação da economia-mundo capitalista é preciso compreender melhor a geopolítica, segundo Wallerstein. Segundo ele, as regras do sistema interestatal foram impostas pelos Estados mais fortes, primeiro aos Estados mais fracos e depois uns aos outros⁴¹. Apesar de uma tendência à formação de um império-mundo, a própria dinâmica da economia-

41 “Os Estados se desenvolveram e foram formados como partes de um sistema interestatal, ao qual correspondia um conjunto de regras dentro das quais os Estados tinham de operar e um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobreviver. Para qualquer Estado específico, o sistema interestatal representou restrições ao seu arbítrio. Essas restrições se manifestam nas práticas da diplomacia, nas regras formais que governam jurisdições e contratos (direito internacional) e nos limites que definem como e sob que circunstâncias as guerras podem ser conduzidas” (WALLERSTEIN, 2001 p.50).

mundo capitalista frustra essa tendência. Wallerstein argumenta que os próprios capitalistas de determinado Estado formam alianças com outros Estados para minar a tendência estatal a essa formação⁴². Dessa forma, esse processo impede a formação de um império-mundo e mantém um equilíbrio relativo de poder entre os Estados. Os Estados fortes e os Estados intermediários do sistema interestatal sempre tenderam a manter alianças para que nenhum Estado isolado pudesse ter sucesso na conquista de todos os outros. Por outro lado, a superestrutura política definida por ele não apreende a complexidade das correlações de forças entre os Estados no capitalismo. A abordagem dele utilizada nesta tese se concentra única e exclusivamente à função da acumulação incessante de capital. As relações econômicas constituíram o sistema, como pode ser analisado anteriormente, mas é preciso considerar que as relações políticas e diplomáticas, para além de questões relacionadas às relações econômicas, entre os Estados contribuíram para formar ordens no sistema interestatal capitalista. Para tanto, é sobre a “liberdade que as circunstâncias permitem”, descritas por Halliday, como visto anteriormente, que este tese analisa.

2.2.1 O Sistema Interestatal Capitalista

Dessa maneira, é preciso aprofundar a explicação de Wallerstein sobre a formação de equilíbrios de poder por meio de outra dinâmica e, logo superar essa interpretação de formação de padrões anacrônicos no sistema-mundo moderno, para compreender os períodos de expansão do núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista. Mas antes é necessário compreender a diferença entre sistema-mundo moderno (na teorização de Wallerstein) e sistema interestatal capitalista (como defendido por Fiori). A principal crítica de Fiori a Wallerstein recai sobre a expansão do sistema. Fiori alega que o sistema está em constante expansão e Wallerstein, por outro lado, assegura

42 “Mas eles [capitalistas] também precisavam controlar algumas alavancas para que servissem de garantia *contra* suas próprias máquinas estatais. Se estas se tornassem fortes demais, poderiam sentir-se livres para acatar pressões igualitárias, por razões de equilíbrio interno. Contra essa ameaça, os acumuladores de capital precisaram dispor de uma outra forma em seu favor: a de frustrar os desígnios de seus próprios aparatos estatais através de alianças com outros aparatos estatais. Isso só seria possível na medida em que nenhum Estado dominasse tudo” (WALLERSTEIN, 2001, p. 51).

que o sistema concluiu sua expansão no final do século XIX. Mas a pergunta que deve ser feita para entendê-los é: qual sistema? O sistema interestatal capitalista é parte do todo, ou seja, é uma totalidade do sistema-mundo moderno formado pela geoeconomia, pela geopolítica e pela geocultura, como explicado acima. Esse sistema de organização política é anterior ao sistema-mundo moderno e foi aglutinado pelas relações sociais capitalistas. O “jogo das guerras” de Fiori, portanto, é uma totalidade do sistema-mundo moderno. São duas abordagens distintas⁴³ sobre a formação do capitalismo, mas que na verdade são mais complementares do que díspares. É importante destacar que Fiori aprofunda a dinâmica geopolítica na economia-mundo capitalista e apreende com mais complexidade a atual mudança de processo de acumulação e de formação de novos poderes na Ásia.

Dessa forma, o sistema interestatal capitalista se originou e se expandiu a partir da síntese entre o “jogo das guerras” e o “jogo das trocas” na Europa antes da formação da economia-mundo capitalista de Wallerstein. O primeiro se consolidou entre o século XI e XVI, durante as guerras de reconquistas territoriais contra muçulmanos localizados na península ibérica e no leste europeu e as guerras entre as dinastias europeias. Mas qual é o “jogo das guerras”? O jogo das guerras faz uma contraposição ao jogo das trocas de Braudel e Wallerstein, para quem, esta seria a origem do sistema. Fiori (2008; 2014) argumenta que esse sistema se define, intrinsecamente, por meio do confronto e do conflito político porque há uma constante rivalidade entre suas organizações políticas; há a constante necessidade de expansão do território controlado pelo Estado para controlar recursos, por meio da formação de monopólios, e para manterem a lógica da “*preservação da existência social*”. Portanto, as guerras europeias contribuíram para originar o capitalismo. A partir da pressão competitiva intrínseca do sistema, as unidades políticas necessariamente se expandiam e contribuíam para produzir e reproduzir o capital: “esses dois fatores [força política e sua coerência econômica] de inspiração foram os que mais contribuíram para a expansão vitoriosa do

43 Fiori explica o sistema capitalista por meio da subjugação das relações econômico pelas relações políticas. Wallerstein (2016), por outro lado, explica que, na verdade, não existe a separação ontológica entre “ciências” econômicas, políticas e culturais. “Nenhuma das três é ‘primordial’ e todas devem ser analisadas na sua definição mútua” (WALLERSTEIN, 2016, p. 23). Mas, como visto, ele não aprofunda a explicação das relações interestatais.

sistema de poder europeu e sua conquista do mundo, e também para a formação do próprio capitalismo” (FIORI, 2014, p.16).

A política originou o modo de produção do capital na concepção de Fiori. O conflito e o confronto intrínsecos ao sistema estimularam a produção de excedente configurando a racionalidade do “trabalho necessário” e do “trabalho excedente”. Para Fiori, diante da necessidade de tributos para os Estados financiarem a guerra, produzia-se mais do que o necessário para o consumo. O impulso pelo poder criou a interdependência em relação à acumulação de capital. Apesar de certa autonomia no decorrer dos séculos, a economia de mercado depende do Estado, sobretudo durante os períodos de crise. E este foi o diferencial europeu das outras organizações econômicas, políticas e sociais. A “articulação virtuosa” entre poder e capital teve a capacidade de captar, dissolver e transformar outras organizações políticas e econômicas diante da necessária expansão⁴⁴. Fiori afirma que houve três expansões do sistema:

- a) durante o século XIX, quando houve a absorção dos Estados americanos;
- b) durante o século XX, quando houve a absorção dos países independentes da África e da Ásia;
- c) início do século XXI, com a absorção do antigo mundo soviético e do mundo sinocêntrico.

Essas expansões ocorreram por meio da ampliação dos territórios econômicos supranacionais dos Estados nacionais para assegurar posições de monopólios frente aos concorrentes.

A cada expansão se evidencia a questão da ordem do sistema interestatal capitalista. A antiga ordem se desestabiliza diante de uma maior complexidade da recriação de um poder global. Fiori descreve que há vários polos de poder, ou seja, há diversos centros de poder e de acumulação de capital em detrimento de um único, como advogam as abordagens hegemônicas de, por exemplo, Robert Gilpin (1983) e Giovanni Arrighi (2003). Da mesma forma, ordem internacional não é sinônimo de estabilidade

44 Wallerstein chega à mesma conclusão em relação à interdependência entre a força política e a acumulação de capital.

sistêmica. Ele, por outro lado, afirma que o sistema não muda sua natureza de constantes conflitos. Assim, o objetivo de preservar a existência social de determinado grupo social é constante nesse sistema interestatal. A rivalidade permanece mesmo quando se destaca um Estado ordenador em meio a outros polos em uma relação de constante competição e complementaridade. Não há, portanto, uma estabilidade sistêmica permanente, já que mesmo entre os Estados centrais existem relações constantes de concorrência e de complementaridade. Eles formam um núcleo orgânico e hierárquico e condicionam a governança sistêmica por meio de uma autoproteção e de ações para impedir o surgimento de novos Estados líderes por meio de manipulação das armas, da moeda e das finanças, das informações e da inovação tecnológica.

E dentre essas, a manipulação da moeda e das finanças se sobrepõe sobre os outros instrumentos de poder na atual conjuntura do capitalismo histórico, como se defende no próximo capítulo. O atual período de expansão financeira (início em 1970) tornou-se “uma dimensão essencial e inovadora [...]”, no qual se desfizeram as fronteiras entre as moedas e os capitais, permitindo uma verdadeira universalização do capital financeiro” (FIORI; TAVARES, 1998, p.9). Fiori destaca que o acesso ao crédito e às alternativas de defesa contra a manipulação monetária possibilitam o desenvolvimento dos “Estados atrasados” (segundo classificação do autor) e possivelmente mudanças no núcleo orgânico e hierárquico do sistema interestatal capitalista. Dessa forma, apesar dos estrangulamentos sistêmicos, os grupos articulados apresentam uma dinâmica de competição e complementaridade entre si. Em períodos de crise sistêmica, a competição é acirrada, principalmente por demanda por capital que pode definir a reorganização social por meio de novas estratégias e estruturas de governança global. O desenvolvimento desigual de determinados Estados reforça a capacidade dos Estados centrais de constituírem um núcleo orgânico e hierárquico de governança no capitalismo histórico que se autoprotégem e constroem obstáculos para o espraiamento do poder no sistema⁴⁵.

45 Ver Chang (2002) sobre o tema das estratégias de desenvolvimento e os empecilhos criados pelos Estados líderes para impedir que outros Estados se desenvolvam.

Portanto, o sistema-mundo moderno é um sistema social com estruturas, grupos associados, regras de legitimação e de coerência formado por uma única divisão espacial do trabalho e por diversas unidades políticas e manifestações culturais, cujo fim é a acumulação incessante do capital. Assim sendo, as contradições desse sistema proporcionam conflitos e confrontos sociais constantes que proporcionam mudanças contínuas, mas estas não são significativas a ponto de provocar rupturas no sistema. Dentre as várias contradições desse sistema capitalista, uma delas, as tensões geopolíticas que proporcionam mudanças hierárquicas, é de particular interesse desta tese, devido à atual conjuntura política internacional. Dessa forma, diante do processo de transformações do sistema monetário e financeiro internacional, como será explicado no próximo capítulo, é necessário analisar de que forma as moedas e as finanças influenciam na construção de realidades na economia-mundo capitalista.

2.3 PODER E MOEDA NA CONSTRUÇÃO DE REALIDADES NO CAPITALISMO HISTÓRICO

O vínculo entre moeda e poder não é mecânico. Um Estado central não tem, necessariamente, uma moeda internacional de fácil aceitação e nem controla necessariamente as relações financeiras na economia-mundo capitalista. As moedas são transacionadas em um sistema social com estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência, como explicado anteriormente, os quais ocorrem em meio a uma divisão geográfica do trabalho em simbiose com várias unidades políticas e uma diversidade de manifestações culturais que tem como princípio a produção e a reprodução do capital. Portanto, a relação entre poder e moeda também pode ser um instrumento de competição na rivalidade interestatal capitalista. A moeda e o dinheiro são elementos essenciais no capitalismo histórico.

A experiência do colapso dos Habsburgos, junto da família de banqueiros Fuggers, proporcionou uma reviravolta na forma de os reinos se financiarem e manterem suas organizações políticas, sociais e econômicas. As dinastias não podiam mais depender das pequenas famílias de banqueiros e encontraram a solução por meio do comércio e da produção para manter um

balanço de pagamentos favorável (WALLERSTEIN, 1990). Foi desenvolvida uma nova forma de organização econômica que uniu a burguesia e a burocracia das organizações políticas medievais e que mais tarde consolidará o poder político e militar dos Estados no sistema-mundo moderno. De modo geral, durante o início da economia-mundo europeia no século XVI, depois da guerra para definir quem formaria um império-mundo⁴⁶ entre os Habsburgos e os Valois, até mais ou menos no fim do século XIX, a economia-mundo capitalista se consolidou em meio as mais diversas alianças diplomáticas⁴⁷ e militares entre Espanha, Holanda (Províncias Unidas), Grã-Bretanha, França, Império-Austro Húngaro, Rússia, Alemanha (Prússia).

Na verdade, a guerra foi tão extenuante para ambos que possibilitou a predominância de uma organização política, social e econômica, cuja base era uma agricultura capitalista, localizada no noroeste da Europa, uma única superestrutura política formada por diversas unidades em meio a diversas ideologias e culturas interligadas por uma única divisão axial do trabalho. A base, para tanto, foi uma agricultura capitalista que com o tempo desenvolveu as forças produtivas culminando na revolução industrial e expansão das cadeias mercantis para todos os cantos do globo.

A correlação dinâmica de forças entre Estados emergentes e decadentes definiu o sistema internacional capitalista, como explicado anteriormente. Dentro dessa dinâmica, a moeda e as finanças são um dos meios que condicionam a hierarquia desse sistema. O dinheiro influencia na organização social desde os tempos remotos das formações sociais capitalistas. Mas a partir da segunda metade do século XIX, como um dos resultados da consolidação dos Estados-nação, o papel-moeda desenvolveu um novo significado entre moeda e poder. Até então, o ouro e a prata eram

46 Wallerstein (1990) argumenta que esse foi um período crítico na formação da economia-mundo capitalista. Se houvesse um vencedor entre os Habsburgos e os Valois a formação social mais provável seria um império-mundo (uma única unidade política controlando diversas divisões do trabalho e diversas formações culturais).

47 Os conflitos políticos e a conquista de territórios não eram provenientes apenas de guerras sangrentas. Muitas vezes os casamentos entre as casas reais proporcionavam tal objetivo. A poderosa dinastia dos Habsburgos se estendeu da Península Ibérica aos Balcãs, além de grande parte do Novo Mundo. “Depois da unificação dos tronos de Aragão e de Castela em 1469, o casamento dinástico permitiu aos reis Fernando e Isabel da Espanha a associação com a dinastia dos Habsburgos da Áustria. O herdeiro da união entre as duas coroas, Carlos, herdou a Espanha em 1516, governando-a até 1556 e, da parte de seus avós austríacos, herdou a Holanda, a Áustria, a Sardenha, a Sicília, o reino de Nápoles e o Franco-Condado, além das possessões coloniais espanholas” (LESSA, 2005, p. 19).

cunhados facilmente, mudavam seu selo e as relações comerciais e financeiras seguiam seu curso normalmente. Com o papel-moeda é mais difícil tal exercício.

A qualidade da moeda de um Estado passou a condicionar o poder dele tanto quanto a quantidade que ele emite e/ou possui em suas reservas no sistema mundial. Da mesma forma, o aumento das transações financeiras globais entre bancos privados, bolsas de valores, instituições financeiras e Estados a partir da década de 1960 proporcionou um aprimoramento no uso da moeda como instrumento de poder devido ao alto grau de interferência na autonomia e na influência dos Estados. O poder monetário dos EUA não se compara com o poder monetário de nenhum outro Estado na história e, para tanto, é preciso compreender a especificidade do dólar para não cair em anacronismos⁴⁸ e não apreender as vantagens políticas e econômicas que ele proporciona aos estadunidenses.

Os resultados das primeiras formações sociais surgidas por meio do desenvolvimento das forças produtivas e comerciais criaram as bases para finanças públicas sólidas na região de Amsterdã. Wallerstein considera que a Bolsa de Amsterdã podia ser considerada a “Wall Street do século XVII” (1996, p. 64). A solidez dessas finanças combinadas com uma rede comercial mundial permitiu a essa cidade cosmopolita tornar-se o centro do sistema de pagamentos e do mercado de dívidas internacionais. Da mesma forma, as vantagens comerciais nos fretes e nos seguros marítimos criaram um superávit no balanço de pagamentos e permitiram o controle do mercado monetário mundial e, portanto, a promoção da exportação de capitais. De acordo com o autor:

48 “As categorias estão carregadas de *historicidade*. E mesmo aquelas de conteúdo mais genérico, de aplicabilidade heurística válida para todas as épocas e culturas, só conservam sua validade universal à razão direta de se manterem e reproduzirem como expressões de condições históricas dadas e no quadro dessas. Porém, cada contexto reveste a categoria de significado próprio. A tradutibilidade heurística de categorias mais gerais – como ‘trabalho’, por exemplo – se, por um lado, permite, sob um determinado prisma, o reconhecimento de elementos comuns básicos de constituição da sociabilidade humana entre todos os tipos de sociedades e/ou entre suas diversas etapas evolutivas – estabelecendo, assim, um parâmetro adequado para estudos comparativos – por outro lado, impõe a necessidade de procedimentos analíticos mais rigorosos, capazes de identificar a singularidade do conteúdo concreto dessa mesma categoria no interior de uma situação histórico-social específica: uma coisa é o trabalho nas comunidades primitivas, outra coisa é o trabalho na Antiguidade greco-romana, ou no regime de castas na Índia ou ainda na sociedade capitalista moderna” (MELLO, 2000, p.28-9).

Finanças sólidas são, todavia, um dos requisitos prévios do nível de confiança capitalista necessária a um fluxo real de operações financeiras. Finanças sólidas permitem operações de crédito de grandes dimensões a juros baixos e tornam possíveis lucros globais elevados a partir de pequenos créditos por cada operação financeira (WALLERSTEIN, 1996, p.65).

O controle do comércio do Báltico pelos holandeses proporcionou liquidez superabundante e possibilitou a eles obterem crédito a um custo baixo, manterem dívidas relativamente elevadas e ampliarem uma base de gastos para fins militares, segundo Arrighi e Silver (2001).

Contra a Holanda⁴⁹, o Estado britânico apoiou os mercadores ingleses e criou companhias privilegiadas, mesmo a contragosto da burguesia inglesa no seu conjunto. Nesse processo de políticas mercantilistas, agora sob críticas dessas companhias monopolistas, a Inglaterra decretou o Ato de Navegação em 1651. Dessa forma, as mercadorias importadas por eles teriam de ser transportadas por navios ingleses ou por navios dos países produtores. Essa medida, segundo Wallerstein (1996), devia proporcionar obstáculos ao transporte e ao comércio de entreposto holandês. Dessa maneira, o Estado e a burguesia queriam melhorar sua posição comercial não só no Báltico, mas também no comércio transatlântico. Havia um processo de mudança do principal centro de trocas comerciais da região: do Báltico para a região transatlântica, a partir da longa estagnação do século XVII. E essa era a principal região de trocas comerciais holandesas.

Nesse mesmo processo, as Províncias Unidas enfrentaram guerras tanto contra a Inglaterra, pelo mar, como contra a França, por terra. E eles conseguiram acompanhar os ingleses e os franceses no processo de desenvolvimento tecnológico militar e na manutenção de um exército consistente frente a seus adversários e no processo de financiamento do fluxo de produção e de comércio. A Holanda saiu de cena a partir do casamento entre Guilherme III (Casa de Orange-Nassau) e Maria II (Casa de Stuart) em 1688. O conflito entre Inglaterra e França continuou pelo controle das regiões mais lucrativas das cadeias mercantis.

49 Precisamente a região de Amsterdã, já que Antuérpia havia se enfraquecido com o definhamento do império dos Habsburgos.

O período entre 1600 e 1750 foi marcado pelas ações inglesas e francesas para superar a hegemonia holandesa e, diante disso, qual das duas herdaria sua posição central na economia-mundo europeia. A rivalidade se manifestou por meio de uma série de guerras sobre territórios, aliados e mercados na Europa, por um lado, e sobre abastecimentos de escravos e de matérias-primas (açúcar, peles e equipamentos navais) provenientes das Américas, África ocidental e Índia, por outro. A Inglaterra e a França, em um primeiro momento, não apresentavam diferenças significativas que justificassem a superioridade daquela em relação a essa. Foram pequenas diferenças, segundo Wallerstein (1996) que no longo prazo levaram à hegemonia britânica. E as finanças foi uma delas. Havia a questão do financiamento do fluxo de produção e de comércio na economia-mundo europeia e a forma como esses Estados enfrentaram esse problema condicionou a posição hierárquica deles. “O fluxo de metais preciosos como *moeda* era um dos mecanismos pelos quais a potência hegemônica garantia vantagens suplementares para si própria” (WALLERSTEIN, 1996, p.114, grifo nosso). Wallerstein (1996) explica que:

Em meados do século XVII, era claro que tanto a Inglaterra como a França estavam interessadas em eliminar pela força certas vantagens holandesas e substituí-las pelas suas próprias. Porque a superioridade de uma sobre a outra no mercado não era tão nítida e os holandeses eram ainda muito fortes, e porque potências semiperiféricas em ascensão, como a Prússia, a Suécia e a Áustria, procuravam aproveitar-se da ausência de um Estado militarmente preponderante, levou mais de 100 anos a clarificar esta situação. Em 1793 o predomínio da Inglaterra sobre a França (e sobre os holandeses) seria nítido e a Grã-Bretanha podia converter-se na potência hegemônica seguinte. Em 1793, os êxitos da Prússia no jogo semiperiférico para se colocar à cabeça eram nítidos, e determinaram o curso futuro da política do centro europeu; a contração e reorganização da periferia estava concluída e a economia-mundo pronta para uma nova expansão geográfica e econômica (WALLERSTEIN, 1996, p.77).

Diante da escassez de prata e de ouro vindas das Américas durante o século XVII, os holandeses deixavam em Londres os metais preciosos que recebiam como pagamento de clientes ingleses e os emprestavam a juros de 5%-7% ao ano. Da mesma maneira, depois do Édito de Nantes, os huguenotes preferiram fazer suas operações bancárias na Inglaterra. Essa foi a base de um sistema de investimentos lucrativos na Inglaterra. Segundo o autor:

[...] o Estado inglês, olhando para fora economicamente (porque a isso era forçado), mas para dentro politicamente, orientou-se para o ouro⁵⁰; estava aberto, conseqüentemente, a uma rede bancária internacional [secular] baseada no ouro, sendo capaz de utilizar o papel em vez do ouro (WALLERSTEIN, 1996, p. 117).

O comércio francês era orientado domesticamente e, portanto, preferia utilizar a prata para cunhar suas moedas. Dessa forma, diante da escassez desta moeda, os franceses foram incapazes de conter a expansão do uso da moeda de cobre em seu mercado interno, o que Wallerstein chama de a “praga do cobre”.

Nesse sentido, a Inglaterra também obteve a vantagem de trazer para dentro de sua burocracia estatal quem a financiava e era um dos principais grupos econômicos à época: os holandeses. Eles proporcionaram “novos mecanismos de empréstimos público a longo prazo⁵¹ que implicavam uma pressão fiscal menos visível e que a longo prazo não foram menos pesados para as classes endinheiradas” (WALLERSTEIN, 1996, p.122). O Banco da Inglaterra foi criado em 1694 sob a égide dos interesses empresariais no comércio marítimo. Os investimentos holandeses controlavam as ações de 1/3 do Banco da Inglaterra, da Companhia Inglesa das Índias Orientais e da Companhia dos Mares do Sul e 1/4 da dívida inglesa, que na época representava cerca de 12 milhões de libras (ARRIGHI; SILVER, 2001).

A Inglaterra, dessa forma, começou a criar um sistema de dívida pública que possibilitaria ao Estado uma sólida base financeira a um custo relativamente baixo. Os principais financiadores eram o Banco da Inglaterra, a Companhia das Índias Orientais e de uma nova Companhia dos Mares do Sul,

50 Havia três metais mais utilizados para cunhagem de moeda e cada um para uma finalidade. O ouro era principalmente utilizado para liquidações internacionais e comércio entre os Estados (e também para entesouramento). A prata era utilizada no comércio doméstico de larga escala. E, por fim, o cobre para cunhar moedas para necessidades domésticas e de comerciais de pequena escala.

51 “Esse método levantou menos resistências e originaria no século XVIII mais receitas para o Estado, que seriam mais bem gastas. Embora a Inglaterra estivesse ainda, no Protetorado, ‘relativamente atrasada’ no seu sistema de empréstimos públicos em comparação não só com as Províncias Unidas mas também com a França, a base da chamada revolução financeira posterior a 1789 foi criada durante a Restauração. As experiências de Sir George Downing em 1665, que incluíram apelos a pequenos investidores no sentido de emprestarem dinheiro diretamente ao governo, duraram apenas até 1672, mas criaram um precedente importante para a consolidação do Tesouro como departamento de controle das finanças e assentaram as bases para a introdução de técnicas posteriores” (WALLERSTEIN, 1996, p. 122).

as quais usufruíram de privilégios em troca desses empréstimos no longo prazo ao Estado (WALLERSTEIN, 1996). Assim, o impacto das finanças públicas no funcionamento do sistema com um todo foi menor para os ingleses; houve menos dificuldades para esses criarem estruturas suficientemente fortes com o objetivo defender os interesses, principalmente por meio militar, de seus grupos econômicos diante de outros grupos e de trabalhadores em outras regiões da economia-mundo capitalista. Dessa forma, os ingleses superaram as pressões financeiras durante a segunda Guerra dos Cem anos (1689-1763) contra a França, cujo padrão de financiamento dos débitos era desvalorizar a moeda e o modelo de empréstimo era garantir receitas fiscais futuras. John Law tentou suprir o Estado francês com a criação de um banco privado, mas não resistiu à onda de especulações desse período na Europa e ruiu com a “Crise do Mississippi”⁵². Essa crise se propagou para a Inglaterra, mas a “Crise da Companhia dos Mares do Sul” foi rapidamente sanada por meio da atuação política do parlamento inglês e por meio do clima de confiança proporcionado pelos capitais holandeses (WALLERSTEIN, 1996). De acordo com Wallerstein (1996):

Seria só em 1763 que a confiança europeia em Amsterdã como centro financeiro mundial sofreria um abalo; mas já em princípios do século XVIII os holandeses deslocavam o seu dinheiro para onde ele pudesse ser mais bem remunerado, e esse lugar era a Inglaterra. Foi “um assunto estritamente comercial”, mediante o qual os elevados retornos recebidos pelo investidor holandês contribuíram para que o custo dos empréstimos se mantivesse baixo para o Estado inglês. Os ingleses podiam ter acabado por conseguir reunir o dinheiro em casa, como fizeram os franceses, mas os investimentos holandeses “permitiram à Inglaterra fazer as [suas] guerras com um mínimo de perturbação para sua economia”. O acordo simbiótico entre uma antiga potência hegemônica e a nova estrela em ascensão proporcionou à primeira uma reforma honrosa e à segunda um impulso decisivo contra a sua rival. O modelo repetiu-se mais tarde, quando no período compreendido entre 1873 e 1945 a Grã-Bretanha desempenhou o papel holandês e os Estados Unidos o inglês (WALLERSTEIN, 1996, p.276).

Quando a oferta de ouro aumentou com a descoberta de jazidas brasileiras, os ingleses consolidaram sua posição financeira. Apesar do monopólio português em teoria, na prática o ouro brasileiro se direcionava, muitas vezes diretamente, para a Inglaterra. Os navios ingleses que partiam do

52 Ver Wallerstein (1996) p. 276-277.

Brasil muitas vezes não eram fiscalizados nos portos portugueses. Wallerstein (1996) afirma que a Inglaterra teve acesso ao ouro brasileiro mais por meio do contrabando do que por meio dos tratados comerciais. Os Tratados de Methuen de 1703 e de 1713, em um primeiro momento, foram motivo de disputa parlamentar entre *Tories*, interessados no vinho francês mais barato, e os *Whigs* interessados no vinho português. “A vantagem, para a Inglaterra, do vinho português em relação ao francês era que, embora fosse mais caro, não tinha que ser pago em metais preciosos, como na França, dada a quantidade das exportações de tecidos ingleses para Portugal” (WALLERSTEIN, 1996, p.191).

A conquista e a expansão britânica no subcontinente indiano garantiram, a partir da batalha de Plassey em 1757, uma nova fonte de afluxo de metais preciosos para a Inglaterra. A prata de Bengala foi utilizada tanto para empreender a expansão e administração britânica pelo continente quanto para recomprar dos holandeses a dívida nacional. “Para os especialistas em agiotagem, cujo poder e riqueza baseiam-se no influxo regular de juros, a segunda pior coisa que pode acontecer, depois do calote dos devedores, é seus devedores pagarem o principal” (ARRIGHI; SILVER, 2001). Por outro lado, os holandeses começaram a emprestar para os franceses, que haviam acabado de minar a centralidade do mercado financeiro em Amsterdã. Da mesma forma, o Tratado de Paris de 1763, após a guerra entre britânicos e franceses, permitiu à Grã-Bretanha uma posição vantajosa para conseguir superar a França em todos os aspectos, no nível econômico, político e militar. Estas foram incrementadas durante a década de 1780 por meio do crescimento industrial e definidas em 1815. Mediante seu domínio comercial e financeiro, ela consolidou sua posição financeira central na economia-mundo europeia. (WALLERSTEIN, 1998).

O imperialismo do livre comércio favoreceu a posição hierárquica inglesa acima do equilíbrio de poder europeu. Polanyi (2001) afirma que, para os ingleses, esse equilíbrio de poder não era um sistema, mas sim uma concepção política. Da mesma forma, Arrighi (2003) argumenta que os ingleses consideravam o mercado mundial como uma entidade metafísica que ampliou

seu poder no sistema interestatal para além da eficiência do seu aparelho coercitivo⁵³. Assim, segundo Polanyi (2001):

As finanças [...] agiram como um poderoso moderador na orientação e na política de vários pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos dependiam do crédito, e o crédito, do bom comportamento. Uma vez que, nos governos constitucionais [...], o comportamento se reflete no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser desvinculado da apreciação do orçamento, era prudente que os governos devedores vigiassem criteriosamente seu câmbio e evitassem medidas que pudessem lançar dúvidas sobre a solidez da situação orçamentária. Essa máxima útil tornava-se uma convincente norma de conduta a partir do momento em que um país adotava o padrão ouro, que restringia ao mínimo as flutuações permissíveis. O padrão ouro e o constitucionalismo foram os instrumentos que fizeram a voz do centro financeiro de Londres ser ouvida em muitos países menores, que haviam adotado esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. A *Pax Britânica* exerceu seu controle, vez por outra, mediante a assustadora mobilização dos canhões de navios pesados, mas prevaleceu, mais frequentemente, puxando oportunamente um fio da rede monetária internacional (POLANYI, 2001, p.14).

Por volta do início do século XX, surgiu um sistema verdadeiramente internacional baseado no ouro. E a libra esterlina era o papel-moeda internacional de confiança e logo de fácil conversibilidade. Mas nem todas as estruturas monetárias nacionais eram semelhantes. Havia diferenças em duas dimensões. Apenas Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos haviam adotado puramente o padrão ouro, no sentido de que o dinheiro que circulava internamente assumia a forma de moedas de ouro e um montante adicional de papel-moeda e de outras moedas, muito embora estas circulassem conforme equivalência em ouro estocado nos cofres de seus bancos centrais ou tesouros nacionais com livre conversibilidade. As moedas de prata continuavam a circular na França, mas esse metal não podia ser cunhado livremente. As cédulas do Banco da França eram conversíveis em moedas de ouro ou prata por cidadãos sob aprovação de autoridades.

Havia dispositivos para incentivar a entrada de ouro e desencorajar sua saída: os chamados instrumentos-ouro. Os bancos centrais ofereciam empréstimos sem juros à importadores de ouro para incentivar a entrada do

53 “O traço mais importante e inédito desse império mundial *sui generis* foi a ampla utilização que seus grupos dirigentes fizeram de um controle quase monopolista dos meios de pagamento universalmente aceitos (a ‘moeda mundial’) para garantir a anuências a suas ordens, não apenas em seus domínios largamente dispersos, mas também por parte dos soberanos e súditos de outros domínios políticos” (ARRIGHI, 2003, p.58).

metal em seus respectivos países. Os bancos com diversas agências, como o Banco da França e o Reichsbank alemão, obtinham ouro comprando-o diretamente de suas agências próximas à fronteira e portos, o que diminuía o custo de transação (tempo e transporte). E desencorajavam as exportações do ouro ao permitir o resgate de títulos somente em suas agências centrais. Eles podiam elevar os preços de compra e de venda de barras de ouro e resgatar títulos apenas em troca de moedas de ouro gasta ou danificada (EICHENGREEN, 2000).

Nos Estados Unidos, o padrão ouro foi limitado até 1900. As normas exigiam que o Tesouro adquirisse prata. A Lei Bland-Allison (1878) e a Lei Sherman (1890) foram adotadas para conter a ira dos interesses vinculados à mineração da prata. A prata era cunhada em moedas que poderiam ser trocadas por ouro na proporção de 16 por 1 (ou emitisse certificados de prata dando ao portador o direito a um montante equivalente em ouro). A lei de 1878 foi aprovada a despeito do veto do presidente Hayes. O Congresso era dominado por políticos do Oeste, ligados aos interesses da mineração desse metal. E a lei de 1890 resultou da troca de vantagens: os políticos do Oeste cederam ao desejo dos industriais do Leste para aprovarem a tarifa McKinley (1890), uma das mais protecionistas da história estadunidense. De acordo com a lei Sherman, o secretário do Tesouro adquiria a quantidade mensal de 4,5 milhões de onças de prata e emitia uma quantidade correspondente de notas do Tesouro de curso forçado. Apesar de não adotar o bimetralismo, essas leis diminuía a credibilidade do padrão ouro nos EUA. Em 1900, foi definida a Lei do Padrão Ouro que estabelecia o dólar equivalente a 25,8 grãos de ouro puro a 0,9 e não estabeleceu qualquer referência à compra ou cunhagem da prata (EICHENGREEN, 2000).

Mesmo sob a pressão do dólar, a libra permaneceu como moeda internacional até meados de 1950. Arrighi e Silver (2001) afirmam que o enfraquecimento das redes financeiras de Londres não estava relacionada à substituição da libra pelo dólar no comércio internacional, pois quase a metade desse comércio era realizado por meio da moeda inglesa. No próximo capítulo, todo o processo de substituição da libra pelo dólar como a única moeda internacional a partir da década de 1960 é discutido. Mas os primeiros passos nesse sentido foram semelhantes àqueles dados no período da supremacia

financeira inglesa perante os holandeses. Dessa maneira, segundo Arrighi e Silver (2001):

A liquidação britânica de seus recursos norte-americanos, durante a guerra [Primeira Guerra], debilitou irremediavelmente a situação financeira de Londres e deixou o Banco da Inglaterra encarregado de regular o sistema monetário mundial com reservas muito insuficientes (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 83).

Assim, à medida que as reservas financeiras londrinas foram sendo gastas e seus recursos ultramarinos liquidados, a Grã-Bretanha obrigatoriamente se comprometeu com o fim da preferência imperial e, portanto, não só perdeu mercados consumidores, como perdeu a possibilidade de impor o uso da libra em suas colônias. E por outro lado, os EUA ficaram à vontade para conceder empréstimos domésticos e no exterior em grande escala. A crise de Wall Street em 1929 foi o último presságio sobre a manutenção da posição londrina como centro financeiro da economia-mundo capitalista. Além de atingir os próprios EUA, essa crise causou uma falência bancária europeia em série.

O colapso do grande banco Credit-Anstalt, de Viena, em maio de 1931 levou, na Alemanha, a uma corrida a outro banco ainda maior, o Donatbank, que também faliu. Sob pressão, o mercado monetário londrino começou a estalar e, em 21 de setembro, a Grã-Bretanha abandonou o padrão ouro, sendo seguida por mais 21 países do mundo (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 83).

Houve um interregno de mais ou menos 20 anos para que de fato os EUA influenciassem o mercado financeiro mundial. No próximo capítulo se discute a forma com que eles atuaram para transformar o dólar em uma moeda internacional. Mas por enquanto, é preciso resgatar de que maneira as finanças e a moeda definiram a hierarquia no sistema interestatal capitalista por quase meio milênio.

2.3.1 O Estadismo Monetário e o Poder Monetário no Sistema Interestatal Capitalista

A dependência dos Habsburgos e dos Valois das famílias de banqueiros europeias mudou a estratégia dos reinos e protoestados da região para angariar financiamentos nas disputas pelo poder na economia-mundo

capitalista. A força produtiva e uma rede comercial mundial proporcionavam um balanço de pagamentos favorável para sustentar as finanças públicas sólidas. Dessa forma, o Estado em questão tornava-se o centro do sistema de pagamentos e do mercado de divisas internacionais e promovia a exportação de capital até muito tempo depois de perder sua força produtiva e comercial. Isso possibilita certo controle da liquidez mundial. A reputação de manter as finanças públicas sólidas permite a obtenção de crédito mais barato para manter a economia e a estratégia geopolítica dos Estados. Da mesma forma, uma moeda internacional facilita a compensação dos déficits na conta corrente por meio de fluxos financeiros. As finanças sólidas foram um dos requisitos para manter o nível necessário de confiança capitalista para manter esses fluxos a juros baixos e tornar possíveis lucros globais elevados, como explicados anteriormente.

As relações monetárias e financeiras internacionais permeiam-se por meio de princípios, de normas, de regras e de ações que afetam o valor, o uso e a estabilidade das moedas emitidas pelos Estados. O comportamento da moeda está relacionado às decisões políticas condicionadas tanto pelas concepções de como o mundo é quanto pelo o que ele deveria ser, sempre sob as condicionalidades do processo de produção e do processo de circulação do capital. Os interesses políticos e os interesses econômicos condicionam esses arranjos e ações ao sintetizar esses interesses em uma estrutura estabelecida de normas, regras e processos de tomadas de decisão que revelam os interesses de um grupo dominante ou de um grupo dirigente.

Durante o regime de Bretton Woods as taxas de câmbio, se não eram eminentemente fixas, variavam o mínimo possível. As reservas monetárias, a partir de 1959, foram facilmente conversíveis, direta ou indiretamente, em ouro pelos Bancos Centrais e a principal fonte de financiamento dos déficits dos balanços de pagamentos era o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas algo ocorreu no início da década de 1970. A ruptura do padrão dólar-ouro em 1973 mudou as relações monetárias e financeiras internacionais. Cohen (1982) argumenta que essas mudanças ocorreram devido à liquidez proveniente dos petrodólares. Essa questão é muito mais complexa e é explicada no próximo capítulo. Por enquanto, para poder compreender as consequências dessa mudança no regime de financiamento dos balanços de pagamentos, deixam-se

essas questões que envolvem a natureza do capital e as relações políticas de lado.

Um dos princípios elementares decididos na Conferência de Bretton Woods foi a segurança de o Estado deficitário receber financiamento externo por meio de um Fundo Monetário Internacional (FMI), porém o acesso à liquidez não era ilimitado. Quotas, subscrições e condicionalidades definiam os limites dos empréstimos para os Estados, mesmo que esta última não aparecesse nos Artigos do Acordo do FMI. As condicionalidades de empréstimo do Fundo sempre existiram. Ao longo da década de 1950, segundo Cohen (1982), o FMI desenvolveu uma expressão prática dessas condicionalidades.

Dessa forma, foram definidas *políticas de estabilização*, segundo as quais os membros do Fundo eram obrigados a apresentá-las quando demandassem financiamentos. Estes passaram a ser feitos em parcelas de crédito. Na primeira parcela, os Estados deficitários apresentavam um programa de ajuste abrangente e generalizado que envolvia políticas econômicas (fiscal, cambial, monetária e de juros) e programas comerciais e de pagamentos. E para a concessão da parcela principal de crédito, os programas deveriam ser mais precisos e rigorosos. Primeiro, há uma “carta de intenções” para resolver o déficit no balanço de pagamentos do Estado demandante. E em um segundo momento, há o uso de “critérios de desempenho” para expressar, em termos quantitativos, os objetivos da política de seu programa de ajuste. E o que tudo indica, em teoria, permanecesse assim deste então.

O processo para o financiamento dos balanços de pagamentos envolve procedimentos de tomadas de decisões que permitem acesso ao crédito internacional. Há duas opções básicas de política econômica diante do desequilíbrio no balanço de pagamentos de um Estado: o ajuste contracionista ou o financiamento. Cada uma dessas duas envolve diferentes custos ao longo do tempo. O ajuste contracionista implica mudanças nas relações de preços, rendas, taxas de câmbio ou alguma combinação destes para alterar o processo produtivo, pois esse influencia na troca de bens, nos serviços e nos investimentos. O ajuste interfere diretamente nos gastos domésticos do referido Estado. Por outro lado, o financiamento evita uma realocação imediata de recursos ou uma redução na proporção absorvida da produção real ao utilizar

as reservas monetárias internacionais ou empréstimos externos – ou ambas as decisões. O processo de tomada de decisões não descarta as duas opções, a depender dos custos de ambas, já que o ajuste proporciona custos no curto prazo e o financiamento interfere no longo prazo (COHEN, 1982).

O FMI continuou a prescrever as condições políticas e econômicas para o financiamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos dos Estados deficitários como fazia desde os anos 1950. Por outro lado, houve mudança no regime de financiamento por meio da inclusão de mais um tomador de decisão sobre as quantidades e as condições desses empréstimos: os integrantes do mercado de crédito privado. A nova forma de financiamento, desde então, alterou o comportamento dos Estados referentes ao seu próprio desenvolvimento. Deste modo, esses programas de estabilização e as condicionalidades políticas interferiram, a partir de então, diretamente nas políticas econômicas desses Estados⁵⁴. Sem a garantia do comprometimento com as políticas de estabilização, não haveria qualquer tipo de financiamento. E, dessa forma, houve mais uma influência na definição da hierarquia no sistema interestatal capitalista.

O aumento das transações financeiras internacionais entre bancos privados, bolsas de valores, instituições financeiras, empresas multinacionais e Estados proporcionou poder a grupos sociais relacionados ao capital-dinheiro. Esse grupo conquistou poder devido ao alto grau de interferência na autonomia e na influência⁵⁵ dos Estados no sistema interestatal capitalista. Litan e Steil (2006) denominaram a relação entre finanças e poder de *Financial Statecraft* e argumentam que, dependendo do objetivo desses grupos, os fluxos de capitais podem ser utilizados para interferir no 1) comportamento das taxas de câmbio de outros Estados, 2) podem provocar sanções financeiras a empresas internacionais que comercializam com outros países classificados pelo Estado emissor da moeda como “hostis” e 3) podem impor “condicionalidades” para

54 Nos anos 1990, essas políticas de estabilização ficaram conhecidas como o Consenso de Washington.

55 Cohen (2009) afirma que “manter” o poder pressupõe a capacidade de os Estados conservarem sua autonomia relativa. Da mesma forma, “expandir” seu poder diz respeito à capacidade deles de influenciarem outros Estados e atores não-estatais. Influência tornou-se a palavra-chave nas complexas interações sociais, cuja interferência também ocorre por meios contrários ao uso da força e da violência para modificar o comportamento de outros Estados.

empréstimos financeiros para países endividados, enquadrando-os conforme seus interesses políticos e econômicos.

Portanto, nesse contexto de transformações no modo de se desenvolver e de se financiar dos Estados na economia-mundo capitalista, a autonomia relativa dos Estados diminuiu (uma mais que as outras) com o processo de financeirização⁵⁶. Assim, as relações monetárias e financeiras internacionais passaram também a ser instrumento de poder por meio da construção de consensos entre os Estados no sistema interestatal capitalista, sem perder sua capacidade histórica de coerção⁵⁷. Por conseguinte, esses Estados exercem o poder de “afetar os resultados que a preferências deles têm precedência sobre a preferência dos outros” (STRANGE, 1996).

Desse modo, segundo Kirshner (1995), as relações monetárias são instrumentos de poder *coercivo*, cuja influência condiciona o conflito político nacional e internacional de um Estado. Por exemplo, os EUA pressionaram aliados e parceiros, como é analisado no próximo capítulo, com o objetivo de não perderem vantagens políticas e vantagens econômicas provenientes da centralidade do dólar no sistema financeiro e monetário internacional. Essa centralidade é essencial para financiar os constantes déficits no balanço de pagamentos dos EUA e manter a liderança e influência deles no sistema interestatal capitalista.

A moeda de maior liquidez no sistema financeiro e monetário internacional exerce o poder coercivo de três maneiras, segundo Kirshner (1995). O primeiro tipo desse estadismo monetário ocorre por meio do instrumento de *manipulação monetária* com o objetivo de afetar a estabilidade e o valor da moeda do Estado alvo, seja de maneira positiva, seja de maneira negativa. O segundo tipo desse instrumento manifesta-se por meio da *alimentação e a exploração da dependência monetária*. Essa dependência resulta de benefícios assimétricos associados às relações interestatais, em que há vulnerabilidade econômica de uma das partes e está associada às

56 Segundo Braga (1998), podemos verificar uma mudança no padrão de riqueza no sistema capitalista, pois a “financeirização não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionando as operações das finanças e dispêndios públicos” (1998, p.196).

57 A coerção é sinônimo de repressão; de conter um movimento ou uma ação. De fato, a coerção sempre está em potência nas relações internacionais.

condições e aos interesses do Estado emissor da moeda internacional. O poder é utilizado pelo Estado emissor para forçar e perpetuar a dominação econômica sobre o Estado vulnerável – este pode ganhar com a dependência, mesmo que seja relativamente. E por fim, a terceira maneira de exercer o poder coercivo é a *ameaça ou o rompimento dos arranjos dos regimes financeiros e monetários*, seja este regional ou internacional, como ocorreu na década de 1970, quando os EUA romperam com o regime de Bretton Woods para extrair algum benefício por meio da mudança de regime de câmbio fixo para o câmbio flexível. Esta terceira maneira de expressão de estadismo monetário é complementar à manipulação monetária por meio de instrumentos distintos. Mesmo assim, este terceiro instrumento pode ser exercido sem manipulação monetária. Por exemplo, os formuladores de políticas de determinado Estado decidem se retiraram ou ameaçam retirar outros Estados de determinado regime financeiro.

Não apenas de maneira coerciva, mas também por meio da construção de consensos, o Estado emissor da moeda internacional mantém sua autonomia por meio do benefício de vantagens econômicas e vantagens políticas. De modo geral, o poder consensual influencia na formação de arranjos e nas formulações de políticas econômicas⁵⁸ que alteram o preço, o uso e a estabilidade das moedas emitidas pelos Estados. Interesses econômicos e políticos, principalmente referentes à inflação e à taxa de câmbio, condicionam as decisões sobre essa política de um determinado Estado. Não há escolhas neutras sobre a moeda; “moeda é política” (KIRSHNER 1995; 2003). De fato, devem ser feitas ressalvas sobre esta questão, pois há um lado “real” da economia que foge do controle dos formuladores políticos e econômicos. Mesmo assim, em um primeiro momento, há uma tomada de decisão influenciada tanto por concepções de como o mundo é quanto por interpretações de como ele deveria ser. Por exemplo, dependendo da ideologia dos formuladores políticos, a política econômica de um Estado se confunde somente com políticas de estabilização (políticas monetárias, cambiais e fiscais). Os interesses políticos e os interesses

58 As políticas econômicas abarcam aqui as políticas de estabilidade macroeconômica, políticas-fim com objetivos referentes à políticas industrial, agrária, tecnológica e educacional (vinculadas a objetivos econômicos) e, por fim, políticas institucionais, que compreendem mudanças legais, de regras, nas regulamentações. Ver Fonseca (2015).

econômicos condicionam esses arranjos e ações e os personificam por meio de uma estrutura estabelecida de normas, regras e processos de tomadas de decisão.

As relações financeiras e monetárias *consensuais* entre Estados e/ou grupos sociais ligados às finanças são estabelecidas por meio do predomínio da percepção (visão de mundo) de que não há alternativa para determinada decisão sobre política econômica. O aumento do capital sob controle desses grupos amarrou o futuro dos Estados a bancos privados recicladores de petrodólares e do excedente econômico da época de “ouro do capitalismo” (1945-1970). Os grupos dominantes dessas frações do capital têm capacidade privilegiada de influenciar governos por meio de lobbies e de redes internacionalizadas (DOWBOR, 2012). Recursos financeiros, conhecimentos especializados, contatos diretos com integrantes dos governos, controle sobre os meios de comunicação são aspectos do poder exercido por grupos dominantes desse mercado (GILL, 1988). De fato, segundo Belluzzo (2000), o domínio financeiro aparece quando os bancos centrais dos países possuidores de moedas locais fracas tomam atitudes defensivas, tornando suas políticas monetárias reféns da necessidade de evitar fugas de capitais e de evitar depreciações abruptas de suas moedas somado a uma contínua atitude defensiva para sempre manter a confiança dos investidores.

O processo de transformação do sistema monetário e financeiro internacional aprofundou o descolamento do monopólio da gestão monetária pelos governos territoriais a partir dos anos 1970. As forças do mercado drenaram para si boa parte da capacidade de gerenciamento monetário. Poucos Estados, segundo Cohen (1998), passaram a ter suas moedas reconhecidas pelos agentes do mercado diante de um conflito “darwiniano” entre elas. Assim, poucas moedas dominam o mercado e possibilitam a formação de um novo formato hierárquico em forma de pirâmide (COHEN, 1998).

No topo dessa pirâmide localiza-se a moeda cuja demanda domina a maioria das transações financeiras e comerciais *offshore*, sem quaisquer limites geográficos. Nas posições subsequentes, as moedas dependem do grau de popularidade, tanto entre os limites geográficos do Estado emissor quanto para além de suas fronteiras jurídicas. As moedas mais próximas da

base da pirâmide diferenciam-se pela demanda quase nula do mercado. Às vezes, até mesmo grupos econômicos do próprio Estado emissor dessa moeda procuram demandar mais a moeda internacional do que a própria moeda doméstica. Abaixo da moeda localizada no topo (*top currency*), encontram-se a “moeda patriciana (*patrician currency*)”, a “moeda elite (*elite currency*)”, a “moeda plebeia (*plebian currency*)”, a “moeda permeada (*permeated currency*)”, a “quase-moeda (*quasi-currency*)” e a “pseudo moeda (*pseudo currency*)”. Essas últimas, ou estão em processo de substituição por uma moeda internacional ou já efetivaram tal processo. Atualmente, este processo é denominado de dolarização da economia.

A moeda condiciona hierarquicamente o sistema interestatal capitalista por meio do poder monetário (*monetary power*) e por meio do estadismo monetário (*monetary statecraft*) (ANDREWS, 2006). O poder monetário e o estadismo monetário são dois modos pelos quais a moeda proporciona poder relativo ao seu Estado emissor. O primeiro refere-se à capacidade do Estado de obter benefícios por meio da emissão de uma moeda com demanda significativa na economia-mundo capitalista sem qualquer intenção pré-definida. O estadismo monetário, por outro lado, é um instrumento de poder empregado de forma consciente pelos formuladores de política de um Estado com um fim determinado. Assim, essas duas maneiras de obter poder relativo proporcionam autonomia relativa ao Estado emissor por meio de vantagens econômicas e vantagens políticas nesse sistema. Essas, segundo Cohen (2009; 2012), procedem de maior capacidade desse Estado usufruir 1) de flexibilidade macroeconômica, 2) de senhoriagem, 3) de menores custos de transação, 4) de maior prestígio no sistema interestatal e 5) de maior poder geopolítico.

Dessa forma, esses Estados emissores de moeda mais próximas do topo da hierarquia monetária diminuem seus encargos de ajuste do balanço de pagamentos ao postergá-los (*delay*) e/ou desviá-los (*deflect*) e se beneficiam de maior autonomia de decisão em determinada política econômica. Por conseguinte se o Estado tem autonomia, automaticamente, influencia geopoliticamente outros Estados. Assim, essa influência contribui para o aumento do poder relacional e do poder estrutural do Estado emissor da moeda internacional (COHEN, 2009). Quanto mais uma moeda for utilizada na

economia-mundo capitalista, mais o Estado emissor obtém vantagens políticas e econômicas no capitalismo.

Entretanto, o Estado precisa emitir uma *moeda internacional* para exercer o estadismo monetário e o poder monetário e usufruir de vantagens políticas e de vantagens econômicas no sistema interestatal capitalista. De que maneira as moedas emitidas por um Estado tornam-se uma moeda internacional? Cohen (1998) argumenta que houve um processo de “*desterritorialização*”⁵⁹ das moedas na década de 1960, no qual, desde então, não só Estados, mas também agentes do mercado condicionam a mundialização de uma moeda. Em vista disso, os Estados devem manter estáveis suas moedas para competirem com outras nas relações monetárias e financeiras globais e, então, internacionalizarem suas respectivas moedas. De fato, nessa interpretação o grau de utilidade de uma moeda confere a ela o status de internacional. Sem demanda significativa pela moeda, não ocorre sua internacionalização e, portanto, os Estados não se beneficiam de vantagens econômicas e vantagens políticas.

De maneira geral, as moedas são utilizadas, para além das fronteiras jurídicas dos Estados emissores, com dois propósitos. O primeiro é para transações comerciais e financeiras com outros Estados, conhecida convencionalmente como uso “internacional da moeda”. O segundo propósito é a “substituição monetária”, quando um determinado Estado substitui a moeda até então emitida por ele por uma moeda emitida por outro Estado. A primeira forma de utilizar a moeda acentua a relação hierárquica entre as moedas ao expandir o *domínio autorizado*⁶⁰ das poucas moedas internacionais. A substituição monetária é uma invasão direta do domínio monetário nacional e diminui a capacidade do Estado “invadido” de usufruir de vantagens econômicas e políticas (COHEN, 1998). De forma clara, a partir da substituição da moeda doméstica por outra moeda internacional, esse Estado tem sua

59 A nova hierarquia monetária se assemelha a uma pirâmide, segundo Cohen (1998; 2009).

60 Segundo Cohen: “este é um novo conceito, destinado a combinar transações [espaços de regiões] e transitoriedade [espaços de fluxos] – tanto a dimensão funcional quanto a física – em um único amalgama de uso e autoridade. A noção captura o papel crítico de não somente um, mas a principal influência de ambos na geografia monetária, tanto nos mercados quanto nos governos” (1998, p.23).

política monetária mitigada. E, portanto, ele perde a capacidade de exercer determinada política econômica.

As moedas têm a função econômica de serem utilizadas como meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor. A moeda comumente é utilizada por meio de seis maneiras conforme suas funções na econômica-mundo capitalista, tanto no nível público quanto no nível privado. Neste nível, a moeda é utilizada no mercado de câmbio (*foreign-exchange Market*); no faturamento e liquidação comercial (*trade invoicing and settlement*) e no mercado financeiro (*financial Market*). Já no nível público, a moeda é utilizada como âncora cambial (*foreign-exchange anchor*); como moeda de intervenção (*intervention currency*) e como moeda de reserva (*reserve currency*). Quanto mais disseminada o uso de uma moeda por meio dessas funções, mais ela é internacional, segundo Cohen (2009).

Helleiner (2008) também aponta determinantes econômicos na definição de uma moeda internacional. Mas em complementaridade a Cohen, ele aponta determinantes políticos que conferem essa posição à moeda. Helleiner argumenta que os determinantes econômicos para internacionalizar uma moeda são:

- a) confiança para os estrangeiros;
- b) prover liquidez ao mercado e
- c) ser utilizada de maneira ampla pelas redes transacionais, comerciais e financeiras.

Ademais, há determinantes políticos que conferem esse status a uma moeda. O autor considera fatores políticos indiretos e diretos, ou seja, de que maneira o Estado intervém para transformar sua moeda em internacional. Os fatores indiretos para a internacionalização recaem sobre decisões políticas para estimular a internacionalização da moeda por meios econômicos, como descritos acima (HELLEINER, 2008). O Estado procura manter a confiança em sua moeda, não somente via política econômica, mas também ao manter a estabilidade política internacional por meio da segurança militar e da sua política doméstica por meio da manutenção de confiança em suas instituições.

Para além do papel exclusivo de fatores econômicos, a relação política entre os Estados também condiciona a ascensão e o declínio de moedas

internacionais. Helleiner (2008) complementa o argumento de Cohen (2009) ao justificar que as relações políticas são fundamentais para a internacionalização de uma moeda. Alguns Estados podem impor o uso de sua moeda a outros Estados subordinados. Helleiner utiliza a classificação de Strange (1971) para determinar esses fatores políticos do processo de internacionalização e da manutenção do status de internacional de uma moeda. Ela classifica essa internacionalização por meio de três processos. A *moeda master* é uma moeda imposta pelo Estado emissor para determinado Estado. A *moeda negociada* é uma moeda internacional que angariou seu status, como sua própria classificação informa, por meio de negociações entre Estados para definir o uso de uma moeda pelo outro Estado. Essa negociação pode ser direta, quando há barganha entre os Estados, ou pode ser uma negociação indireta, quando o Estado receptor da moeda compreende que ele se beneficia politicamente com o uso desta em suas relações com o Estado emissor. E, por fim, a moeda top é a moeda que atingiu o status de internacional devido aos benefícios econômicos para os agentes do mercado e para as autoridades públicas. A classificação de uma moeda depende da condição de relação do Estado emissor com outro Estado e uma condição não impede a outra. Uma mesma moeda pode ser master e top ao mesmo tempo.

Portanto, o Estado atua para que sua moeda seja amplamente demandada na economia-mundo capitalista por meio da manutenção da estabilidade política doméstica e internacional, do desenvolvimento de seu mercado financeiro doméstico e da ampliação das suas redes comerciais e financeiras. Neste caso, confiança, liquidez e redes comerciais e financeiras contribuem para a mundialização de uma moeda. Por outro lado, dependendo do contexto político e econômico do sistema interestatal capitalista, o Estado tem que ser mais incisivo e atuar para transformar sua moeda doméstica em *moeda internacional*. Há duas possibilidades: ou o Estado impõe coercitivamente (moeda master) ou ele negocia com outro Estado o uso dessa moeda (moeda negociada). Em vista disso, tanto por meio da coerção quanto por meio do consenso, uma moeda se torna confiável, líquida e útil em redes comerciais e financeiras nessa economia-mundo.

Até o momento, a compreensão da relação entre o Estado e sua moeda emitida se concentrou nas causas e nos meios pelos quais a moeda é

internacionalizada. Mas por que um determinado Estado procura internacionalizar sua moeda? A resposta está nas vantagens que um Estado adquire por meio do uso internacional dela. Da mesma maneira que os Estados competem geopoliticamente, as moedas também competem em escala global. Quanto mais próximo do topo da pirâmide monetária, mais a moeda proporciona vantagens econômicas e vantagens políticas ao seu Estado emissor (COHEN, 1998). Como a competição é assimétrica, emerge uma hierarquia monetária. Strange (1971) sustentou em suas análises o que Cohen, na verdade, considera um mito⁶¹ da relação “uma nação/uma moeda” ao formular sua hierarquia monetária. Contudo, apesar de perceber o aumento relativo do poder do mercado na definição hierárquica no sistema interestatal, ela não considerou o mesmo na definição da hierarquia monetária.

Dessa forma, um Estado com capacidade de exercer o poder monetário e o estadismo monetário influencia na hierarquia do sistema interestatal capitalista por meio da coerção e da construção de consentimento no sistema interestatal capitalista. Entretanto, não são todas as funções da moeda, em seus dois níveis de uso, privado e público, que conferem autonomia ao Estado emissor. Os seis meios de utilizar a moeda nas relações monetárias e financeiras internacionais, como visto acima, proporcionam vantagens econômicas, mas somente três dessas promovem vantagens políticas a ele. A moeda exerce o papel de instrumento de poder ao Estado emissor principalmente quando mantém sua reserva de valor tanto na esfera pública quanto na esfera privada. O Estado, também, adquire maior autonomia nesse sistema por meio da função de faturamento e de liquidação comercial proporcionado por sua moeda, a qual impacta nas preferências dos outros Estados para compor as reservas cambiais dos seus respectivos bancos centrais.

Todavia, há limites para essas vantagens para os Estados que emitem as moedas de maior demanda na economia-mundo capitalista, segundo Cohen (2005). As necessidades e desejos dos agentes do mercado têm prevalecido, desde as mudanças pós-1970, sob as decisões políticas dos Estados. Por exemplo, um aumento na taxa de juros do Estado emissor pode implicar custos

61 Cohen (1998) argumenta que a relação “uma nação/uma moeda” é um mito por que os Estados utilizam domesticamente mais do que sua moeda.

temporários para o mesmo, os quais impactam nos ganhos de privilégio de emitir moeda internacional. Assim,

A autonomia da moeda líder pode eventualmente ser restringida, até certo ponto, pela necessidade de desencorajar as conversões repentinas ou substanciais por meio do mercado de câmbio. Tanto os rendimentos da senhoriagem, numa base líquida, quanto a flexibilidade macroeconômica serão reduzidos se um aumento sustentado das taxas de juros for necessário para sustentar a quota de mercado (COHEN, 2005, p.5).

Mesmo assim, a construção do consenso sobre a necessidade de liberalização dos fluxos de capitais entre os Estados contribuiu para financiar os déficits no balanço de pagamentos estadunidense e consolidar seu poder no núcleo orgânico da política internacional. No próximo capítulo, argumenta-se que a própria autonomia relativa estadunidense corria risco. “Os tomadores de decisão estadunidenses alimentaram um sistema financeiro internacional mais liberal como um meio de preservar a autonomia política dos Estados Unidos em face das crescentes restrições externas” (HELLEINER, 1994, p.91).

A ordem hegemônica dos EUA condicionou o padrão monetário e os arranjos monetários em questão. O dólar é símbolo da supremacia estadunidense ao exercer a capacidade de influenciar as percepções dos grupos econômicos da sociedade civil, e também de Estados, na distribuição de poder e riqueza no capitalismo. Dessa forma, uma crença difundida pelos mercados de que Estados com quantias consideráveis de reservas cambiais em dólares, e que priorizam o saneamento das finanças e o combate à inflação, têm maior possibilidade de atrair investimentos externos. O controle relativo do sistema financeiro internacional pelos Estados Unidos proporcionou a submissão dos demais Estados à diplomacia do dólar. Para os estrategistas da política externa estadunidense o uso do *financial statecraft*, é fundamental, pois requer “pouco esforço e não há perdas de vida” (LITAN;STEIL, 2006, p.161). O dólar contribuiu para tornar alguns mais iguais que outros no sistema interestatal capitalista.

2.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O sistema interestatal capitalista é uma expressão da dinâmica da produção e da reprodução do capital e das diversas visões de mundo que podem se resumir em conflitos geopolíticos. Por mais que o alto conselheiro estadunidense afirme categoricamente que é possível os EUA criarem sua própria realidade, a complexidade desta é condicionada pela lógica da economia-mundo capitalista. A capacidade de determinado Estado de manter sua autonomia e de expandir sua influência no sistema interestatal capitalista depende da sua capacidade de mesclar atributos materiais tradicionais, culturais e ideológicos para institucionalizar normas, regras, princípios e leis conforme seus interesses nesse sistema.

Contudo, a rivalidade permanece mesmo quando se destaca um Estado ordenador em meio a outros polos em uma relação de constante competição ou/e complementaridade na vanguarda do sistema. Este núcleo orgânico se protege coletivamente para preservar sua existência social por meio do monopólio das armas, da moeda, das finanças, da informação e da inovação tecnológica. Quando desponta uma nova potência, os Estados tentam mudar as regras e instituições estabelecidas para expandir e assegurar o controle desse núcleo orgânico do sistema interestatal. Diante de determinada conjuntura, a rivalidade interestatal acirra-se e ocorrem tentativas de remodelar o sistema e suas institucionalizações conforme os mais variados interesses dos grupos sociais. Dessa forma, há grande oportunidade de ocorrerem mudanças, incrementais ou extremas no sistema interestatal capitalista, que condicionam novas formas de organização econômica, política e social.

Nesse processo de rivalidade, a moeda é instrumento essencial no capitalismo histórico. Desde a influência das Províncias Unidas até a atual conjuntura na economia-mundo capitalista, o poder monetário e o estadismo monetário de determinada macrounidade política proporcionam vantagens econômicas e políticas na definição da hierarquia interestatal por meio de políticas macroeconômicas mais flexíveis, de usufruto da senhoriagem, de menores custos de transação, de maior prestígio e de maior poder geopolítico no sistema interestatal capitalista. E desta forma, maior capacidade de

construir e preservar a existência social de determinado grupo social por meio de instituições e ordens internacionais.

3 O DÓLAR NA CONSTRUÇÃO DO PODER DOS EUA NO SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

Eu da raça dos navegadores
Afirmando que não pode durar
Eu da raça dos descobridores
Desprezo o que seja menos
Que descobrir um novo mundo
Proclamo isso bem alto
Braços erguidos
Fitando o Atlântico
E saudando abstratamente o
infinito.
(Álvaro de Campos, em 1917).

Apesar de válidas para fins acadêmicos, as análises das políticas econômicas e das políticas externas dos Estados como atores “racionalistas”, e quase certos de suas melhores decisões, mistificam o papel central dos formuladores de políticas como seres conscientes e com total controle sobre seus resultados. Dessa forma, está implícita a capacidade deles de fazerem história de forma independente dos constrangimentos da economia-mundo capitalista. Os Estados são parte de um todo sócio-histórico, como já analisado no capítulo anterior, e as circunstâncias diariamente confrontadas influenciam, consciente ou inconscientemente, em qualquer decisão mecânica e ideológica do presente. O grande desafio de qualquer decisão política e econômica é se desvencilhar, o máximo possível, de visões de mundo segundo os interesses e as ideologias dessas “racionalidades” diante das circunstâncias postas. Esse não é um problema somente de tentativa de equilíbrio entre realismo e utopias na análise social, como propõe Carr (2001), mas também de tentar compreender as múltiplas determinações em jogo em um contexto histórico.

Para tanto, dado o objetivo desta tese de compreender e explicar porque Estados localizados na semiperiferia do sistema-mundo moderno criaram um banco de desenvolvimento e formularam um arranjo contingente de reservas ao invés de utilizarem instituições financeiras e monetárias internacionais já consolidadas, deve-se analisar o processo histórico-estrutural, com ênfase nos aspectos monetários e financeiros, que desembocou na atual conjuntura. Não há análise consistente sobre esta questão sem entender as transformações econômicas e políticas nos 1970 e a atuação dos EUA e seus

aliados próximos, Europa Ocidental e Japão, na gestão política monetária e financeira internacional. Portanto, o objetivo deste capítulo é compreender essas transformações na economia-mundo capitalista e de que modo os EUA utilizaram o poder monetário e o estadismo monetário com o intuito de manter a hegemonia no núcleo orgânico e hierárquico do sistema interestatal capitalista. Da mesma forma, depreender como esses mesmos instrumentos monetários contribuíram para mudanças nesse sistema hierárquico.

O capítulo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, explica-se o processo de consolidação do dólar como moeda internacional no final da década de 1950. Na segunda seção, analisa-se de que forma os EUA utilizaram o estadismo monetário e o poder monetário para manterem sua posição hierárquica diante da crise do regime fordista-keynesiano e das transformações do sistema financeiro internacional. Na terceira seção, apresentam-se os paradoxos do Regime do Dólar-Wall Street. E, por fim, na quarta seção, são feitos alguns comentários preliminares sobre essa questão.

3.1 O DÓLAR SE CONSOLIDA COMO MOEDA INTERNACIONAL (1945-1970)

Os EUA souberam manejar o trunfo de terem construído a legitimidade do dólar na economia-mundo capitalista. O dólar se legitimou como moeda padrão do sistema financeiro e monetário internacional na esteira da expansão material e ideológica global dos estadunidenses. O Plano Marshall, a Guerra da Coreia e a União de Pagamentos Europeia (UPE) proporcionaram ao dólar a confiança para ser a moeda adquirida por agentes do mercado, em transações comerciais e financeiras, e por Estados para compor suas reservas cambiais após o retorno à livre conversibilidade das moedas no final da década de 1950.

O dólar rivalizara com a libra esterlina desde 1924 e se sobressaiu a ela nas relações monetárias e financeiras globais somente em meados de 1960 e depois de uma intensa atuação política dos EUA no sistema-mundo moderno. Neste período de quase 35 anos, as relações econômicas, políticas e sociais que definiram o século XIX definitivamente desmoronaram e uma nova ordem

se consolidou. O ano de 1945⁶² é o marco dessa nova ordem centrada e organizada pelos EUA. Mesmo assim, o dólar não era ainda uma moeda internacional⁶³. O dólar não era a moeda de maior participação na maioria das reservas em divisas estrangeiras dos principais bancos centrais (EICHENGREEN, 2000) e, muito menos, de maior demanda pelos agentes do mercado. Os EUA emitiam uma moeda relativamente confiável, mas que não era amplamente utilizada. Para tanto, o dólar precisava vencer o obstáculo de sua escassez na economia-mundo capitalista.

A decisão estadunidense foi recuperar a economia mundial. Cordell Hull, por muito tempo secretário de Estado de Roosevelt, priorizou a restauração de um sistema comercial multilateral. Hull considerava que os vínculos comerciais aprofundariam a interdependência econômica, eliminariam a possibilidade de guerras futuras, recuperariam a Europa e resolveriam os problemas da escassez de dólares na economia mundial (EICHENGREEN, 2000). Da mesma forma, John Williams do *Federal Reserve Bank* de Nova York propôs que a maneira mais rápida para estabilizar a economia mundial seria restaurar a conversibilidade entre o dólar e a libra esterlina (HELLEINER, 1994). De fato, essa proposta foi aplicada em 1947, mas foi um desastre e quase criou uma crise econômica para a Grã-Bretanha e ampliou a crise europeia.

A livre conversibilidade entre as moedas e a mundialização plena do dólar foram postergados por quase 10 anos. Para que se efetivasse, porém, foram necessários o Plano Marshall de reconstrução da Europa, a Guerra da Coreia e a criação da União Europeia de Pagamentos (UEP). A Guerra Fria assegurou que a integração econômica e política europeia fosse prioridade para o objetivo de restaurar a conversibilidade multilateral completa do dólar (HELLEINER, 1994). E a necessidade de reconstruir a Europa e o Japão para consolidar os Acordos de Bretton Woods⁶⁴ e breçar a expansão do comunismo

62 Arrighi descreve que em 1945 já estavam estabelecidos os principais contornos de uma nova ordem mundial: “em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem, em San Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas” (2003, p.283).

63 Ver Helleiner (2008).

64 Os Acordos em Bretton Woods procuraram tornar o câmbio fixo, com ajustes quando necessário, sujeito a condições específicas. Aceitaram-se controles de capital para limitar os

abriu as comportas do Tesouro estadunidense para que seus dólares fossem ofertados em grandes volumes nessas regiões.

O objetivo do Plano Marshall foi recuperar a deteriorada economia europeia para reestabelecer um mercado consumidor para os EUA e afastar a influência comunista. O primeiro-ministro francês, em 1946, foi a Washington advertir que, se não houvesse ajuda econômica, era provável uma inclinação política francesa em direção à URSS. Os estadunidenses concederam e emprestaram US\$ 13 bilhões (cerca de US\$ 117,5 bilhões em valores atuais) aos europeus ocidentais entre 1947 e 1951. A condição imposta a eles foi a criação de relações cooperativas entre esses Estados, as quais foram - institucionalizadas na Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCDE), em 1948⁶⁵. Por fim, esse plano propiciou “uma globalização da situação dos EUA pré-45, tomando esse país como modelo de sociabilidade industrial capitalista” (HOBBSAWM, 2003, p. 259).

Concomitante ao Plano Marshall, o secretário de Estado de Harry Truman, Dean Acheson, e o chefe da Equipe de Planejamento Político, Paul Nitze, implementaram uma política de gastos militares complementar ao planejamento de recuperação da Europa (ARRIGHI, 2003). Os EUA expandiram essa política por meio de assistências militares para barrar qualquer tentativa de expansão soviética na Europa Ocidental, mas também para não afastar os europeus dos interesses estadunidenses no sistema interestatal capitalista. O Acordo do Atlântico Norte (OTAN) (1949) foi estabelecido com esses propósitos. Os Estados signatários estabeleceram um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e contraíram uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a quaisquer dos países-membros.

De certa forma, a consolidação do Plano Marshall e da expansão dos gastos militares dependia das decisões políticas de uma parte do Congresso

fluxos de capitais internacionais. E o Fundo Monetário Internacional foi criado para monitorar as políticas econômicas nacionais e oferecer financiamentos para equilibrar os balanços de pagamentos para países em situação de risco.

65 Da mesma forma, grupos informais entre EUA e Europa também foram formados. Iniciativas informais estadunidenses apoiaram a formação de movimentos europeus que influenciaram o projeto de unificação europeia baseada em políticas econômicas liberais e em apoio à Aliança do Atlântico. Este grupo informal – e seu sucessor, o Comitê Jean Monet de Ação para os Estados Unidos da Europa – tornou-se um forte canal de influência sobre os governos nacionais da Europa Ocidental (DREIFUSS, 1986).

estadunidense conservador e avesso aos “excessivos gastos” na Europa. Mas também é verdade que alguns governantes europeus eram adeptos da ortodoxia econômica e céticos quanto a uma política de reconstrução capitaneada pelos estadunidenses (HELLEINER, 1994). Entretanto, como Achenson afirmou: “veio a Coreia e nos salvou”. “A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior [...] forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir” (ARRIGHI, 2003, p.307). O rearmamento maciço e os EUA atuando como o banco central mundial, durante e depois da Guerra da Coreia, contribuíram para solucionar o problema da liquidez da economia mundial nesse período.

Por outro lado, as exportações europeias não avançavam e atrapalhavam a livre conversibilidade entre as moedas. Os balanços de pagamentos dos principais Estados europeus permaneciam deficitários e com o aval e a orientação estadunidense, os europeus criaram a União Europeia de Pagamento (UEP) (1950-1958). Tratava-se de uma instituição regional para complementar as ações do FMI, cujos membros eram basicamente países europeus e suas colônias ultramarinas. Houve a implantação entre esses Estados de um código de liberalização que eliminava as restrições à conversão entre as moedas para fins de transações nas contas correntes. Essa foi uma versão regional dos compromissos previstos no Acordo de Bretton Woods e eliminou as barreiras às transações nas contas correntes. Os países que apresentassem déficits com a UEP teriam acesso a créditos em ouro e em dólares quando exauridas suas cotas. Assim, essa instituição criou uma área de créditos adicionais para a cobertura dos balanços de pagamentos europeus (EICHENGREEN, 2000). Na prática, houve uma liberalização comercial entre eles e um protecionismo em relação às mercadorias estadunidenses, ademais foi reestabelecida a conversibilidade monetária regional entre os bancos centrais.

Os sistemas financeiros e monetários internacional não foram alçados ao lugar que ocupam, na economia-mundo capitalista, por um movimento próprio. Parte desse processo, em escala global, é subproduto da acumulação de capital com origem no setor industrial do período da “idade de ouro” do capital. A própria disposição de salários reais de determinadas famílias com

rendas mais elevadas, durante esse período, direcionaram suas rendas líquidas excedentes para títulos de seguro de vida. Ademais, mais um fator contribuiu para alavancar esse setor econômico. Chesnais (1998) afirma que assalariados foram obrigados a abrirem contas correntes em bancos ou em correios nos EUA durante a década de 1960. Isso disponibilizou uma massa de dinheiro para os estadunidenses e aumentou a escala de operações de crédito, bem como de aplicações a curto prazo com melhor remuneração. Em um primeiro momento, dadas as condições institucionais, o centro histórico do capital a juros localizado na Inglaterra atraiu esse excedente. Em 1958, na *City* de Londres foi criado um mercado *offshore* com um estatuto semelhante a um estatuto de paraíso fiscal que influenciou a internacionalização de empresas e de bancos. Nasceu o mercado de eurodólares.

Nesse processo de resgate da livre conversibilidade do dólar, o mercado de câmbio de Londres foi reaberto em 1951. O Banco da Inglaterra convenceu outros membros da UEP, em 1953, a autorizarem os bancos privados deles a aceitarem moedas de outros países. No ano seguinte, a Inglaterra reabriu o mercado de commodities de Londres e liberalizou as transações em libras esterlinas. Por outro lado, essa estratégia inglesa contribuiu mais para consolidar os objetivos de poder estadunidense do que a real intenção de recuperar certa posição de outrora dos britânicos nas relações monetárias e financeiras internacionais.

A ascensão do mercado de eurodólares mudou a concepção e o comportamento dos tomadores de decisões frente às finanças internacionais. O que no período entre guerras era motivo de desconfiança, com o início das desregulações financeiras, passou a ser solução para os respectivos interesses da Inglaterra e dos EUA. Os ingleses consideravam essa oportunidade para restaurar um mundo com plena conversibilidade de moedas, na qual Londres poderia ressurgir como mercado financeiro base (HELLEINER, 1994). A Inglaterra proporcionou a criação do mercado de eurodólares com o intuito de resgatar o poder financeiro da *city* londrina dos tempos imperiais britânicos. Por outro lado, facilitaram a expansão global do capital das corporações estadunidenses e colaboraram para tornar essa expansão financeiramente autossuficiente. Assim, ajudaram a fortalecer o papel do dólar como moeda internacional. Da mesma forma, segundo Helleiner (1994), os bancos de Nova

York e as multinacionais teriam acesso ao mercado de eurodólares para compensar os controles de capitais do governo dos EUA.

Por outro lado, os “custos de hegemonia” (COX, 1987) contribuíram para criar déficits no balanço de pagamentos estadunidense. Além das despesas de gastos com o Plano Marshall, a Guerra da Coreia e a UEP, um novo fato definido pela estratégia estadunidense durante a Guerra Fria corroeu esse balanço: os aumentos dos gastos militares na Indochina. Da mesma forma, há o início das instabilidades econômicas nos EUA. A produtividade comparada a seus concorrentes no mercado internacional era menor. Dessa forma, os estadunidenses começaram a perder mercado consumidor, tanto interno quanto externo, para as mercadorias provenientes da Europa Ocidental e do Japão, prejudicando ainda mais o seu balanço de pagamentos.

Os EUA poderiam controlar estes déficits, mas era conveniente para eles continuarem a expandir gastos naquele período para manter a estratégia de política externa. O dólar como moeda internacional podia financiar os crescentes déficits no balanço de pagamentos estadunidenses já nos anos 1960. Empresas estrangeiras e outros Estados já retinham o dólar em suas reservas em detrimento do ouro. Assim, os EUA obtinham crédito ilimitado no exterior para pagar seus gastos externos sem precisar compensá-los por meio da liquidação de seus ativos e por meio do aumento de impostos para suas corporações e seus cidadãos. Com o tempo, os débitos públicos estadunidenses tornaram-se débitos mundiais e demandados pelos agentes econômicos e Estados. “Quanto mais dólares os estrangeiros mantinham, mais eles tornavam-se reféns da política hegemônica americana” (COX, 1987, p.217).

O afluxo de recursos não reinvestidos no setor produtivo se acelerou no início da década de 1970, à medida que o dinamismo capitalista se esgotava. Esse processo recebe mais uma carga de excedente à medida que os EUA, para tentar reverter sua queda da taxa de lucro, adotam política econômica expansionista. Da mesma maneira, a *City* londrina recebeu nova leva de capital excedente durante a primeira crise do petróleo. O elevado preço temporário do petróleo proporcionou excedentes para os Estados do Golfo Pérsico que os direcionaram para Londres e foram “reciclados” como linha de crédito em dólar de bancos privados internacionais aos Estados localizados na

semiperiferia e na periferia da economia-mundo capitalista, sobretudo para América Latina. Essa é a base da crise da dívida soberana desses Estados na década de 1980 e se consolida como mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir no tempo, como será visto adiante.

Portanto, nas próprias dificuldades aparentes de se firmar como moeda padrão do sistema monetário e financeiro internacional, o dólar confirmou sua legitimidade como moeda internacional a partir da livre conversibilidade entre as moedas. E, de modo geral, os EUA se tornaram menos vulneráveis diante das rivalidades interestatais devido ao privilégio de imprimir a moeda mundial. E, desde então, os estadunidenses pressionam aliados e parceiros com o objetivo de não perderem vantagens políticas e vantagens econômicas provenientes da centralidade do dólar no sistema financeiro e monetário internacional. Esse processo foi impulsionado crucialmente pelo poder concentrado nos políticos e nos grandes empresários dos EUA, cujo objetivo era criar um tipo particular de regime financeiro internacional construído sobre o vácuo deixado pelo sistema de Bretton Woods (GOWAN, 2003). E o pano de fundo ideológico central desse projeto são os valores liberais supostamente universais.

Os EUA consolidaram suas vantagens políticas e vantagens econômicas por meio dessas mudanças. Não porque esses seguissem rigorosamente os preceitos do equilíbrio do balanço de pagamentos. Muito ao contrário. Eles apresentavam desequilíbrios crescentes desde meados da década de 1960, como descrito acima. De certa forma, desde então, os EUA estão livres de qualquer constrangimento em seu balanço de pagamentos e usufruem de flexibilidade econômica, de senhoriação, de menores custos de transação e de prestígio e poder geopolítico no sistema interestatal capitalista.

3.2 O PODER MONETÁRIO E O ESTADISMO MONETÁRIO DOS EUA: CRISE E RETOMADA (1960-1990)

Entretanto, o que realmente aconteceu na década 1970 na economia-mundo capitalista a ponto dos EUA considerarem o dólar instrumento de poder fundamental para manter seus interesses no sistema interestatal capitalista? O período de bonança do “capitalismo enraizado” (*embedded capitalism*) de

Ruggie (1983) ou o período do “regime fordista-keynesiano” dos regulacionistas franceses⁶⁶ mostrara suas insuficiências em termos de acumulação de capital nos primeiros anos da década de 1960. A crise afetou várias partes da economia-mundo capitalista de maneiras e graus diferentes. E o Estado, até então, o grande responsável pela recuperação do capitalismo de seus “três desafios” (depressão, fascismo e guerras), segundo Hobsbawm (2003), foi considerado culpado por essa inflexão. Não o Estado em si, mas o Estado de bem-estar social e suas regulações. Logo, as visões de mundo expressas nas instituições e nos regimes de todo o sistema interestatal capitalista foram consideradas obsoletas para resolvê-la. Assim, velhas soluções liberais retornaram com outras feições. Os fundamentalistas do *laissez-faire* voltaram a influenciar⁶⁷ a organização política da economia-mundo capitalista.

Para tanto, sob uma nova roupagem, o *laissez faire, laissez passer*, o velho mote avesso ao mercantilismo dos primórdios do capitalismo na França, supera seu período de oclusão entre o período 1940-1973 e se torna novamente a premissa básica para a organização econômica da sociedade. Intrínseco a essa formulação ideológica está certa “harmonia de interesses”, cuja base é o *homo oeconomicus* smithiano que, ao perseguir seu próprio interesse, sob condições competitivas, regularia por si mesmo a sociedade. A mão forte do Estado não deveria interferir; a própria mão invisível naturalmente organizaria a sociedade. Mas a pergunta que deve ser feita é: para benefício de quem a sociedade se autorganiza?

Houve, desde então, uma “nova razão de mundo” habitualmente conhecida com a alcunha do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse ponto, trabalhe-se sob dois aspectos sobre a consciência da necessidade de uma reformulação política, econômica e social pós-anos 1970, cuja premissa básica era a liberdade. O primeiro aspecto é a visão de mundo de determinados grupos da sociedade civil diante de uma questão normativa de como a sociedade deve ser organizada para ser realmente livre. Para esses, o princípio da liberdade significa deixar a sociedade ser balizada pelas forças do

66 O conceito de regime de acumulação dos regulacionistas franceses tem como expoentes Alain Lipietz, Michel Aglietta e Robert Boyer.

67 As excessivas desregulações financeiras e seus agentes do mercado foram responsabilizados por parte da crise econômica e política do período entre guerras (1918-1939).

mercado sem a interferência do Estado – a não ser regular a sociedade para garantir os direitos de propriedade privada. O segundo ângulo desta questão é a difusão dessa nova razão de mundo entre os formuladores de políticas públicas e de políticas econômicas no sistema interestatal capitalista. Se por um lado a organização econômica e política internacional durante o pós-guerra total⁶⁸ fora moldada para não repetir o período entre as duas guerras mundiais. Por outro lado, nesse período parecia que aqueles fenômenos voltaram e o principal diagnóstico havia sido a própria solução de então: excessos de regulação social, política e econômica.

O início dos anos 1970 marcou o momento de transição para uma era neoliberal⁶⁹ nos EUA. E também, é o período em que a elite financeira estadunidense, até então fragilizada, consolida seu retorno aos bastidores da política, interna e externa, nos EUA (KIRSHNER, 2007). Os tomadores de decisão política econômica, do período do pós-guerra, foram substituídos pelos monetaristas da escola de Chicago, sob a supervisão de Milton Friedman, e pelos conselheiros interligados ao sistema financeiro de Wall Street e à indústria bélica. Os constantes déficits no balanço de pagamentos e crescimentos medíocres na economia estadunidense afastaram as concepções keynesianas dos modelos de política econômica e as regulações políticas provenientes do *New Deal*.

No governo estadunidense, em 1972, o secretário do Tesouro keynesiano John Connally foi substituído pelo neoliberal secretário George Shultz, cuja proximidade com a Universidade de Chicago e com Milton Friedman era conhecida⁷⁰. O conselheiro sobre assuntos financeiros do Presidente Nixon era Gottfried Haberler, que também exercia o cargo de líder da escola austríaca. Thomas Willet, alto conselheiro do *Council of Economic Advisers* e integrante do Tesouro Estadunidense, e Paul Volcker, influenciado pelos “austríacos” de Princeton, eram outros integrantes do governo Nixon. Da mesma forma, *Think tanks* propensos ao neoliberalismo, como o *American Enterprise Institute*, foram importantes para a ascensão das ideias neoliberais

68 Ver Hobsbawm (2003), principalmente o capítulo 1.

69 Neoliberalismo nos seus três elementos distintos: doutrina, movimento e programa político (Velasco e Cruz, 2007).

70 Helleiner (1994) afirma que Milton Friedman fez o rascunho do discurso de Shultz sobre a reforma do sistema financeiro internacional proferida no FMI em 1972.

nesse período. O próprio *Committee for Economic Development* (CED), expoente dos industriais do *New Deal*, reverteu sua posição e apoiou a desregulamentação do sistema financeiro estadunidense. Segundo Helleiner (1994), no início de 1970, industriais das multinacionais se uniram a banqueiros e autoridades financeiras em forte apoio às ideias neoliberais nos governos Nixon e Ford.

A mudança de visão de mundo, nessa década, foi analisada por Harvey (2007) como uma espécie de *malaise* relacionada ao fim de um ciclo na História, denominada como a “condição pós-moderna”. Era uma tentativa de negar o modernismo europeu no plano filosófico e no plano teórico que se disseminou para a arquitetura, economia, política, artes etc., e que condicionava a produção e reprodução dos seres humanos. Mas, no fim, segundo ele, essa “condição pós-moderna” era síntese das mesmas relações sociais e práticas culturais modernas, com algumas particularidades, mas que na essência nada mudara significativamente. Esse período para o autor é de recuperação, no qual se manteve a lógica de produção e reprodução do capital, mas sob a necessidade de novas formas.

A lógica inerente da acumulação do capital e de tendências à crise permaneceu a mesma. Por outro lado, houve a emergência de um modo mais flexível de acumulação de capital para um modo de regulamentação social e política que proporcionou outra noção de compressão do espaço-tempo, ou seja, uma sensação de mudança percebida por meio da ascensão do movimento cultural pós-moderno, com suas interpretações sociais fragmentadas e fugidias (HARVEY, 2007).

A transição do fordismo para a acumulação flexível representou a desconstrução, para utilizar uma palavra recorrente entre os pós-modernos, do *regime de acumulação* em simbiose com determinado *modo de regulamentação*. O padrão de produção e reprodução do capital no regime fordista-keynesiano necessariamente precisava mudar para manter a própria reprodução e produção do capitalismo (FARIA, 1997). O fordismo e o keynesianismo não conseguiram estabilizar as contradições do capital. A *rigidez* desse regime, que em um primeiro momento, serviu para retirar o capitalismo de sua maior crise durante a década de 1930, na conjuntura dos anos 1970 impedia sua estabilidade.

Para tanto, o que era simbolizado aparentemente como sinônimo dessa rigidez foi considerado a fonte de instabilidade. Os investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção de massa impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo. Da mesma forma, o mercado de trabalho era muito rígido e dificultava melhores alocações e contratos da perspectiva do capital. Os Estados, da mesma maneira, mantinham compromissos de gastos permanentes com programas de assistência social. Nesse regime, a política monetária era um dos poucos instrumentos flexíveis, mas que no fim o prejudicou ainda mais ao aprofundar a “onda inflacionária”. O que sustentava, segundo o Harvey (2007), essa rigidez generalizada do regime era uma configuração de poder político e relações recíprocas entre capitalistas, trabalhadores e o governo que, durante o período de crise, cada um defendeu os seus interesses.

As mudanças nas relações econômicas transformaram qualitativamente o modo de organização política dos Estados na economia-mundo capitalista. A hegemonia dos EUA no núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista enfrentava a concorrência política e econômica dos outros Estados localizados tanto no centro quanto na semiperiferia e na periferia do sistema. Por exemplo, em 1974, 110 países apresentaram e aprovaram na sexta Sessão Especial da Assembleia da ONU duas resoluções propondo o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

A grande indústria manufatureira estadunidense que proporcionara vantagens concorrenciais, no período do pós-guerra, transformara-se em obstáculo para a recuperação econômica deles frente a economias de desenvolvimento tardio, como Alemanha e Japão. Brenner (2003) analisa que essa economia encontrava dificuldades em manter altos níveis de crescimento de investimento diante da queda da taxa de lucro do setor manufatureiro. Dessa forma, a avançada tecnologia do pós-guerra se resumia a grandes instalações e maquinarias mantidas em funcionamento para simplesmente alcançar uma taxa média de lucro sobre os gastos de capital variável necessária para movimentar esse capital fixo somado a uma classe trabalhadora residualmente poderosa com salários reais relativamente altos. Brenner (2003) argumenta que havia excesso de capacidade e de produção da

indústria manufatureira mundial. Para tanto, este foi o principal obstáculo para a recuperação econômica dos EUA. Diante da “turbulência global”, os EUA não eram flexíveis o suficiente para reverter esses obstáculos e, por isso, perderam espaço relativo na economia mundial para as economias de desenvolvimento tardio.

Por outro lado, a posição internacional hegemônica estadunidense facilitou as oportunidades de lucro na Europa Ocidental e na América Latina. Houve incentivo, portanto, para as empresas multinacionais dos EUA investirem externamente em detrimento de melhorar a produtividade da indústria manufatureira doméstica. Diferente de empresas europeias de outrora, a reserva de mercado internacional dos EUA não ocorreu por meio da exportação de mercadorias. Houve uma internacionalização da produção por meio da realocação industrial estadunidense via empresas multinacionais e de bancos em detrimento da tentativa de melhorar a produtividade do setor manufatureiro doméstico (BRENNER, 2003).

Na história da economia-mundo capitalista os deslocamentos geográficos do capital, as novas tecnologias, as novas formas de organização produtiva e as transformações no mundo do trabalho são recorrentes como estratégias para superar as contradições provenientes da lógica da acumulação de capital. A flexibilidade no regime de acumulação a partir dos anos 1970, na prática, se caracterizou por duas peculiaridades com efeitos nas relações de produção:

- a) a evidência de um grupo social que não corresponde ao proprietário privado clássico e
- b) a proeminência do sistema financeiro sobre o sistema de produção.

O que de fato deve ser destacado nessa conjuntura é a formação de camadas privilegiadas com habilidades técnicas, gerenciais e empreendedoras, altamente remuneradas, procedentes de novos sistemas de produção e de controle do trabalho. A formação de uma “nova aristocracia do trabalho” aumentou a desigualdade de renda e a formação de uma “subclasse” mal remunerada e cada vez mais incapaz de decidir sobre si (DUMENIL; LEVY, 2014). Impuseram-se novas normas de rentabilidade que geram pressões bem acentuadas sobre os salários, tanto em termos de exigência de aumentos de

produtividade como de flexibilidade nas relações de trabalho, com as consequentes mudanças nas formas de determinação dos salários.

A outra peculiaridade do período é um grau de autonomia do sistema financeiro diante do sistema de produção sem precedentes na história do capitalismo. Houve períodos no capitalismo, como entre 1890 e 1929, que o sistema financeiro concentrou poder. Mas nada comparado aos anos pós-1970, quando houve uma explosão de novos instrumentos e de mercados financeiros. De acordo com Harvey:

As dívidas do consumidor, das corporações e do governo estão muito mais vinculadas umas com as outras, permitindo a regulação simultânea de magnitudes do consumo e da produção por meio de financiamentos especulativos e fictícios. Do mesmo modo, é muito mais fácil empregar estratégias de deslocamento temporal e geográfico aliadas a mudanças setoriais sob a proteção hegemônica de mercados financeiros florescentes. *A inovação nos sistemas financeiros parece ter sido um requisito necessário para superar a rigidez geral, bem como a crise temporal, geográfica e até política peculiar em que o fordismo caiu no final da década de 60* (HARVEY, 2007, p. 183-84, grifo do autor).

E, portanto, essa flexibilidade no processo de produção e no mercado de trabalho são decorrências da “solução financeira e monetária” para supostamente superar as tendências de crise do capitalismo. Apesar dessas mudanças, a essência não mudara. A forma de mantê-la havia se desmanchado no ar junto com o regime fordista-keynesiano. Portanto, o que se pode apreender dessas análises acima é que o sistema financeiro e monetário internacional tornou-se proeminente no processo de produção e de circulação de capital. Mas, que sistema monetário e financeiro é este? Para compreender de que forma os EUA retomaram seu poder nesse sistema é necessário analisar as alterações no sistema financeiro e monetário pós-1970.

3.2.1 Sistema Monetário e Financeiro da Economia-Mundo Capitalista após anos 1970

As relações financeiras⁷¹ e as relações monetárias, como visto no capítulo anterior, definem a formação hierárquica no sistema interestatal capitalista. Apesar disso, tentar apreender o contexto histórico condicionado pelo dólar em termos similares aos períodos de domínio holandês ou britânico seria deturpar o real poder monetário e o estadismo monetário dos EUA. Por exemplo, o dólar se firmou como instrumento de poder nas relações internacionais mesmo sem lastro metálico, diferente das outras moedas internacionais de períodos anteriores. O processo de transformação estrutural do sistema financeiro e monetário na economia-mundo capitalista ampliou a capacidade de o dólar ser utilizado como instrumento de poder dos EUA nesse sistema.

Após a ruptura unilateral estadunidense dos Acordos de Bretton Woods em 1973, as taxas de câmbio passaram a flutuar, o papel-moeda nacional perdeu sua conversibilidade em ouro para o dólar e os bancos privados tornaram-se financiadores dos déficits no balanço de pagamentos dos Estados com a anuência do FMI. Estes bancos mudaram o cenário do regime de financiamento internacional dos balanços de pagamentos. O mercado de crédito privado emergiu como fonte alternativa de financiamento diante da demanda e da insuficiência do FMI de atendê-la.

Os Bancos privados sempre emprestaram para Estados na economia-mundo capitalista. E, como visto anteriormente, eles quebravam junto com os Estados deficitários do centro dessa economia. Mas sempre que necessário esses bancos recebiam ajuda por meio de ações coercitivas desses Estados com o intuito de garantirem o pagamento de empréstimos concedidos aos Estados localizados na semiperiferia e na periferia do sistema. Entretanto, ocorreu uma mudança de procedimento dessas ações a partir da década de 1970.

Para tanto, havia um empecilho para superar: a autoridade legal dos bancos privados europeus e estadunidenses. As instituições bancárias

71 Nesta seção, a principal referência para descrever as transformações no sistema financeiro internacional é François Chesnais (1998; 2005; 2010).

privadas recorreram ao FMI e a suas políticas de estabilização. O cumprimento das condições políticas e econômicas para receber os empréstimos foi arbitrado pelo Fundo entre os Estados demandantes e os bancos privados. Antes de qualquer financiamento para suprimir problemas de seus respectivos balanços de pagamento, esses Estados deveriam se dirigir, em primeiro lugar, ao FMI para garantir o cumprimento dessas políticas de estabilização e depois recorrerem aos bancos (COHEN, 1982). Dessa forma, o FMI passou a ser a certificação para os “bons pagadores”.

Aa dívida soberana dos Estados transformam-se em mecanismos de transferência de recursos que possuem a capacidade de autoreprodução. Os juros devidos sobre o principal absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país. Dessa forma dependendo das oscilações econômicas, a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida era tomar um novo empréstimo, cuja disponibilidade acompanha sempre condições. A dívida tornou-se uma força formidável que permitiu a imposição de políticas de ajuste estrutural e de processo de desindustrialização de muitos desses Estados. O FMI e o Banco Mundial mudaram suas agendas firmadas em Bretton Woods para programas de ajustamento estrutural, “os quais representaram um enquadramento político (normativo) da periferia sistêmica à ordem neoliberal dos anos 1980-1990” (COELHO, 2012, p.6). A criação de uma “inércia da dívida pública” se consolidou, segundo Chesnais (2010), como um “golpe de Estado” que criou a ditadura do capital patrimonial contemporâneo com traços rentistas por meio do processo de liberalização dos mercados de títulos da dívida pública e das taxas de juros estadunidenses em 1979-81.

A dívida pública dos países do centro do sistema capacitou, da mesma forma, o capital portador de juros a apresentar um crescimento quantitativo e qualitativo. Chesnais (2005) afirma que “em termos de valores absolutos de transferências financeiras, a dívida pública decisiva não foi a do Terceiro Mundo, mas a dos países avançados” (p.40). A formação dos mercados liberalizados de obrigações agradou dois grupos de atores: os governos e as grandes instituições que centralizavam a poupança. Este mercado permitiu o financiamento desses déficits por meio da aplicação de bônus do Tesouro e outros compromissos da dívida pública. Essa tendência fez dos mercados de

obrigações públicas o lugar onde se encontra certa segurança para essas aplicações. Os fundos de pensão e os fundos mútuos estadunidenses fazem aplicações em mercados emergentes em ações, mas as obrigações públicas continuam a representar a parte mais importante de suas carteiras de títulos. Não são todos os Estados na economia-mundo capitalista que se beneficiaram disso, mas os considerados mais seguros, mesmo se as taxas de juros são muito baixas, continuam a ser refúgio em períodos turbulentos da economia.

A liberalização e a desregulamentação dos sistemas financeiros desses Estados foram feitas a passos largos sob a direção do FMI e do Banco Mundial e sob a pressão política dos EUA e seus aliados. Na primeira metade dos anos 1980, o processo de desregulação do sistema financeiro se aprofundou com a liberalização do fluxo de capitais nos principais Estados do núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista. Houve quatro decisões que contribuíram para aprofundar a desregulação desse sistema:

- a) o fim do keynesianismo na Inglaterra em 1976;
- b) o plano de estabilização de Volcker em 1979;
- c) a iniciativa do *Federal Reserve* (FED) de regular o mercado de eurodólares⁷² e
- d) mudança de rumos do governo francês de François Mitterrand em 1981 (HELLEINER, 1994).

Qualquer Estado que quisesse disponibilizar os bônus do Tesouro nos mercados liberalizados estava forçado a se alinhar às práticas e modelos do mercado financeiro estadunidense. Esse sistema domina os outros em razão tanto da posição do dólar quanto da dimensão dos mercados estadunidenses de obrigações e de ações.

Dessa forma, os Acordos de Bretton Woods foram definitivamente abandonados com a anulação do controle de capitais. Em 1979, a Grã-Bretanha aboliu o controle de capitais, seguida por Austrália e Nova Zelândia em 1984 e 1985, respectivamente. Entre 1980 e 1988, os países da

72 No mês de maio de 1979, os EUA pressionaram os membros do BIS para estabelecer uma comissão para considerar a proposta de que os bancos centrais membros deveriam impor recolhimentos compulsórios para as atividades internacionais deles. Os lobbies dos banqueiros persuadiram os integrantes do Congresso a rejeitar o projeto (HELLEINER, 1994).

Comunidade Europeia iniciaram a liberalização financeira. Os países da Escandinávia anularam os controles de capital em 1989-90. Nos anos 1980, o Japão pôs em prática seu programa de liberalização financeira. Segundo Henning (1994),

O Acordo Iene-Dólar foi o último round em um contínuo processo de liberalização do mercado financeiro que tinha integrado amplamente o Japão com o mercado de capitais mundiais durante a primeira metade da década de 1980. O aumento na mobilidade de capitais para o Japão produziu uma transformação fundamental nas relações macroeconômicas externas do Japão. Por meio desses efeitos na taxa de câmbio, a mobilidade de capitais internacional também transformou a política macroeconômica no Japão (HENNING, 1994, p.141).

Assim, as desregulações do sistema financeiro internacional pós-1970 nunca poderiam surgir sem o apoio e o interesse dos Estados. Segundo Helleiner (1994),

A decisão também refletiu um amplo interesse nacional dos Estados Unidos. Embora, a crise do dólar pareceu indicar a erosão da hegemonia financeira do país, diversos analistas mostraram que o poder financeiro dos Estados Unidos não tinham realmente declinado em relação a outros Estados, mas somente vis-à-vis ao crescimento do mercado financeiro global. Se a confiança dos operadores privados do mercado poderia ser restaurada, os Estados Unidos se beneficiariam mais uma vez com a abertura financeira como resultado do seu permanente poder estrutural nas finanças globais (HELLEINER, 1994, p.134).

As desregulações financeiras e a austeridade orçamentária tornaram-se estratégias comuns para superar a crise de acumulação de capital. E, desde então, as relações econômicas apresentam uma configuração específica na economia-mundo capitalista, no qual o capital portador de juros se tornou o centro dessas relações que se sustentam em instituições financeiras e políticas controladas pelos Estados do núcleo orgânico do sistema interestatal. Essas transformações no sistema financeiro internacional possibilitaram novas formas de apropriação de capital. Os dividendos se tornaram um mecanismo significativo de transferência de lucro e os mercados de ações o pivô mais ativo. Para tanto, há, desde então, uma pressão sobre grupos industriais para comparar constantemente os ganhos econômicos provenientes tanto das taxas

de juros sobre os mais diversos títulos de dívida quanto dos lucros do setor manufatureiro.

Os grupos industriais transnacionais, o que Chesnais (2005), denomina de sociedades transnacionais, continuam a organizar a produção de bens e serviços e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital diante da força de trabalho, mas houve uma mudança significativa a partir desse período. De maneira menos perceptível, as organizações financeiras bancárias e não bancárias atuam conjuntamente com esses grupos industriais. E essas organizações especializadas se tornaram proprietários-acionistas de um tipo particular que têm estratégias submetidas à maximização de uma nova grandeza: o “valor acionário” (CHESNAIS, 2005).

Os investidores institucionais⁷³ (fundos de pensão, fundos mútuos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento etc.) fizeram da centralização dos lucros não investidos e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e poupança salarial, o trampolim de apropriação financeira de grande dimensão. O terreno de ação desses investidores institucionais são mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente com o objetivo de se apropriarem dos excedentes mantendo-os fora, o máximo possível, da produção de bens e serviços. Nesse processo, operadores financeiros ganham poder de decisão e poder geoeconômico, pois são seus julgamentos que decidirão a participação de determinado Estado nas redes financeiras e monetárias, em graus que diferem de um compartimento a outro (câmbio, obrigações, ações etc.). O conteúdo efetivo dessa integração resulta, de maneira concreta, das decisões tomadas e das operações efetuadas pelos gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas.

A mundialização financeira, de forma geral, estabeleceu uma interação e um encadeamento profundo entre três elementos constitutivos do sistema financeiro:

- a) a desregulação ou liberalização monetária e financeira,

73 Como Chesnais (2005) afirma esses investidores não contribuem diretamente para a criação de capacidade produtiva por meio de investimentos nas empresas, pois o essencial de suas operações trata da compra e venda de títulos que dão direito ao recebimento de juros e dividendos.

- b) a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e
- c) a desintermediação, a saber, a abertura das operações de financiamento, antes reservadas a bancos, a todo tipo de investidor institucional.

Essa mundialização remete tanto à descompartmentalização interna entre diferentes funções financeiras e diferentes tipos de mercados (de câmbio, de crédito, de ações e obrigações) quanto à interpenetração externa dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração aos mercados mundializados.

A descompartmentalização se apoia sucessivamente na liberalização dos mercados de câmbio e na abertura comercial às empresas estrangeiras. Essa descompartmentalização interna abriu caminho para uma (des)especialização progressiva dos bancos em nome da concorrência e da liberdade de empreendimento. Da mesma forma, a desintermediação permite às instituições financeiras não bancárias acesso aos mercados como prestadoras de capital. Do mesmo modo, o movimento de liberalização e descompartmentalização foram igualmente marcados pela criação de numerosas novas formas de aplicação de liquidez à medida que a remoção das regulações e controles nacionais anteriores condicionavam inovações financeiras. Estas, não somente com o fim de novas formas de apropriação financeira, mas também, segundo Belluzzo (2009), com o intuito de repartir os riscos provenientes das constantes flutuações de preços, da falta de liquidez e de pagamento dos Estados e das frequentes flutuações de taxas de juros e de câmbio no âmbito do processo de desregulação financeira e de abertura de mercados.

Esse sistema dominou os outros em razão tanto da posição do dólar, quanto da dimensão dos mercados estadunidenses de obrigações e de ações. Da mesma forma, operadores financeiros ganham poder de decisão e poder geoeconômico; são seus julgamentos que decidirão a participação de determinado Estado nas redes financeiras e monetárias, em graus que diferem de um compartimento a outro (câmbio, obrigações, ações etc.). O conteúdo efetivo dessa integração resulta, de maneira concreta, das decisões tomadas e

das operações efetuadas pelos gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas.

As mudanças no sistema financeiro e monetário internacional pós-1970, portanto, de um lado, representam um desdobramento do estágio do regime de acumulação do capital por parte das forças sociais representantes da fração financeira que conquistaram a capacidade de liderar e articular políticas públicas. Por outro lado, essas transformações derivaram de uma política de Estado para retomar a autonomia e consolidar a posição hierárquica no sistema interestatal capitalista. Assim, analisa-se na próxima seção de que forma o poder monetário e o estadismo monetário dos EUA contribuíram para relativizar o processo de transformações desse sistema.

3.2.2 O Dólar: Crise e Retomada

Os déficits estruturais dos EUA, cuja origem remonta a meados da década de 1960, para algumas vertentes teóricas justificariam uma moeda fraca e, com isso, estimularia tendências de substituição do dólar nas transações financeiras e comerciais internacionais e na função de reserva cambial. Todavia, se por um prisma essa moeda é potencialmente “fraca”, sob o prisma histórico-social o dólar manteve-se a moeda internacional de maior demanda proporcionando vantagens econômicas e políticas aos EUA. Apesar de os EUA apresentarem constantes déficits no balanço de pagamentos, o Estado emissor da moeda internacional não necessariamente se preocupa com sua natureza macroeconômica para mantê-la confiável perante os agentes do mercado e outros Estados, como explicado no capítulo anterior. Fields e Vernengo (2012) resumem essa questão ao afirmarem que a moeda também é o espelho de seu Estado emissor.

O dólar, a moeda fiduciária internacional, guarda em si a síntese histórica da construção de um Estado hegemônico. Compreender a moeda estadunidense por meio de uma abordagem eminentemente economicista, ou seja, sob o prisma metalista, por uma abordagem exclusivamente impositiva ou por uma abordagem em que o mimetismo⁷⁴ define qual é a moeda para o

74 O mimetismo nas relações sociais define a coerção das moedas. “Imitar o outro é a única estratégia racional” (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p.18). Eichengreen (2000) chega a mesma

sistema monetário e financeiro internacional não possibilita apreender o poder monetário e o estadismo monetário estadunidense. O dólar é uma idiosincrasia dentre as outras moedas por comportar-se como “domínio autorizado” (COHEN, 1998) no sistema financeiro e monetário internacional, cuja construção social se insere na formação histórica do poder estadunidense na economia-mundo capitalista. O modelo de “capitalismo monopolista”, a consolidação da força do Estado estadunidense a partir da crise de 1929, as guerras, as instituições e a ideologia estadunidense resultaram em uma moeda forte e confiante para os agentes do mercado e os outros Estados realizarem suas transações comerciais e financeiras, como analisado na primeira seção deste capítulo.

A base monetária, até então, lastreada em ouro, tornou-se fiduciária e esse fato não mudou a correlação de forças no sistema interestatal capitalista. Dessa forma, mesmo que os EUA continuamente venham perdendo o controle da liquidez mundial em termos de quantidade, isso não altera substancialmente seu poder financeiro e monetário internacional porque eles controlam a moeda internacional.

Entretanto, após a crise dos anos 1970, os EUA reestruturaram suas estratégias e formulações políticas internacionais com intuito de retomar a hegemonia no núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista. O objetivo era reverter seu quadro adverso nesse sistema. A economia apresentava elevada inflação e queda de produtividade. O balanço de pagamentos deles exibiam déficits gêmeos em meio a Guerra do Vietnã. E o dólar começou a receber críticas constantes por continuar a ser padrão do sistema monetário e financeiro internacional. Durante esse período, os formuladores políticos estadunidenses temeram a queda do poder de seu sistema financeiro privado e a queda do dólar como moeda padrão desse sistema. Diferente de anos anteriores, nos quais a diplomacia monetária dos EUA era utilizada para manipular moedas e criar dependência do dólar para fins comerciais e políticos, a partir da década de 1970, um novo fator entrou na análise da Casa Branca sobre a política global: manter o dólar como padrão monetário e financeiro

conclusão sobre a adoção de padrões monetários pelos Estados, o que ele denomina de “externalidades em rede”.

internacional na economia-mundo capitalista. Assim sendo, segundo Gowan (2003), a partir do governo Nixon (1969-1974),

A história das administrações dos Estados Unidos é uma junção de duas correntes: em primeiro lugar, uma extraordinária série de jogos, tanto com o dólar quanto com as finanças privadas internacionais, em ambos os casos explorando o regime; e, em segundo lugar, uma crença cada vez maior na importância fundamental do DWSR [Regime do Dólar-Wall Street] para os interesses internacionais dos Estados Unidos e tentativas de aprofundar o DWSR e radicalizá-lo” (GOWAN, 2003, p.73).

Neste período, parte da *intelligentsia* estadunidense tinha consciência de que as relações transnacionais poderiam influenciar as relações interestatais. O contexto político-econômico do sistema mudara e os instrumentos de poder dos EUA poderiam ser diversos, quando comparados ao período da expansão material estadunidense (1945-1970). Por exemplo, durante os debates sobre o futuro do dólar nos anos 1970, japoneses e europeus ocidentais já eram reféns do dólar, uma vez que os EUA desestabilizariam os sistemas de comércio e monetário, caso os bancos centrais estrangeiros não sustentassem o dólar e os outros Estados não estimulassem a importação de mercadorias estadunidenses (EICHENGREEN, 2000).

A autonomia e a influência de um Estado nas relações interestatais estão diretamente relacionadas ao seu balanço de pagamentos (COHEN, 2009). Sem autonomia política e econômica, os EUA pertenceriam ao grupo dos Estados comuns, como qualquer outro, competindo por capital excedente no sistema interestatal capitalista. E, sem o controle do dinheiro, segundo Cohen e DeLong (2010), não há o exercício da influência na política global.

Na esfera financeira, a crise do preço do petróleo de 1973 contribuiu para impedir qualquer retorno a um programa de controle de capitais e, concomitantemente, assegurar aos Estados autonomia política frente ao mercado financeiro. Diante do elevado volume de capitais proveniente dos petrodólares, o diretor executivo do FMI à época, Johannes Witteveen, propôs duas alternativas para reciclá-los, ambas rechaçadas pelos estadunidenses. A primeira propunha a reciclagem desses dólares provenientes da OPEP por meio do FMI de “maneira igualitária e prudente”. Os EUA alegaram que o mercado financeiro privado deveria se responsabilizar pela reciclagem, pois

poderia parecer uma sanção do FMI aos altos preços do petróleo. A segunda alternativa, com o apoio da Europa Ocidental, da Arábia Saudita e do Japão, defendia que os países desenvolvidos resolvessem esse problema em conjunto.

Entretanto, os EUA se opuseram, alegando que não deveria haver interferência na liberdade nesse mercado. Helleiner (1994) afirma que, em 1974, um relatório do governo estadunidense exibiu os benefícios da reciclagem dos fundos da OPEP para o mercado financeiro dos EUA. O principal argumento do relatório era o tamanho e a profundidade desse sistema financeiro, o qual assegurava receber esses petrodólares sem necessidade de oferecer incentivos e poderiam ajudar a financiar tanto os déficits externos quanto o crescimento dos déficits orçamentários internos. Segundo o autor,

O apoio de autoridades dos EUA para um sistema financeiro internacional liberal, assim, reflete, em parte, a sua tentativa de desenvolver um tipo de poder baseado no mercado (*market-based*) ou “estrutural”, para usar o termo de Susan Strange, nas finanças globais que substituiria sua influência em declínio na gestão da Ordem de Bretton Woods. Em um sistema desregulado, o tamanho relativo da economia dos EUA, a proeminência contínua do dólar e instituições financeiras dos EUA e a atratividade dos mercados financeiros estadunidenses dariam aos Estados Unidos o poder indireto por meio da pressão do mercado [...] (HELLEINER, 1994, p.114).

Dessa forma, os fundos árabes e aos investimentos europeus e japoneses contribuíram para sustentar a autonomia relativa dos EUA por meio do poder monetário a partir da segunda metade da década de 1970. Essa vantagem econômica frente aos outros Estados contribuiu para a vantagem política e reforçava o poder geopolítico e o poder de prestígio dos EUA no moderno sistema de Estados. A partir desse período, a capacidade de utilizar da senhoriação somou-se à conquista da flexibilidade macroeconômica diante de um balanço de pagamentos deficitário.

No final dos anos 1970, investidores privados e outros Estados da Tríade pressionaram os EUA a fim deles disciplinarem sua política econômica. Entre manter a livre circulação de capitais ou perder a autonomia no sistema hierárquico interestatal, o governo estadunidense escolheu a primeira alternativa. Helleiner (1994) afirma que “os formuladores de política de Washington alimentaram um sistema financeiro internacional mais liberal como

um meio de preservar a autonomia política deles em face das crescentes restrições externas” (p.91).

Havia a possibilidade do controle de capitais, mas esta foi descartada pela atmosfera neoliberal do executivo e do legislativo estadunidense. Se houvesse alguma dúvida sobre o poder de recuperação da moeda americana nesse período, ela foi sanada em outubro de 1979 com o segundo “choque Volcker” – a taxa de juros reais dos EUA aumentou para o nível dos 12% em dois momentos⁷⁵. A alta da taxa de juros

[...] foi tomada com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda-reserva. O fortalecimento do dólar tinha se transformado, então, numa questão vital para a manutenção da liderança do sistema financeiro e bancário americano no âmbito da concorrência global (BELLUZZO, 2000, p.103).

Por conseguinte, o controle relativo do sistema financeiro internacional pelos EUA proporcionou a submissão dos demais Estados à diplomacia do dólar e ao ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desejo de certo “equilíbrio global do sistema”. O dólar tornou-se a moeda responsável pela ordem e estabilidade desse sistema e possibilitou a reemergência dos bancos privados dos EUA na liderança financeira internacional (TAVARES, 1998).

Dessa forma, o sistema de crédito interbancário voltou a concentrar-se nos EUA e o sistema bancário ficou sob o controle da política monetária do FED, o responsável pelas regras do jogo. As flutuações da taxa de juros e taxas de câmbio passaram a ser influenciadas pelo dólar e por meio delas o movimento da liquidez internacional ficou atrelado à política fiscal dos EUA. Segundo Tavares (1998), “a partir de 1980, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova Iorque, não apenas sob a *umbrella* do FED, mas também financiando obrigatoriamente – porque não há alternativa – o déficit estadunidense” (p.34).

O predomínio da denominação em dólar dos contratos nas principais praças financeiras, como unidade de conta, consolidou a função de:

- a) prover liquidez instantânea em qualquer mercado;
- b) garantir a segurança nas operações de risco e

⁷⁵ O primeiro choque foi em 1978 por meio da intervenção no mercado monetário ao aumentar a taxa básica de juros para 8% ao ano.

- c) transfigurar-se como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura.

O dólar consolidou seu processo de transformação de uma moeda, eminentemente monetária (parcialmente metalista durante o regime de Bretton Woods) em uma moeda financeira (TAVARES, 1998), cuja principal característica foi revelar-se aparentemente por meio da confiança. E foi neste ponto que o governo estadunidense concentrou esforços: manter a confiança do dólar como moeda padrão do sistema financeiro e monetário internacional.

A retomada da hegemonia dos EUA no sistema interestatal capitalista por meio de instrumentos do sistema financeiro e monetário internacional resultou da visão estratégica da elite financeira e militar estadunidense. Reconquistada a centralidade do dólar nesses sistemas, os EUA se voltaram para o objetivo de retomada de seu crescimento econômico (GOWAN, 2003). Essa moeda internacional contribuiu para manter a autonomia relativa estadunidense frente aos outros Estados, principalmente em relação a dois Estados que concorriam diretamente no comércio internacional: Japão e Alemanha.

A questão, portanto, era qual a melhor forma de enquadrá-los dados os limites impostos às formas tradicionais de mudança de comportamento de outros Estados, segundo os interesses estadunidenses. Dessa forma, mais do que utilizar diretamente a coerção, os parceiros e rivais dos EUA foram envolvidos em um processo de construção de consenso, cuja síntese representa o mote de líderes políticos no final da década de 1980: *There is no alternative* (TINA). É o que Tavares (1998) denomina de “racionalizar a visão dominante” por meio de “[...] matéria de política econômica pela aceitação de um ajuste recessivo que corresponde a uma sincronização da política econômica e da ideologia conservadoras sem precedentes” (TAVARES, 1998, p.29).

Em um primeiro momento, a construção da Comissão Trilateral⁷⁶ diminuiu a tensão entre estadunidenses, europeus e japoneses durante a

⁷⁶ “O Trilateralismo pode ser definido como um projeto de desenvolvimento de uma aliança orgânica entre os principais Estados capitalistas, com o objetivo de promover (ou sustentar) uma forma estável de ordem mundial conveniente para seus Estados dominantes. Mais

década de 1980 (HELLEINER, 1994). E os estadunidenses pressionaram japoneses e alemães por meio do estadismo monetário para não perderem vantagens políticas e econômicas provenientes da centralidade do dólar no sistema financeiro e monetário internacional. Gill (1990) salienta o predomínio da agenda econômica estadunidense nos encontros da Comissão Trilateral. Quando necessário, a coerção estadunidense prevaleceu diante de um indispensável resguardo em relação a seus aliados e parceiros estratégicos. Não se pode negligenciar que houve consentimento do grupo político dominante alemão e japonês, que procurou atender os interesses dos grupos produtivos, em um primeiro momento, e dos grupos financeiros dos seus respectivos países.

Para reverter os crescentes déficits orçamentários, no início dos anos 1980, o secretário do Tesouro, Donald Regan, dividiu com o mercado e outros Estados a responsabilidade de financiá-lo. Em 1984, Regan, Beryl Sprinkel, membro do *Executive Office of the US President* do *Council of Economic Advisors* (CEA), e o secretário adjunto de relações internacionais, David C. Mulford, iniciaram um processo de negociações envolvendo outros Estados e o Congresso estadunidense para facilitar a captação de poupança internacional para financiar esse déficits. Sprinkel negociou com o Japão e Mulford com a Europa. Houve, basicamente, a negociação de um acordo de liberalização do mercado de capitais com o ministro das Finanças do Japão. E nesse mesmo ano, o tesouro persuadiu o Congresso a eliminar a retenção do imposto de renda na fonte, de 30%, sobre os pagamentos de juros em relação a detentores estrangeiros de títulos do governo e de empresas estadunidenses⁷⁷. Essas negociações foram essenciais para o financiamento dos déficits estadunidenses (HENNING, 1994).

O governo Reagan recorreu ao financiamento japonês para sustentar sua política econômica drástica de redução dos impostos das corporações e dos elevados gastos militares. A política keynesiana de guerra, com ficou conhecida, recebeu o apoio do Ministério das Finanças do Japão, e empresas de seguro e outras instituições financeiras desse país, apesar dos altos riscos

especificamente, envolve um compromisso com uma ordem econômica internacional liberal” (GILL, 1990, p.1).

⁷⁷ Ver Henning (1994)

de perdas futuras diante de uma desvalorização do dólar. Brenner (2003) afirma que houve um “extraordinário espetáculo de financistas japoneses [e foi] difícil determinar quem estava mais dependente de quem” (p. 99). Se por um lado o Japão financiava os déficits gêmeos dos EUA, por outro lado os estadunidenses garantiram a expansão da economia japonesa. Mas não somente desse país: “choveu dinheiro de todo o mundo para os Estados Unidos” (BRENNER, 2003, p.102) com o interesse nas altas taxas de juros reais deles. Havia, segundo o autor, um desejo da administração de Reagan de fortalecer o setor financeiro estadunidense, mesmo que para o setor manufatureiro tenha sido uma catástrofe manter o dólar forte.

Por outro lado, depreciação do iene frente ao dólar e o fluxo comercial do Japão em direção aos EUA causavam problemas políticos no Congresso estadunidense. O setor manufatureiro estadunidense pressionou o legislativo para diminuir os efeitos dessa política com o intuito de manter o dólar forte. Esse Congresso, em 1982 e 1983, acusou o Japão de manter artificialmente o iene depreciado. Diante desse cenário, o secretário do Tesouro dos EUA, Donald T. Reagan, e o subsecretário, Beryl W. Sprinkel, inseriram na agenda a discussão sobre a liberalização do mercado de capitais e necessidade de uma negociação sobre a relação iene-dólar. Assim, um novo acordo foi assinado, em abril 1984, pelo secretário Reagan e pelo ministro das finanças do Japão, Noburu Takeshita, fruto de pressões internas e externas ao Japão. O Acordo foi posto em prática em etapas no decorrer dos anos subsequentes. A primeira etapa teve o objetivo de apreciar o iene frente ao dólar.

A mudança nas relações macroeconômicas causou um conflito entre o governo japonês e os burocratas do seu Banco Central. O governo japonês insistiu na manutenção da política macroeconômica, cujo objetivo era estimular o setor produtivo. Por outro lado, houve críticas ao governo japonês, já que o mercado, agora liberalizado, poderia suprir capitais ao setor produtivo desse país. De todo modo, o Japão não mudou a política econômica de estímulo ao investimento, produtividade, crescimento e exportação (HENNING, 1994).

Contudo, a ameaça de políticas protecionistas comerciais estadunidenses em relação às mercadorias japonesas convenceu os políticos japoneses a reverem as disparidades cambiais entre os Estados. Em 1985, o novo secretário do Tesouro, do segundo governo Reagan, James Baker, o

ministro das Finanças, Takeshita, e oficiais de ambos os ministérios negociaram uma apreciação do iene para conter os desequilíbrios comerciais entre os dois países. A negociação de apreciação do iene em relação ao dólar ficou conhecida como o Acordo Plaza; os japoneses flexibilizaram a política monetária e fortaleceram o iene, liberalizaram o mercado e internacionalizaram sua moeda, muito embora os políticos e burocratas japoneses não estivessem a par completamente do que seria esse acordo. Henning (1994) afirma que os japoneses subestimaram a dimensão da correção e o realinhamento entre as moedas e, até mesmo, o quanto de apreciação seria necessário para apaziguar a pressão protecionista do Congresso estadunidense.

Após o Acordo, outras apreciações do iene ocorreram no decorrer da segunda metade da década de 1980, mas sem o consentimento dos políticos e do setor privado japonês. No início do Acordo Plaza a taxa de câmbio entre o iene e o dólar era de 242 ienes por dólar. Em julho de 1986, a taxa cambial entre essas moedas alcançou a marca de 158 ienes por dólar. Políticas econômicas unilaterais e multilaterais, com Alemanha e EUA, tentaram conter a apreciação do iene, mas sem sucesso. Durante a história japonesa no pós-Segunda Guerra, a política monetária sempre se manteve subordinada ao processo de produção desse Estado. Por outro lado, Henning (1994) atesta que os anos em torno do Acordo Plaza foram os únicos os quais o Japão não interveio em sua moeda. A liberalização financeira, no início na década de 1980 e o Acordo do Plaza (1985) mudaram o panorama histórico japonês pondo fim em sua autonomia econômica. Mas também, mudou o panorama econômico para os alemães.

Ao mesmo tempo em que os EUA negociavam com o Japão, eles também pressionavam os alemães quanto à política econômica deles. Já na metade da década de 1970, os alemães foram pressionados pelos estadunidenses em relação à manutenção do dólar em suas reservas cambiais (GAVIN, 2004). Por outro lado, era interesse dos alemães reequilibrarem suas contas no balanço de pagamentos. A inflação na Alemanha sinalizara seu retorno já em 1978. Helmut Schmidt e Otmar Emminger, entre outros burocratas alemães, insistiram para que Paul Volcker revertesse à contínua depreciação do dólar. As recorrentes apreciações do marco e as inúteis intervenções do banco central na moeda esgotaram as reservas cambiais

alemãs. O Bundesbank mudou sua estratégia de política monetária e tentou revertê-la para uma depreciação de sua moeda e repassar o financiamento dos déficits externos ao setor privado ao elevar a taxa básica de juros alemã de 9% para 12% ao ano. No intuito de prosseguir com uma política monetária restritiva, o banco central alemão eliminou os últimos controles de capitais remanescentes ao permitir a venda de títulos de curto prazo e instrumentos de mercado monetário para não residentes. Da mesma forma, Títulos do governo foram oferecidos e adquiridos pela Arábia Saudita para financiar o déficit no balanço de pagamentos da Alemanha.

A política econômica do primeiro governo Reagan foi duramente criticada por Schmidt, pois havia criado taxas de juros reais nunca vistas na Alemanha. Contrário à essa crítica, o presidente do Bundesbank, Karl Otto Pöhl, concordava com a política monetária estadunidense e declarou que Schmidt deveria parar de criticar e reverter os déficits orçamentários alemães (HENNING, 1994). Entre o realinhamento das moedas no Sistema Monetário Europeu em março de 1983 até o pico do preço do dólar em fevereiro de 1985, a política monetária doméstica alemã permaneceu constante e arrefeceu o conflito entre o governo e o banco central. Contudo, a política comercial estadunidense em particular as constantes pressões do Congresso rompeu esse consenso em torno das decisões sobre a política monetária e a política cambial da Alemanha.

Os EUA procuraram a Alemanha somente depois de terem certeza de que o Japão aceitasse as políticas econômicas que seriam ratificadas no Acordo Plaza. Apesar da crítica à excessiva depreciação do dólar, os alemães mantiveram desconfiança em relação ao Acordo e depreciaram um pouco o marco, com a esperança de estabilizá-lo, e também não estimularam a demanda interna. Os alemães desconfiavam das intenções estadunidenses, já que anteriormente esses tentaram realinhar o marco ao dólar, mas sem a assistência dos EUA e do Japão. Outro motivo de desconfiança foi o temor de que a depreciação do dólar saísse de controle e rompesse com o Sistema Monetário Europeu. Mesmo assim, em 1986, os alemães foram ignorados pelo secretário do Tesouro Baker quando instado a interromper a depreciação do dólar.

Durante os dois anos seguintes, EUA e Alemanha mantiveram conflitos sobre suas respectivas moedas: os estadunidenses pressionando para que a Alemanha estimulasse a demanda interna e os alemães pressionando para que os EUA interviessem para frear a depreciação do dólar. O Acordo do Louvre, em 1987, arrefeceu esse conflito quando foi acordado que as principais moedas dos Estados centrais flutuassem em uma banda de 5%. Esse acordo estabeleceu metas de intervalos para flutuações cambiais e foi um acordo informal, sem a divulgação de um documento com a prerrogativa de não ser assinado nem pelos participantes e nem pelo legislativo dos países participantes. (HENNING, 1994). De acordo com Brenner (2003),

O Acordo do Plaza, e o que veio em sua esteira, provou-se o ponto básico na reviravolta do setor manufatureiro dos Estados Unidos e em um momento crítico para a economia mundial como um todo. Desencadeou-se dez anos de mais ou menos contínuas e consideráveis depreciações do dólar em relação ao iene e ao marco, acompanhadas por um congelamento de uma década no crescimento dos salários reais. Abriu-se, portanto, o caminho ao mesmo tempo para a recuperação da competitividade, junto com uma aceleração no crescimento das exportações no setor manufatureiro americano, uma crise duradoura nas indústrias alemãs e japonesas e uma explosão sem precedentes de expansão manufatureira voltada para as exportações por todo o Leste Asiático, onde as economias em sua maioria atrelavam suas moedas ao dólar, assegurando aos exportadores do setor manufatureiro uma considerável vantagem competitiva vis-à-vis seus rivais japoneses quando o dólar caiu entre 1985 e 1995 (BRENNER, 2003, p.109).

A indústria manufatureira estadunidense reverteu as vantagens de custos relativos decrescentes, melhorando sua posição competitiva e acelerando o crescimento das exportações quando comparadas aos principais concorrentes de então, como Japão e Alemanha, em meados do início dos anos 1990. Mas com uma característica pouco usual no desenvolvimento capitalista, até então⁷⁸. A recuperação das taxas de lucro desse setor se deveu quase que exclusivamente a diferenças no crescimento salarial e nas taxas cambiais. A conexão do ajuste industrial, contenção salarial e desvalorização do dólar representou uma guinada na organização industrial estadunidense, que passou a depender cada vez mais das suas exportações.

78 Brenner (2003, p. 106) afirma que “O resultado paradoxal foi que, enquanto os empréstimos e o endividamento das empresas não-financeiras atingiam o seu patamar mais alto da época pós-guerra, os investimentos pelas empresas do setor de manufaturados atingiam os seus níveis mais baixos.”.

Portanto, sob o discurso da necessidade do “equilíbrio macroeconômico”, os EUA, junto de grupos representantes da fração produtiva do capital, em um primeiro momento, e representantes da fração financeira do capital⁷⁹ de Japão e Alemanha, contribuíram para a consolidação do poder monetário estadunidense e, conseqüentemente, para a retomada definitiva da hegemonia dos EUA. De acordo com Tavares (1998),

O ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica, de corte keynesiano (TAVARES, 1998, p.36).

Desse modo, qualquer Estado que quisesse colocar bônus do Tesouro nos mercados liberalizados estava forçado a se alinhar às práticas e modelos do mercado financeiro estadunidense.

O papel do *Federal Reserve* (FED) tornou-se dessa forma central na manutenção da segurança financeira sistêmica. No final da década de 1980, os Estados centrais, de então, de certa forma, foram coniventes com os EUA para essa consolidação e tornaram-se dependentes, relativamente, das tomadas de decisões de política econômica e se alinharam à política monetária ortodoxa estadunidense. No final da década, com uma taxa básica de juros de 4,5% ao ano, os EUA retornaram com sua capacidade produtiva e comercial mais eficiente comparada ao processo de produção dos anos 1970. Segundo Tavares,

[...] sem fazer qualquer esforço intensivo de poupança e investimento, sem tocar em sua infra-estrutura energética e de transportes, sem tocar na agricultura, sem tocar na velha indústria pesada⁸⁰ e modernizaram a sua indústria de ponta com equipamentos baratos de último tipo e capitais de empréstimo e de risco do Japão, da Alemanha, do resto da Europa e mesmo do mundo periférico (TAVARES, 1998, p.40).

79 Os bancos privados japoneses e alemães tinham grande influência na composição burocrática do Banco Central dos respectivos países nesse período. A diferença entre os dois países é a representação política do presidente do referido banco frente ao Primeiro Ministro. O presidente do Banco Central alemão tinha maior liberdade de decisão do que o presidente japonês.

80 Tavares (1998) escreve este artigo em 1985. As conseqüências da reestruturação produtiva dos EUA, como demonstrou Brenner (2003) ainda não estavam evidentes.

Sem a necessidade do confronto entre as grandes potências do núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista, os EUA ganharam o conflito contra dois concorrentes no comércio internacional e retomaram a capacidade de ditar regras e normas unilateralmente na economia-mundo capitalista. Por exemplo, o Japão, desde então, apresentam contínuas dificuldades de retomada de crescimento econômico. A Alemanha recuperou certo protagonismo nesse núcleo somente a partir da construção da União Europeia, mas sem comparação ao poder estadunidenses. Por outro lado, os EUA desconheciam o alto desemprego e permaneciam com a inflação relativamente baixa, com um poder monetário sem igual na história da economia-mundo capitalista, mesmo ao apresentar déficits estruturais no seu balanço de pagamentos.

O dólar permitiu aos EUA se manter um Estado relativamente autônomo frente aos outros Estados. Portanto, quando Tavares (1998) mostra a retomada do controle das finanças internacionais por parte dos estadunidenses, há uma questão de fundo mais complexa do que a manutenção do exercício do poder na política internacional; era a própria autonomia estadunidense que deveria ser recuperada com o fim do padrão ouro-dólar. A recuperação estadunidense não correspondia somente à capacidade de liderar a economia mundial, mas também com uma questão de hegemonia no núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista.

Houve uma falsa percepção de que os EUA não possuíam um projeto global pós-Guerra Fria. De acordo com Gowan (2003), prevaleceu nas análises sobre o período um erro de análise, pois foram utilizadas as mesmas ferramentas analíticas do período da Guerra Fria para desvelar esse período e não se percebeu que os EUA exerciam a hegemonia sistêmica por outros meios. E assim, mais do que uma “nova fase” do capitalismo pós anos 1990, houve um processo consciente de “firmar os Estados Unidos como o poder que controlará os principais resultados econômicos e políticos em todo o planeta no século XXI” (GOWAN, 2003, p.9). E o paradoxo desta questão é que esse novo sistema, construído conscientemente pelos EUA, é instável. Houve, segundo ele, um acordo *faustiano*⁸¹ entre as elites estadunidenses.

81 Segundo Gowan (2003) “o colapso do Bloco Soviético colocou as elites americanas diante de uma tentação faustiana. Uma porta parecia se abrir para uma perspectiva de poder

3.3 AS CONTRADIÇÕES DO PODER MONETÁRIO E DO ESTADISMO MONETÁRIO DOS EUA

O “preço desta ‘estabilidade’ tem sido, desde então, a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desiderato do ‘equilíbrio global do sistema” (TAVARES, 1998, p.35). Implícito, portanto, prevalecia uma ideia de hegemonia estabilizadora dos EUA no sistema interestatal capitalista. Se havia no início da década de 1990 um otimismo com a reconquista da posição central dos EUA, a partir de 2000 houve um retorno considerável da contestação desse poder. O que houve nesse sistema nessa última década que reverteu o otimismo de seu início?

Em meio a crises, recessões e dívidas na economia-mundo capitalista, a década de 1990 para os EUA foi de recuperação da liderança na economia-mundo capitalista.

Desde a ruptura do Acordo de Bretton Woods nos anos 1970, a característica estrutural do sistema financeiro estadunidense se transformou, e este é utilizado de parâmetro para outros Estados na economia-mundo capitalista. Novas tecnologias e novos instrumentos financeiros foram criados e os bancos comerciais dividiram o mercado de crédito com os fundos mútuos, como explicado anteriormente. Dessa forma, parte das reservas das pessoas físicas interligou-se à volatilidade dos mercados financeiros. Da mesma maneira, os bancos comerciais passaram a atuar no mercado de operações de fundos mútuos a partir das desregulações graduais do sistema financeiro estadunidense.

De fato, as Associações de Poupança e Empréstimo dos EUA negociavam títulos e agiam como bancos comerciais. Novos tipos de valores mobiliários foram conectados a variação de preços em um mercado, como

cosmopolita até então inimaginável. No entanto, dentro de uma curta década, a assinatura de Mefistófoles já é visível. A fórmula econômica do ‘Consenso de Washington’ é estruturalmente imperfeita, mas é simultaneamente essencial para a dinâmica da economia americana. Países foram reestruturados com grande sucesso político, mas de maneiras que os farão, no futuro, muito menos capazes de conter e administrar sua própria revolta interna; a ascendência militar americana sobre o globo é maior do que a de qualquer país na história mundial, mas a sua armadura de poder é de pouca utilidade frente às falências do Estado e à revolta popular”(GOWAN, 2003,p.12).

ações ou títulos, a movimentações de preços em outros mercados, como de câmbio. “Dessa forma todo sistema financeiro americano foi sugado para o turbilhão dos mercados de títulos, uma fórmula para abrir o sistema financeiro a fortes pressões especulativas” (GOWAN, 2003, p.91). Por conseguinte, Wall Street se fortaleceu diante da restrição de crédito no mundo e da crise do setor produtivo estadunidense, já que esse financiou o processo de fusões, aquisições e de compra de ações pelas próprias empresas em crise (BRENNER, 2003).

A partir do fim do governo H. Bush e no primeiro governo de Bill Clinton (1993-1997), os EUA mantiveram o crescimento econômico conquistado após a recessão de 1990-91 por meio do corte de impostos, da queda do salário real e da depreciação do dólar, como vinha ocorrendo desde o Acordo do Plaza. A meta do governo Clinton era reequilibrar o orçamento e recuperar a atividade econômica dos EUA. Para tanto, o FED manteve a estratégia de utilizar o mercado financeiro privado com o objetivo de manter o consumo e o investimento doméstico para conter o aumento dos déficits fiscais (BRENNER, 2003).

Não por acaso, a administração Clinton é reconhecida por se concentrar no reequilíbrio das contas públicas. Grande parte dessa “facilidade” para reequilibrá-las se deve ao sistema monetário e financeiro dos EUA. Brenner (2003) denomina essa estratégia de política econômica de “astúcia monetária”. Com os juros básicos em baixa e o dólar depreciado, o setor produtivo obteve crédito barato para investir em máquinas e equipamentos, aumentando, dessa forma, a produtividade do setor. Se entre 1982 e 1990 os investimentos foram feitos em um ritmo anual médio de 4,1%, entre 1993 e 1997, o ritmo anual passou para 9,5%, elevando a produtividade nesse período em 4,4%. Da mesma forma, o custo da força de trabalho diminuiu 2,2% entre 1993 e 1997. O governo Clinton diminuiu o déficit orçamentário de 4,7% do PIB para zero em 1997. Houve, ainda, a expectativa, principalmente da elite estadunidense, de que os EUA liderariam a economia mundial rumo a um novo *boom*.

Durante o Governo Clinton, os EUA adotaram uma estratégia de política econômica para conquistar novos mercados consumidores e se sobressaírem diante de seus concorrentes. A diplomacia e a equipe

econômica de Clinton, conhecidos como “globalistas”⁸², exerceram o que Gowan (2003) denominou de neomercantilismo⁸³. De acordo com o autor,

O projeto global americano pós-Guerra Fria, posto em prática pela administração Clinton, envolvia duas novas formas de alterar os ambientes interno e externo dos países de modo a induzi-los a continuar a aceitar o domínio político e econômico dos Estados Unidos. A transformação dos ambientes internos dos países assume o nome de **neoliberalismo**: envolve mudança nas relações sociais internas em favor dos interesses do credor e do investidor com a subordinação dos setores produtivos aos setores financeiros, e com uma tendência a afastar da riqueza, do poder e da segurança a maior parte da população trabalhadora. A transformação do ambiente externo dos Estados toma o nome de **globalização**: envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produto, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas (GOWAN, 2003, p.9-10).

De fato, no governo Clinton, os EUA intensificaram os esforços para a obtenção de acordos comerciais com o objetivo de reverter a situação deficitária da balança comercial e compensar os enormes déficits nas transações com europeus, japoneses e chineses. Em 1994, no âmbito do GATT, na Rodada do Uruguai, houve pressão estadunidense para: 1) aumentar a liberalização do comércio por meio da redução das tarifas; 2) aumentar a desregulamentação da economia e 3) flexibilizar os monopólios estatais. No fim desse mesmo ano, na Cúpula das Américas, em Miami, Clinton convocou todos os chefes de Estado do continente para que estes se comprometessem a entrar na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) projetada, então, para 2005. Outro projeto na área de livre comércio de Clinton foi o *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) com o mesmo intuito de livre mobilidade de

82 Segundo Gowan (2003) os “globalistas” defendiam “que o fortalecimento do capitalismo americano deveria ser atacado, sobretudo, pela ação política internacional. Em concordância com isso estava a sua crença na importância e até mesmo na centralidade da ação político-estatal em assuntos econômicos; uma convicção de que o sucesso do capitalismo nacional era “dependente de um caminho” e o caminho podia ser construído por instituições modeladas por Estados. E não deveria haver contraposições estereótipos dos Estados nacionais e das forças de mercado: eles deveriam trabalhar em conjunto, ajudar um ao outro, em tecnologia, comércio ou finanças. Eles não eram protecionistas clássicos, mas também não eram partidários do livre comércio” (GOWAN, 2003, p.124).

83 Gowan (2003) argumenta que o governo Clinton mantinha um objetivo de manter/conquistar os dez maiores mercados emergentes: China, Indonésia, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Índia, México, Argentina, Polônia e Brasil, sendo que seis desses países estão no continente asiático.

mercadorias e de capitais, prevista para ser implantada em 2020 (BANDEIRA, 2006).

Mesmo assim, a reestruturação estratégica construída desde o governo Reagan para recuperar a liderança econômica e política dos EUA na economia-mundo capitalista não reverteu o processo de caos sistêmico⁸⁴. Havia uma instabilidade financeira crônica que ocasiona sistematicamente rupturas econômicas nos Estados mais vulneráveis. Na semiperiferia e na periferia da economia-mundo capitalista, a crise da dívida externa, que assolou principalmente os países latino-americanos, possibilitou a remoção do controle de capitais desses Estados. Essa foi uma das imposições do FMI para ajudá-los a sanar seus compromissos com bancos e investidores estadunidenses e europeus. As dívidas emergenciais foram sanadas com mais dívidas para os países latino-americanos e promessas de fornecimento de matérias-primas desses para os EUA⁸⁵. O FMI e o Banco de Compensações Internacionais (*Bank International for Settlements*) (BIS) se comprometeram, junto com o FED, a conceder ajuda para estabilizar as taxas de câmbio da região. Dessa mesma forma, o poder executivo dos EUA interferiu para que os bancos privados internacionais não debandassem da região. Isto posto, o preço a ser pago por terem a possibilidade de acesso a crédito foram os “programas de ajuste” transfigurados em austeridades fiscais que abriram as portas ao neoliberalismo na América Latina (COHEN, 1986).

Mesmo entre os Estados pertencentes ao núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista os efeitos da crise persistia para os alemães e japoneses. Para reverter o cenário adverso, os estadunidenses retrocederam em relação ao Acordo do Plaza de 1985, já que as reservas japonesas e alemãs contribuía para sustentar o sistema financeiro estadunidense. Diante desse fato, os EUA inverteram a lógica do Acordo. Eles apreciaram o dólar

84 Arrighi e Silver (2001) conceituam caos sistêmico como “uma situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável. Quando há uma escalada da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes, surgem nos interstícios novas estruturas que desestabilizam ainda mais a configuração dominante de poder. A perturbação tende a reforçar a si mesma, ameaçando provocar, ou de fato provocando, um colapso completo na organização do sistema” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p.42).

85 O México se comprometeu a cumprir com seus deveres por meio de crédito de alimento com o *Commodity Credit Corporation* (CCC) do Departamento de Agricultura e por vendas de petróleo para o *U.S. Strategic Petroleum Reserve* do Departamento de Energia (Cohen, 1986).

frente ao marco alemão e frente ao iene. Dessas duas, a apreciação frente ao iene foi uma estratégia de manutenção do poder monetário dos EUA, já que o Japão possuía grandes quantidades de títulos do Tesouro dos EUA e assinalava com probabilidades de os liquidarem. Se realmente ocorresse a liquidação, provavelmente haveria um aumento das taxas de juros que retrairia a expansão econômica dos EUA, o que atrapalharia a reeleição de Clinton (BRENNER, 2003). O Acordo do Plaza Invertido (1995) se resumiu na apreciação conjunta do dólar, entre EUA, Alemanha e Japão, por meio de aquisições em dólar dos bônus do tesouro dos EUA e por meio da queda das taxas de juros japonesas.

Contudo, países do Leste e Sudeste Asiático, que mantinham paridade fixa com o dólar e acompanhavam o crescimento econômico dos EUA, entraram em crise após o acordo de 1995. Brenner (2003) sustenta que a crise Asiática de 1997 ocorreu devido à depreciação do dólar em razão da expansão do setor produtivo exportador dos Estados do Leste e do Sudeste Asiático. Assim, houve uma diminuição das exportações e, num segundo momento, a explosão das dívidas soberanas dos Estados dessa região. De acordo com Brenner, até a assinatura do Acordo do Plaza Invertido, em 1995, o crescimento das exportações da Ásia, com exceção do Japão, era de 30% ao ano. Em 1996, esse índice caiu a zero. Paralelamente a esse processo, fluxos especulativos direcionados a essa região continuavam a crescer, sobretudo devido à apreciação das moedas da região e à depreciação do iene pelo Banco Central japonês.

Todavia, havia outras causas da crise no leste e sudeste asiático. Gowan (2003) considera que a crise financeira e econômica no Leste e Sudeste Asiático foi marcada pelos interesses políticos e econômicos estadunidenses na região. Ele não alega somente a apreciação do dólar como responsável pela crise. Essa, segundo o autor, foi perpetrada pelos EUA para eliminar a concorrência comercial dos países da região. Na ótica da estratégia neomercantilista de Clinton, o governo contou com a contribuição dos grandes fundos de *hedge*⁸⁶ para especular contra as moedas desses Estados,

86 Segundo Gowan (2003) “não há nenhuma dúvida de que os fundos de hedge eram a força motora do ataque primeiramente sobre o baht tailandês, depois sobre outras moedas regionais e o mercado de ações de Hong Kong. O primeiro ataque do fundo hedge sobre o

fragilizando suas contas públicas. Da mesma forma, os globalistas consideravam necessário conquistar o mercado consumidor do Leste e Sudeste Asiático, se os EUA quisessem realmente manter a liderança econômica mundial. Com a contribuição das agências de inteligência, foram demarcadas táticas para atingir o objetivo. Uma delas foi empregar os instrumentos financeiros disponíveis por meio do Regime Dólar-Wall Street⁸⁷.

Diante de crises, de recessões e de dívidas dos outros Estados do sistema interestatal capitalista, como visto, a década de 1990 foi de recuperação da hegemonia na economia-mundo capitalista para os EUA, como visto anteriormente. O estadismo monetário e o poder monetário proporcionaram vantagens políticas e vantagens econômicas inigualáveis nesse sistema. Contudo, as contradições provenientes dessa estratégia de recuperação de poder ficaram mais evidentes por meio das consequências políticas e econômicas da crise financeira no leste e sudeste asiático na economia-mundo capitalista. O *boom* econômico dos anos 1990 não representou uma recuperação reestruturada e sustentada da economia estadunidense (BRENNER, 2003). Muito pelo contrário, o excesso de capacidade do setor manufatureiro internacional se intensificou acrescido pelo excesso de capacidade dos setores da nova economia de alta tecnologia estadunidense. A “nova economia” dos anos 1990 se desfez em uma “bolha” e aprofundou a crise que os EUA postergam desde os anos 1970.

Com o dólar apreciado e a economia dos EUA sob o “efeito exuberante”, os preços das ações elevaram-se a níveis históricos (BRENNER, 2003). Mas, essa exuberância era aparente. No auge dos “anos exuberantes”, segundo estimativas do BIS, a massa de ativos transacionáveis em todo mundo aumentou cerca de US\$ 5 trilhões no início dos anos 1980 para

baht aconteceu em 1997, um mês depois de a administração Clinton lançar a sua campanha exigindo que a Tailândia e a Indonésia abrissem completamente os seus setores financeiros aos operadores financeiros americanos” (GOWAN, 2003, p.152).

87 Além da ofensiva financeira, o autor cita outras táticas como: “1) A abordagem do antigo poder imperial europeu: coerção militar direta e subordinação; 2) Reunir os países da região em uma aliança liderada pelos Estados Unidos contra alguma ameaça externa: a clássica abordagem dos Estados Unidos no pós-guerra para obter hegemonia sobre os principais centros de produção; 3) Lançar uma ofensiva econômica geral contra a região (incluindo uma guerra do petróleo, como a que foi utilizada pela administração Nixon contra seus ‘aliados’ no início da década de 1970); 4) Um uso estratégico ativo mais radical das organizações multilaterais; 5) Utilizar uma combinação de recompensa e punição na política econômica bilateral e regional e 6) Procurar vínculos sociais internos em países-alvo por meio de propaganda” (Gowan, 2003, p. 127).

aproximadamente US\$ 35 trilhões em 1995 (COUTINHO; BELLUZZO, 1998). O Acordo do Plaza Invertido interrompeu dez anos de crescimento da economia estadunidense. Já a partir de 1996 iniciou-se uma queda relativa das taxas de lucro do setor produtivo. Similar aos anos 1980, a economia estadunidense passou por outro processo de “desindustrialização”. Mais uma vez, empréstimos deixaram de ser feitos para investir no setor produtivo e se direcionaram para a compra de ações ou para fusões/aquisições de empresas (BRENNER, 2003).

Com crédito barato no mercado estadunidense, as empresas do setor produtivo se endividaram na recompra das próprias ações para aumentar cada vez mais o preço de seus próprios ativos. Os ganhos das empresas por meio da recompra de ações foi de US\$134,3 bilhões (1997), US\$169,1 bilhões (1998) e US\$ 145,5 bilhões (1999). Antes dos anos 1990, a maior cifra anual registrada para recompras de ações havia sido de US\$ 51,4 bilhões em 1989. O efeito de prosperidade foi similar nas famílias. Houve diminuição da poupança destas e um aumento da tomada de empréstimos que mais incitaram o consumo e a compra de ações na bolsa de valores. Brenner (2003) assegura que “essa inflada garantia colateral proporcionou, por sua vez, a base para a maior farrá de ‘deseconomia’ na história americana, tanto das empresas como das pessoas físicas, e que foi provida, sem muitas perguntas, por emprestadores dispostos” (p.254).

A “bolha” estourou em 2000. As crises financeiras nos EUA das empresas “pontocom” e as subseqüentes fraudes contábeis e fiscais das empresas estadunidenses nos anos 2000 davam sinais de que a exuberância era insustentável no longo prazo. Com o processo de financeirização⁸⁸ das economias capitalistas, a valorização dos ativos financeiros causou a falsa percepção em empresas e em famílias de aumento de riqueza. As famílias estadunidenses sob a pressão do achatamento dos salários reais procuravam o crédito fácil para manter o mesmo nível de consumo de anos precedentes.

88 De acordo com Milan (2012), a financeirização “ao ampliar e concentrar o estoque de riqueza financeira comparado à riqueza real, e permitir maior alavancagem, torna o sistema econômico mais frágil e mais sensível aos choques financeiros possibilitados pela desregulamentação e liberalização que provê liberdade irrestrita de ação dos especuladores (MILAN, 2012, p.110-11).

Brenner (2003) denominou este efeito de “keynesianismo do mercado de ações”.

Em 2004, os déficits gêmeos dos Estados Unidos se encontravam em níveis recordes. O déficit comercial era de US\$ 617 bilhões, sendo que destes, cerca de US\$ 162 bilhões apenas com a China. O déficit fiscal, até setembro desse ano, era de US\$ 412 bilhões, sem contar o aumento com gastos militares ocorridos nos meses subsequentes (BRENNER, 2003). Na tentativa de se recuperar da crise anterior, o governo dos EUA efetuou três cortes sucessivos nas taxas de juros e encorajou organizações ligadas ao mercado hipotecário, patrocinadas pelo governo federal, como a *Federal National Mortgage Association (Fannie Mae)*, a *Government National Mortgage Association (Ginnie Mae)*, a *Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac)* e, por fim, a *Federal Housing Administration (FHA)*, a comprar títulos hipotecários sem limites. Em 2008, a Fannie Mae possuía uma dívida de US\$ 800 bilhões. A Freddie Mac tinha US\$ 740 bilhões em dívidas. Juntas, as duas possuíam ou haviam dado garantias a títulos hipotecários na quantia de US\$ 4,6 trilhões, o que representava cerca de 40% desses títulos nos EUA (FARHI; CINTRA, 2009).

O colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário teve como princípio a falência do banco de investimento Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008. As constantes desconfianças nas contas das empresas estadunidenses, somadas à desconfiança no aumento sucessivo da dívida externa estadunidense em plena guerra “contra o terror” e no aumento de inadimplência das famílias com o setor de construção acarretaram na crise econômica de 2008. Milan (2012) afirma que há nesta crise dois conjuntos de causas fundamentais, intrinsecamente relacionados. Por um lado, há causas estruturais que remetem às contradições do processo de produção e do processo de circulação do capital. E por outro lado, causas conjunturais relacionadas a inovações financeiras, cujo objetivo era se desvencilhar da regulamentação e da tributação para auferir maior renda para o setor financeiro. Em 2011, Borosage e Heuvel (2012) afirmam que o preço de uma em cada quatro propriedades familiares não era capaz de cobrir o valor das hipotecas e as dívidas das famílias americanas com educação ultrapassavam as dívidas no cartão de crédito. Além disso, apenas 1% da população mais rica

capturava 25% da renda total dos Estados Unidos e controlava cerca de 40% de sua riqueza.

Portanto, como visto anteriormente, a partir dos anos 1980, os estrategistas estadunidenses apostaram nas finanças para dinamizar o setor produtivo com o intuito de ganhar a concorrência no comércio internacional. Contudo, o processo foi inverso, pois apesar de dinamizar poucos setores da economia, sobretudo o de comunicações e informática – “a nova economia” – houve uma “desindustrialização” no território dos EUA, o que acarretou em desemprego e subsequentes aumentos das dívidas das famílias, principalmente com as hipotecas. Milan (2012) afirma que,

Até o momento as soluções propostas não confrontaram os aspectos fundamentais por trás da crise, tanto a financeirização, que amplifica as perturbações financeiras conjunturais, como a crise de superprodução derivada da dupla exploração dos trabalhadores. A expansão fiscal que leva a capacidade de endividamento dos países ao limite apenas posterga a necessidade de se eliminar e desvalorizar capitais e redistribuir renda. Mesmo a regulamentação proposta não parece ser suficiente para evitar desequilíbrios, o que reflete o poder político do setor financeiro derivado da financeirização (MILAN, 2012, p. 136).

As crises financeiras tornaram-se regra e não a exceção na economia-mundo capitalista a partir de 1990. Se por um lado, no curto prazo, o poder monetário e o estadismo monetário promoveram a sensação de trabalho bem feito pelos tomadores de decisão política estadunidense, por outro lado, no longo prazo, os efeitos colaterais aprofundaram o caos sistêmico. A influência na política global por meio da eficiência na instrumentalização do sistema financeiro e monetário internacional dependia das desregulações nesse setor. Como descrito anteriormente, um regime foi transformado sob os argumentos de “ajuste” e de “flexibilidade” para recuperar a hegemonia dos EUA no núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista.

Para além da estrita crise financeira, é preciso analisar as consequências econômicas e políticas para os EUA. O sistema financeiro e monetário internacional tem sido o parâmetro de apropriação de lucros na economia-mundo capitalista. Da mesma forma, tem sido utilizado pelos EUA para sustentar sua posição hierárquica no sistema interestatal por meio da capacidade de emitir a moeda internacional padrão desse sistema e, assim,

definir a “estabilidade” dele. Por outro lado, essas constantes crises nesse setor da economia colocam em dúvida a efetividade tanto desse parâmetro de apropriação quanto dessa estratégia estadunidense. De acordo com Kirshner (2014), a crise financeira de 2007-08 proporcionou o colapso da legitimidade internacional dos EUA. Houve o fim do que ele denominou de “segunda ordem dos EUA pós-guerra”, a qual está relacionada ao projeto estratégico estadunidense, no pós-guerra fria, de manter sua influência na política mundial por meio da desregulação do sistema financeiro internacional.

Para tanto, alguns Estados já reagem e tentam, se não romper, pelo menos diminuir suas vulnerabilidades externas, cuja origem remete ao projeto estadunidense de obter vantagens políticas e econômicas por meio do sistema financeiro e monetário da economia-mundo capitalista. Os BRICS⁸⁹ construíram alternativas de governança que contestam a unilateralidade estadunidense no sistema financeiro e monetário internacional com o intuito de mudar a configuração hierárquica interestatal da economia-mundo capitalista em direção à multipolaridade. É a contestação da frase-modelo dos neoliberais de que “não há alternativa”.

3.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O dólar tornou-se instrumento-chave na produção e reprodução da autonomia e da influência dos EUA na organização do núcleo orgânico da economia-mundo capitalista. Assim, a construção de consenso e de coerção nessas relações monetárias e financeiras, diante da mudança conjuntural nos anos 1970, se tornou instrumento-chave nas relações de poderes entre Estados para manter e influenciar poderes. Todavia, se nos anos 1980 e 1990 tal política era considerada pelo governo estadunidense eficiente, no início dos anos 2000, o exercício da influência na política global por meio do dólar como instrumento de poder apresentou suas fragilidades.

89 Os BRICS se inserem nos mecanismos inter-regionais como o Foro IBAS, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), a Cúpula América do Sul-países Árabes (ASPA), o Foro de Cooperação Ásia Oriental-América Latina (Focalal), a Cúpula América do Sul-África (ASA), o G-8, as Cúpulas China-África e Índia-África e a Conferência de Tóquio sobre o desenvolvimento da África (Ticad) (AMORIM, 2010).

O dólar se transformou em uma moeda internacional no processo da expansão material e da ideológica estadunidense pós-1945. Contudo, a síntese entre os custos da manutenção da hegemonia e o excesso de capacidade e de produção da indústria manufatureira estadunidense corroe o balanço de pagamentos dos EUA nos anos 1970. Para tanto, a manutenção do poder estadunidense dependia da manutenção do dólar como moeda internacional. Dessa forma, eles agiram ora por meio da coerção ora por meio da construção de consenso no sistema interestatal capitalista. Assim, o dólar consolidou-se como a primeira moeda internacional sem lastro metálico a continuar proporcionando a seu Estado emissor os benefícios das vantagens econômicas e das vantagens políticas. O paradoxo desta questão é que nas próprias tentativas de consolidar a hegemonia mostrou-se na essência que os EUA postergam sua crise econômica desde os anos 1970. E um dos resultados da crise financeira de 2007-2008 é perda de legitimidade política e econômica aos EUA no sistema interestatal.

4 O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

Não temos aliados eternos, nem inimigos perpétuos. Nossos interesses são eternos e perpétuos, e é nosso dever seguir esses interesses.

(Lorde Palmerston)

Não é o acaso que governa o mundo. [...] Existem causas gerais intelectuais assim como físicas que se mostram ativas em toda monarquia, levando à sua ascensão, preservação e queda. Todos os [supostos] acidentes estão sujeitos a essas causas, e sempre que uma batalha acidental, ou seja, uma causa em particular, destruiu um Estado, também existia uma causa geral que levou à queda desse Estado como resultado de uma única batalha. Em síntese, é o ritmo geral das coisas que arrasta com ele todos os acontecimentos particulares.

(Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu)

Os BRICS⁹⁰ consolidaram sua transição de um simples acrônimo criado pelo Goldman Sachs⁹¹ quando institucionalizaram, como personalidade jurídica, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e estabeleceu o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Desde então, como sugeriu Flôres Jr. (2015), “esqueça O’Neill”. Ele faz alusão a muitas análises sobre o acrônimo tendo como parâmetro o relatório do Goldman Sachs sobre possibilidades de investimento nesses países. Na Cúpula de Fortaleza em 2014 “consolidou-se o juízo de que os BRICS constitui um polo de articulação diplomática capaz de induzir mudanças estruturais econômicas e sociais com maior ou menor

⁹⁰ Segundo Cozendey (2015) a formulação no plural denota que os BRICS são um agrupamento que não conforma um bloco e nem uma organização internacional. Esses participam de um processo de cooperação de Estados que procuram expressar sua individualidade e sua autonomia no sistema mundial moderno. A África do Sul entrou para o agrupamento somente em 2011 na III Cúpula em Sanya (China). Além desta reunião, houve a Cúpula de Ecaterimburgo (2009), a Cúpula de Brasília (2010), a Cúpula de Nova Delhi (2012), a Cúpula de Durban (2013), a Cúpula de Fortaleza (2014), a Cúpula de Ufa (2015) e a Cúpula de Goa (2016). A próxima Cúpula está prevista para ocorrer em setembro deste ano em Xiamen (China).

⁹¹ O primeiro relatório do Goldman Sachs em 2001 previa que o BRIC corresponderia a 14% do PIB mundial em 2011. Neste ano, a participação desses países no PIB mundial foi de aproximadamente 18% (DAMICO, 2015).

impacto no sistema internacional” (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 8). Desse encontro, nasceu o NBD.

O NBD visa, especificamente, financiar a infraestrutura e projetos de desenvolvimento sustentável⁹² de Estados em desenvolvimento e de mercados emergentes na economia-mundo capitalista. E essa nova instituição tem a oferecer alternativas de desenvolvimento aos prejuízos causados pelo “Consenso de Washington” para Estados iludidos pela alternativa dos mercados financeiros privados globalizados. O banco está em processo de consolidação, mas o estabelecimento dele caminha para suprir a insatisfação dos BRICS com as instituições multilaterais existentes.

Antes, a dúvida seria sobre a capacidade de articulação política e econômica de Estados tão dispares em construir algo consistente. A desconfiança se baseava muito mais nas explicações de um economista do Goldman Sachs do que nas intenções de diplomatas e políticos engajados em formar uma nova articulação de poder que justificasse o peso desses Estados membros no sistema interestatal capitalista. Para além de questões estritamente econômicas, a origem dos BRICS está relacionada também as relações políticas internacionais. É de política que se trata; da alta política entre Estados.

Para tanto, este capítulo tem o objetivo de explicar de que forma o NBD pode modificar esse núcleo orgânico. Mas, mais do que uma mudança quantitativa de novos membros nesse núcleo, também se analisa o que é necessário para mudar qualitativamente esse núcleo por meio da perda de vantagens políticas e vantagens econômicas dos EUA. Para além da capacidade dos demais membros dos BRICS, esta é uma questão única para os chineses, pois são os únicos com uma estratégia específica para, se não substituir o dólar como moeda padrão do sistema monetário e financeiro internacional, pelo menos diversificar as possibilidades de pagamentos e

⁹² Muitas vezes a imprecisão das Declarações e Planos de Ação e Comunicados Oficiais dos BRICS têm sido criticada. Por exemplo, ainda não está claro o que os BRICS compreendem por desenvolvimento sustentável. Mesmo assim, como afirmou o Embaixador Ronaldo Sardenberg, em uma das mesas-redondas promovidas pela FUNAG para tentar desvendar os BRICS, “a imprecisão é parte do processo. Não poderíamos esperar que o BRICS saltasse da não existência para, quatro anos depois, tornar-se absolutamente preciso em suas posições sobre assuntos de alta complexidade” (PIMENTEL, 2013, p. 152).

reduzir a dependência dos Estados dessa moeda na economia-mundo capitalista.

O capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção explica o processo de construção do NBD com o intuito dos BRICS se contraporem à governança global das relações monetárias e financeiras internacionais. A segunda seção analisa de que forma o NBD pode ser uma plataforma geopolítica regional e global dos Estados membros do agrupamento. Já a terceira seção discute sobre as possibilidades de uma nova ordem internacional diante da crise de legitimidade dos EUA e da construção do NBD. Na quarta seção, analisam-se as possibilidades da perda do poder monetário estadunidense por meio da substituição do dólar como o padrão monetário e financeiro internacional. E, por fim, são feitas considerações preliminares deste capítulo.

4.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

O início da conformação para a criação dos BRICS ocorreu por parte da Rússia. Já havia uma aliança informal RIC (Rússia, Índia e China), desde 2003, quando estes Estados se encontraram marginalmente durante a Assembleia Geral da ONU nesse ano. Em 2005, por meio dos ministros das Relações Exteriores de cada um desses países, esses encontros passaram a ser anuais. A ideia de um BRIC partiu de Vladimir Putin e do Ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov. A iniciativa russa surge diante do desrespeito às leis internacionais por parte da coalizão liderada pelos EUA no Iraque. Da mesma forma, houve o reconhecimento de que a crise financeira estadunidense causou danos econômicos aos outros países e a instituições internacionais responsáveis pela governança econômica global. Em 2005, o ministro Celso Amorim foi convidado a participar dessa aliança durante a Assembleia Geral da ONU. E a África do Sul foi convidada a participar a partir do encontro de Cúpula em Sanya.

Os BRICS se ainda fossem considerados apenas uma carteira de investimento, de acordo com Gu et al (2016), provavelmente não haveria porque continuar a debater sobre esse acrônimo. Os BRICS de O'Neill

acabaram em 2014 durante a queda no preço das commodities. Por outro lado, os chineses mudaram sua política econômica e iniciaram um processo de estímulo do consumo doméstico, em detrimento de uma economia voltada somente para a exportação, e um processo de “descarbonificação” das suas forças produtivas. De certa forma, essa mudança também contribuiu para a queda desses preços, que impactaram no Brasil, na Rússia e na África do Sul. A Índia também mudou sua política econômica em favor do consumo de massa e fez reformas econômicas para favorecer o desenvolvimento do setor privado, principalmente a indústria de informação e tecnologia. Há previsões de que Índia e China crescerão, em média, de 6% a 8% nos próximos dois anos (2017-2018) e o futuro do agrupamento depende de como esses Estados reagirão diante desse contexto.

Desde o início, um dos objetivos dos BRICS foi a reforma da arquitetura monetária e financeira internacional para proporcionar maior representatividade deles nas organizações internacionais. A Embaixadora Maria Edileuza assegura que a prioridade é reformar o Banco Mundial, de modo que os BRICS possam ter poder de voto para eleger um presidente, pois qualquer candidatura que desafie o *status quo* fracassará (PIMENTEL, 2013). Assim, eles pretendiam, segundo Damico (2015), maior transparência na adoção de processos decisórios nesses órgãos multilaterais, e assim, ampliar a participação deles em processos de nomeação e de maior representação deles nas formulações políticas com o objetivo de angariar maior estabilidade, previsibilidade e diversificação no sistema monetário internacional. Assim, de acordo com Cozende (2015),

Os dois acordos [NBD e ACR] assinados criam mecanismos de cooperação entre os BRICS que possuem uma dimensão muito palpável, que surpreendeu os críticos mais descrentes das possibilidades do agrupamento. Ao mesmo tempo, ambos se inscrevem na esfera em que a cooperação entre os BRICS têm sido considerada mais natural, ou seja, aquela da governança econômica internacional. De certa forma, [esses acordos] são uma demonstração de que, diante das dificuldades e da lentidão da reforma de governança das instituições financeiras multilaterais, notadamente o FMI e o Grupo Banco Mundial, os BRICS têm a capacidade de criar seus próprios instrumentos de participação da gestão do sistema financeiro internacional (COZENDEY, 2015, p. 116).

O Grupo Banco Mundial é formado por cinco instituições de desenvolvimento. O Grupo consiste da Corporação Financeira Internacional, da Agência de Garantias de Investimento Multilateral, do Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID). As principais instituições de financiamento para o desenvolvimento são essas duas últimas. O objetivo original das duas instituições foi angariar fundos para a reconstrução de países devastados pela Segunda Guerra Mundial e estabilizar a economia mundial. Por volta de 1950, as instituições mudaram seus focos para os países em desenvolvimento. Em termos gerais, o BIRD concede empréstimos para países de renda média e alguns países de baixa-renda e a AID fornece crédito sem juros e garantias para os governos mais pobres da economia-mundo capitalista.

O Banco Mundial e o FMI foram criados por 44 países liderados pelas potências aliadas. Isto se refletiu nas suas estruturas de governança inicial. Os EUA respondiam por um terço dos votos em cada instituição, e, juntamente com Reino Unido, União Soviética, França e outros aliados europeus, essa proporção correspondia por mais de dois terços dos votos. Desde então o Banco Mundial expandiu seus membros para 188 países e os direitos de voto foram ajustados. No entanto, mesmo com a mais recente reforma, em 2010, França, Alemanha, Japão, Reino Unido e os EUA detêm 37% dos votos e os países tomadores de empréstimos detêm 34% desses. Em um primeiro momento, esse Banco seguia um perfil de política econômica keynesiana por meio de um liberalismo fiscal, de políticas de prescrição e seu foco era em infraestrutura física. A partir da ruptura com o padrão dólar-ouro, no começo dos anos 1970, e da assinatura do Acordo do Plaza em 1985, o perfil ideológico mudou, como visto no capítulo anterior. Dessa forma, não só o Grupo Banco Mundial, mas também o FMI e o Departamento do Tesouro dos EUA passaram a defender ajustes estruturais para os países emprestadores.

Em conjunto com o FMI, o Grupo Banco Mundial passou a orientar a necessidade de ajustes estruturais para os Estados emprestadores. O Grupo não concentra mais seus financiamentos em infraestrutura pública como estradas, pontes, fornecimento de água e esgoto, etc., muito embora, em um relatório de 2015 do Grupo veiculasse a informação de que há uma lacuna de

cerca de US\$ 1 trilhão para financiamentos nesses projetos (DANNS; DANNS, 2015). Por outro lado, segundo um relatório do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB – sigla em inglês), entre 2010 e 2020, somente a Ásia precisaria de US\$ 8,22 trilhões de financiamento para desenvolvimento em infraestrutura em seus Estados. No geral, os países emergentes e em desenvolvimento precisam aumentar seus investimentos em aproximadamente US\$ 900 bilhões/ano e US\$ 2,1 trilhões/ano, respectivamente, para superar seus problemas em infraestrutura durante esse período (GHOSAL, 2016).

Da mesma forma, há um acordo tácito entre estadunidenses, europeus e japoneses que não agradam os outros Estados com peso econômico semelhante a estes, como os BRICS. O Presidente do Banco Mundial sempre foi um representante dos EUA, o Presidente do FMI tem sido sempre um europeu e o Presidente do ADB tem sido sempre um japonês. Assim como a quota de votos, mesmo com um aumento do aporte dos BRICS, a estrutura de comando não tem mudado. Os europeus mantêm mais de 40% dos votos enquanto sua parcela de participação na economia mundial diminuíra para cerca de 20% (GHOSAL, 2016). Em 2015, o secretário do Tesouro estadunidense, Jacob Lew, reconheceu a necessidade da reforma do FMI, mas reforçou que os EUA tem um papel central na economia-mundo e, portanto, essas reformas devem demonstrar o comprometimento de manter esta posição (LEW, 2015). Assim, de acordo com Batista Jr. (2016),

[...] é verdade que se as instituições multilaterais existentes, notadamente as sediadas em Washington, estivessem funcionando a contento, os BRICS jamais teriam se dado ao trabalho de estabelecer o NBD, assim como um fundo monetário próprio [...] (Batista Jr., 2016, p.180).

Assim, não houve vontade política por parte dos países do núcleo orgânico interestatal em promover reformas no Banco Mundial para aumentar seu capital proveniente dos Estados dos BRICS e aumentar o limite de exposição individual (*single borrower limit*) desses países. Impedir o aumento de capital proveniente dos Estados dos BRICS no fundo significa impedir a mudança no peso desses países no processo de tomadas de decisão nessas instituições. Não é interesse dos EUA e da Europa aumentar a quota dos outros países membros.

4.1.1 O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)

Os BRICS estão atualmente no mesmo patamar dos grandes credores na economia-mundo capitalista. Segundo Damico (2015), as reservas internacionais chinesas estão na ordem de US\$ 4 trilhões. A Rússia detém a quinta maior reserva do mundo, com US\$ 510 bilhões, e o Brasil tem a sétima maior reserva, com cerca de US\$ 360 bilhões. A Índia está na décima posição com US\$ 298 bilhões. A África do Sul detém cerca de US\$ 50 bilhões de reservas internacionais. E grande parte dessas reservas está investida com rendimentos relativamente baixos em países desenvolvidos, principalmente nos EUA⁹³ (GRIFFITH-JONES, 2012). Assim, segundo Cozendey (2015),

A criação de um novo banco parecia, portanto, um caminho viável para reduzir o problema da intermediação financeira para projetos de infraestrutura, ao mesmo tempo em que ampliava a participação dos BRICS na governança financeira global, à luz da demora dos processos de reforma da governança dos organismos financeiros multilaterais (COZENDEY, 2015, p. 120).

A ideia de um Banco comum aos BRICS é derivada de um artigo de Joseph Stiglitz e Nicolas Stern⁹⁴, “*An International Development Bank for Fostering South-South Investment: promoting the new industrial revolution, managing risk and global savings*” (2011). Neste artigo, eles discutem as possibilidades de um novo banco de desenvolvimento Sul-Sul para suprir os problemas de infraestrutura em países em desenvolvimento e em mercados emergentes do G-20. Dessa forma, a instituição supriria duas lacunas da economia mundial pós-crise de 2008: reciclar os recursos acumulados dos superávits dos denominados países emergentes, principalmente dos BRICS, e financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável⁹⁵ nos países

⁹³ Nos últimos anos, os chineses começaram uma política de diversificação de ativos e estão diminuindo suas posições em títulos do governo estadunidense, mas são o segundo maior Estado em posse destes títulos. E o Brasil ocupa a quinta posição. O Japão permanece na dianteira desta lista que sustenta grande parte da economia estadunidense.

⁹⁴ Em outubro de 2010, durante a Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Stern apresentou o teor deste artigo em reunião informal. Cozendey (2015) afirma que, em um primeiro momento, a reação não foi positiva.

⁹⁵ Batista Jr. (2016), como presidente do Conselho Administrativo do NBD, argumenta que o Banco pretende concentrar esforços na superação de problemas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Em um primeiro momento, o Banco está concentrando seus

em desenvolvimento. O objetivo era redirecionar esses excedentes para outras regiões fora do destino tradicional nos mercados desenvolvidos. Dessa forma, contribuiria para o “reequilíbrio” da economia mundial e, em conjunto, esses Estados poderiam obter classificação de risco superior à classificação individual de seus membros e captar recursos a custos mais baixos.

Dessa forma, diante da constatação de que havia recursos disponíveis no mercado internacional e necessidades de financiamento de projetos de longo prazo para infraestrutura, os Estados dos BRICS encontraram uma oportunidade para criar um banco multilateral de desenvolvimento. O Banco está aberto a todos os países membros da ONU, mas somente os países emergentes e em desenvolvimento poderão ser membros tomadores de empréstimos (BATISTA JUNIOR, 2016).

A percepção de que havia a necessidade de superar os obstáculos dos velhos métodos de financiamento de infraestrutura ocorreram durante o encontro do G-20, em 2013. Este tema já entrara em discussão entre os membros dos BRICS no âmbito da preparação da Cúpula dos BRICS em Nova Delhi (2012). Em Fortaleza (2014), O Convênio Constitutivo do NBD foi assinado e assegura para o banco o capital autorizado de US\$ 100 bilhões, o capital subscrito de US\$ 50 bilhões e o capital integralizado ou pago de US\$ 10 bilhões. Por enquanto, não há intenção de minimizar o uso do dólar, mas esse banco pretende captar e emprestar nas moedas dos países membros.

Os cinco países contribuem com quantidades equivalentes de capital, o que capacita a cada um ter poder idêntico de voto nas decisões. O Banco está aberto a todos os países membros da ONU, mas somente os países emergentes e em desenvolvimento poderão ser membros tomadores de empréstimos. O Convênio Constitutivo do NBD estabelece que a participação de Estados localizados na semiperiferia e na periferia da economia-mundo permaneça de pelo menos 80% do capital e do poder de voto (BATISTA JUNIOR, 2016). O NBD é um banco para Estados localizados na semiperiferia e na periferia pertencente a Estados localizados na mesma região sistêmica.

financiamentos em projetos de infraestrutura sustentável, em setores como energia renovável, principalmente, energia solar e eólica, eficiência energética, tratamento de esgoto, gestão sustentável de água, etc. Os cinco primeiros projetos aprovados foram na área de energia renovável para cada país membro, cujo objetivo é diminuir a emissão de gases de efeito estufa. O total aprovado foi de US\$ 911 milhões e a maior operação foi do BNDES. (BATISTA JUNIOR, 2016).

Entretanto, o NBD⁹⁶ não seguiu completamente os conselhos de Stiglitz e de Stern, segundo Cozendey (2015). De certa forma, o Brasil⁹⁷ propôs enfatizar a questão de empréstimos para projetos de desenvolvimento sustentável, mas os outros Estados participantes, principalmente a Índia, preferiram enfatizar a questão dos projetos de infraestrutura. Assim, a proposta de Stern e Stiglitz de combate às mudanças climáticas ficou indiretamente relacionada a um conceito mais geral de desenvolvimento sustentável. Os BRICS não seguiram o que os autores propuseram por causa das consequências da crise de 2008. As taxas de juros próximas a zero e a expansão monetária (facilitação quantitativa) promoviam baixa rentabilidade aos investimentos financeiros. Da mesma maneira, os avanços na reforma no marco regulatório financeiro internacional foram incrementais⁹⁸ comparados a necessidades sistêmicas de regulação financeira e de acesso a recursos antes disponíveis para investimentos em infraestrutura. Assim sendo, a percepção dos BRICS foi de que não cabia a eles resolverem os problemas dos “desequilíbrios” da economia mundial.

Em um primeiro momento, havia certo receio de que a China, por contribuir com maior quantia de capital, pudesse impor condicionalidades e ter poder de veto semelhante à posição dos EUA nesse banco. O NBD, nesse sentido, não é o “NBD dos BRICS”. É somente NBD. Os BRICS têm a intenção de deixar aberta a participação de outros países. A incorporação desses países pode ser por meio de concessão de empréstimos e outros instrumentos financeiros do banco e/ou contribuintes de capital. A manutenção da maioria do capital está, e deve permanecer, sob o controle dos BRICS. Dessa forma, as regras de governança limitam a participação de não tomadores de financiamento. Não há no NBD um amplo setor de pesquisa, e nem mesmo um

⁹⁶ As principais informações sobre o NBD e o ACR são descritas a partir dos textos do diplomata Carlos Márcio Cozendey, ex-Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Ele atuou como Vice-Ministro (*Deputy*) de Finanças no G-20 e em reuniões dos BRICS.

⁹⁷ O Brasil tem enfatizado nas reuniões subsequentes à Cúpula de Fortaleza que o banco deve se concentrar na relação infraestrutura e desenvolvimento sustentável e não infraestrutura ou desenvolvimento sustentável. Em fevereiro de 2015, o Conselho de Diretores Interino do NBD aprovou um texto para a Missão do banco que relaciona infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

⁹⁸ Ver Coelho (2012) sobre as reformas incrementais no Banco Mundial e no FMI.

processo de orientação para países sobre políticas de desenvolvimento, como, por exemplo, o que ocorre no Banco Mundial.

A burocracia do NBD é formada por um Conselho de Governadores, por um Presidente, com mandato de cinco anos, por quatro Vice-presidentes, com mandato de seis anos, e um Conselho Administrativo. A presidência é rotativa e ao menos um vice-presidente é indicado por cada um dos Estados membros. A sede⁹⁹ do Banco é localizada em Xangai e a China indicará a quinta presidência. A África do Sul é a sede do primeiro escritório regional e a Rússia indicou o primeiro presidente do Conselho de Governadores. Essa é a configuração estratégica para os primeiros cinco anos. A autoridade política é este Conselho que é integrado pelos ministros das Finanças dos cinco países. A diretoria do Banco, não residente, é integrada por secretários de assuntos internacionais dos Ministérios de Finanças ou funcionários de nível equivalente. A Diretoria aprova todas as políticas e projetos do NBD. A sede em Xangai é composta pelo Presidente e pelos quatro vice-Presidentes. Os integrantes da Administração devem lealdade ao Banco e não aos seus países de origem. (BATISTA JUNIOR, 2016).

Os bancos de desenvolvimento nacionais dos BRICS são os principais canais entre o NBD e seus respectivos Estados. O primeiro Acordo de cooperação deste tipo foi assinado com o BNDES, em 2015, com um aporte de US\$ 300 milhões para projetos na área de energia renovável, eólica e solar. Nesse mesmo processo, os bancos de desenvolvimento dos cinco países – o BNDES, o BDC, o Banco de Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Externos da Rússia (Vnesheconombank), o EximBank da Índia e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) – ganharam interação e firmaram acordos de cooperação e memorandos de entendimento em temas como: estudos de viabilidade, formação de pessoal, intercâmbio de experiências e discussões sobre linhas de créditos em moeda local.

O NBD, portanto, segundo Griffith-Jones (2014), tem a capacidade de ser um banco catalisador ao formar uma rede de bancos multilaterais de desenvolvimento, regionais e nacionais, já que estes podem fornecer

⁹⁹ A localização da sede foi motivo de disputa entre China e Índia. Para resolver o impasse, o Brasil cedeu a primeira presidência aos indianos. O Brasil ficou com a primeira presidência do Conselho Administrativo.

conhecimento local para um melhor desempenho desses Estados localizados na semiperiferia da economia-mundo. Por outro lado, os bancos nacionais podem operar melhor por meio do suporte financeiro e técnico dos bancos regionais e multilaterais. Da mesma forma, o NBD pode se beneficiar da experiência e da expertise de bancos de desenvolvimento já existentes, como o CAF (*Development Bank of Latin American*) e o EIB (*European Investment Bank*) em nível regional, e o BNDES, a Corporação para o Desenvolvimento Industrial Sul-Africano (*South African Industrial Development Corporation*), o Banco de Desenvolvimento Chinês (*Chinese Development Bank*) no nível nacional.

O NBD surge com a disposição de ser complementar aos bancos multilaterais internacionais e regionais existentes. Por um lado, esse fato impõe limites a capacidade de enfrentamento dos BRICS à ordem internacional constituída para garantir os privilégios do núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista, em particular dos EUA. Por outro lado, o Banco surge como alternativa aos atuais entraves dessas organizações multilaterais, limitando a dependência das mesmas e, logo, do estatismo monetário e financeiro dos EUA. Os BRICS, nesse mesmo processo, garantem estrategicamente, de forma multilateral, acesso a financiamento para seus projetos soberanos de desenvolvimento doméstico e regional. Assim, podem consolidar acesso à capilaridade já existente de bancos regionais de desenvolvimento como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, a Cooperação Andina de Fomento, entre outros.

Em 2009, a Associação das Instituições de Financiamento para o Desenvolvimento da Ásia e do Pacífico (ADFIAP – sigla em inglês) estimou que havia mais de 550 bancos de desenvolvimento em todo o mundo, dos quais 32 são bancos de desenvolvimento internacionais, regionais ou sub-regionais (CHANDRASEKHAR, 2014). Dessa perspectiva, pode-se inferir se o NBD, na verdade, seja mais um banco dentre esses. De acordo com Eichengreen (2014), o NBD não fará diferença e que, na verdade, o banco foi “golpe de relações públicas” de alguns presidentes dos BRICS¹⁰⁰. A discussão acima

¹⁰⁰ Eichengreen cita nominalmente Dilma Rousseff e Vladimir Putin. Entretanto, ele é otimista em relação ao ACR.

sugere que o NBD procura não ser mais um desses bancos de desenvolvimento. Por outro lado, se há essa quantidade de bancos de desenvolvimento e ainda há uma grande lacuna no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, algo está errado na ordem financeira internacional. Acima de tudo, é um Banco de Estados em desenvolvimento para países em desenvolvimento e emergentes.

4.1.2 O Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS (ACR)

Do mesmo modo, o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) também se insere nesse processo de angariar maior representatividade na hierarquia interestatal capitalista por meio da reforma do sistema financeiro e monetário internacional. O ACR dos BRICS é um elemento adicional a outras organizações internacionais para segurança financeira, como o FMI. A inspiração foi o acordo asiático de Chiang Mai, criado para prevenir as consequências dos riscos da volatilidade das finanças internacionais. O ACR é um fundo monetário de US\$ 100 bilhões com a disposição de dois instrumentos:

a) um instrumento de liquidez para prestar apoio em resposta a pressões de curto prazo no balanço de pagamentos e

b) um instrumento de prevenção para prestar apoio em caso de potenciais pressões de curto prazo no balanço de pagamentos.

O Acordo estabelece que a China contribua com US\$ 41 bilhões do capital inicial, Brasil, Rússia e Índia contribuam com US\$ 18 bilhões cada e a África do Sul contribua com US\$ 5 bilhões. Há um compromisso entre os Estados dos BRICS de aportar reservas em caso de necessidades de seus membros e os recursos não ficam sob administração comum. Haverá, diante disso, *swaps* cambiais de divisas fortes por moeda nacional, com reversão posterior.

A discussão sobre esse fundo surgiu no âmbito dos BRICS durante as discussões sobre a submissão dos Estados europeus em crise às condicionalidades impostas pelo mercado e dos efeitos da flexibilização quantitativa dos EUA na própria economia deles. De acordo com Griffith-Jones (2014),

A importância de financiamento foi novamente mostrada pelas enormes saídas de capital das economias emergentes, levando a quedas nas taxas de câmbio, como resultado do anúncio de que o *Federal Reserve* pode começar "reduzir" (*tapering*) a flexibilização quantitativa (QE), e mais tarde como resultado do início da real queda. Este impacto ocorreu mesmo diante dos bons fundamentos prescritos (tal como os níveis de reservas cambiais, relação dívida/PIB, inflação e crescimento) das economias emergentes. A incerteza causada pelo conflito entre as partes do Congresso dos Estados Unidos e o Presidente dos Estados Unidos levou a temores de um default no curto prazo do Tesouro, assim como o encerramento das atividades (*closing down*) do Governo dos Estados Unidos devido a divergências sobre o Orçamento dos Estados Unidos, mostraram ainda mais a vulnerabilidade potencial dos emergentes e das economias em desenvolvimento a choques externos provenientes das economias desenvolvidas (GRIFFITH-JONES, 2014, p. 2).

Nesse mesmo período de crise, os BRICS foram chamados para conceder mais recursos ao FMI por meio de esquemas temporários de empréstimos, mas sem mudanças das cotas de capital. Os empréstimos seriam concedidos, mas sem mudanças no poder de voto na organização. A concessão desses recursos foi feita em meio a negociações quanto a esse poder de decisão. Iniciada em 2008, a decisão dessa mudança ocorreu em 2010, mas até o ano passado (2016), o Congresso dos EUA não havia ratificado a reforma, mesmo diante da manutenção desses recursos temporários. A partir de então, Brasil, Rússia, Índia e China passaram a estar entre os maiores cotistas.

Diferente do NBD, o ACR atenderá somente aos BRICS, mesmo que haja dispositivos de adesão no tratado. O objetivo é demonstrar a força de seus membros para dissuadir ataques especulativos diante de dificuldades no balanço de pagamentos. Caso haja necessidade de recursos, seus membros podem negociar com o FMI em outro patamar de poder de barganha. A presença da China na articulação desse fundo, devido à quantia de suas reservas cambiais, concede confiança ao Acordo, mesmo que isso não confira a ela poder de veto ou de decisões isoladas. Cada membro tem poder de voto paritário. Da mesma forma, não é obrigatória a contribuição de um Estado membro, caso suas reservas cambiais esteja em um nível insuficiente. E diferente do que havia sido estabelecido no início da constituição do ACR, foi assegurado um nível de desvinculação do Acordo ao FMI. De acordo com Cozendey (2015), não teria sentido manter total vínculo a essa organização

internacional, pois perderia seu objetivo de reformar a governança da instituição e reduziria o impacto político da iniciativa.

Por conseguinte, os BRICS por meio do ACR pretendem se defender das constantes volatilidades da economia mundial fruto do Regime do Dólar-Wall Street. Com exceção da China e da Índia, a principal pauta de exportação dos outros Estados dos BRICS são de commodities e recursos energéticos, que mantêm vínculo com o mercado futuro nas bolsas de valores. E, da mesma forma, se defenderem da instabilidade financeira e do mercado cambial provocados pelas políticas monetárias dos emissores das moedas internacionais, como por exemplo, ocorreram nos últimos anos durante as expansões monetárias dos EUA e dos Estados Europeus para resolverem suas crises financeiras e econômicas. É fato que o ACR ainda mantém razoável vínculo com as condicionalidades do FMI. Mas, esse pequeno movimento não impede diante das futuras correlações de força perder este vínculo em definitivo. Diante das amarras do Regime do Dólar Wall-Street, esse é um avanço político ao capacitar a esses Estados maior poder de barganha no momento das negociações com essa organização.

Todavia, é preciso deixar claro que em termos geoestratégicos, cada membro dos BRICS expressa suas individualidades e suas autonomias sem deixar de ter o objetivo comum de reformar o sistema monetário e financeiro internacional para angariar maior autonomia relativa no sistema interestatal. Cada um dos membros desse agrupamento tem suas geoeconomias¹⁰¹ e suas geopolíticas. Assim, o que se apreende com a construção do NBD e do ACR é a intenção dos BRICS de fomentar políticas macroeconômicas e sociais inclusivas para superar o modelo neoliberal de organização política e econômica que sustenta a hegemonia estadunidense.

Dessa forma, eles não pretendem somente acesso a novas fontes de financiamento e de proteção contra manipulação monetária e crises financeiras para si, mas para Estados sob a influência regional deles. Assim, eles também

¹⁰¹ De acordo com Cozendey (2015), “a conformação do grupo BRICS foi uma decisão política que nasce, como o próprio impacto do acrônimo, da percepção de que há um elemento comum entre esses países derivado do lugar peculiar que ocupam na ordem internacional contemporânea. No entanto, esse próprio lugar peculiar deriva de suas singularidades individuais e da capacidade de cada membro em preservá-las e expressá-las. Por isso, não se pode esperar dos BRICS um corpo doutrinário coerente sobre como deve ser a ordem econômica internacional, ou uma atuação coesa em amplo espectro temático ou muito menos que se expressem coletivamente por meio de porta-vozes” (p.114).

mobilizam recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para outros Estados localizados na periferia da economia-mundo. Como visto no segundo capítulo, o Estado com mais autonomia, automaticamente aumenta sua influência no sistema interestatal. Assim, de acordo com Batista Junior (2016),

Essas iniciativas dos BRICS podem ser descritas como um “projeto anti-hegemônico”, como observou Luiz Gonzaga Belluzzo. Elas fazem parte de um processo mais amplo: a “multipolarização” da arquitetura econômica e financeira mundial – uma diversificação do quadro institucional e das iniciativas, com perda de peso relativo dos centros tradicionais de poder (FMI, Banco Mundial, OMC, etc.). É um processo incipiente, mas já está em curso. Reflete em parte [...] a frustração dos países emergentes com a incapacidade do FMI e do Banco Mundial de se autorreformular em ritmo condizente com as transformações da economia mundial (BATISTA JUNIOR, 2016, p.180).

Apesar de não haver uma coesão de comportamento sobre a política internacional¹⁰² do agrupamento, o NBD possibilita, indiretamente, aos BRICS um instrumento a mais de geopolítica na economia-mundo capitalista. Nogueira Jr. (2016) não acredita – talvez pela sua posição no Banco – que o banco proporcione esse poder. Por outro lado, só o fato de estar direcionado a países em desenvolvimento e mercados emergentes e diminuir o poder de barganha do FMI e do Banco Mundial em relação a esses Estados, e logo a influência estadunidense, é preciso reconhecer que esta seja “a” questão geopolítica.

Apenas para enfatizar, o NBD não imporá condicionalidades, não imporá projetos e não imporá conselhos para os países emprestadores. Os projetos de desenvolvimento devem partir dos Estados requerentes e o Banco não vai vincular aprovação de projetos e desembolsos de capital a mudanças nas políticas e estratégias dos respectivos países demandantes de

¹⁰² Cozendey durante a mesa redonda promovida pela FUNAG, em 2012, foi enfático quando perguntado sobre uma possível homogeneização geopolítica dos BRICS: “Os cinco não falarão sempre com voz única, não terão um porta-voz, mas sim há uma coordenação permanente, que é extremamente útil dentro do G20, dentro do FMI e dentro do Banco Mundial, pois influencia a forma de funcionamento desses processos decisórios. Hoje, na dinâmica de funcionamento do G20 e na dinâmica de funcionamento do FMI, a articulação dos BRICS têm um papel relevante, é capaz de incluir assuntos na agenda e de obter resultados independentemente de não contarem com poder formal de veto ou com poder de voto suficiente. Quer dizer, quando existe coincidência de posição entre esses cinco países, os resultados acontecem quer esses países tenham poder de voto ou não” (PIMENTEL, 2013).

financiamento. De certa forma, é cedo para afirmar se o NBD se comportará como os velhos mecanismos de financiamento no longo prazo. Mas atualmente, uma janela de rara oportunidade se abriu e deve ser aproveitada pelo Estado que tenha um projeto de autonomia e de soberania e queira superar seus problemas sociais internos por meio do desenvolvimento sustentável com apoio na cooperação internacional. É uma questão de oportunidade política e de escolha histórica. Por isso, analisa-se adiante de que forma o NBD pode propulsar os projetos geopolíticos dos Estados dos BRICS.

4.2 NBD E A GEOPOLÍTICA DOS BRICS

A hierarquia estatal na economia-mundo capitalista se configura da seguinte maneira neste início de século XXI, segundo Guimarães (2006). Há um reduzido grupo de grandes potências econômicas (concentração da produção, comércio e desenvolvimento tecnológico), um núcleo de grandes potências políticas (controladoras das estruturas de decisão, em especial o Conselho de Segurança da ONU e a OTAN) e um núcleo de grandes potências militares (detêm enormes arsenais e a tecnologia das mais avançadas armas de destruição em massa) que formam a estrutura do atual sistema interestatal capitalista. Não necessariamente as grandes potências integram todos os três núcleos de poder. Japão, Alemanha, Rússia e China não se enquadram, simultaneamente, nesses três núcleos. Essas grandes potências se confrontam com uma miríade de pequenos, médios e microestados sem muita relevância, devido ao pequeno poder econômico, militar e político deles, e com um reduzido número de grandes Estados da semiperiferia, que dispõem de grande território, populações e estoques de capital acumulado e com relevância regional, como Brasil, Irã, Índia, Indonésia, etc.

Há duas gerações de Estados emergentes desde os anos 1980. De acordo com Lima (2010), a primeira geração foi formada pelos Novos Países industrializados (NICs) sob a liderança do Japão, seguido pela Coreia do Sul e pelos pequenos Estados do Sudeste Asiático. Os NICs apresentaram duas características que os diferenciavam dos demais países em desenvolvimento:

- a) praticavam um padrão de desenvolvimento com base no crescimento das exportações e concorriam com produtos dos países industrializados, inclusive no mercado doméstico deles e
- b) estavam ausentes do movimento de reforma do regime comercial liderado pelo G77, com ativa participação do Brasil.

Os NICs são os Estados que se destacaram dos demais da coalizão “terceiro-mundista” por um processo de desenvolvimento econômico diferenciado, o que contribuiu para dissolver a capacidade de ação conjunta desses países. Essa coalizão caracterizou-se pelo desejo de mudança nos regimes econômicos internacionais que tratavam desiguais como iguais e pela grande heterogeneidade econômica e política dos seus integrantes que criavam problemas de coordenação de uma ação coletiva. Deve-se sublinhar que, como visto no terceiro capítulo, condicionalidades e alinhamentos impostos pelas consequências da Guerra Fria contribuíram para a fragmentação do “grande Sul”.

A segunda geração de economias emergentes, de acordo com Lima (2010) denominados de Grandes Países Periféricos, (Argentina, Brasil, China, Índia, Irã, México, Polônia, África do Sul, Turquia e Rússia) originou-se das contradições da expansão do capital do pós-anos 1970, do desenvolvimento desigual e do retorno da democracia nos países do Sul. A partir dos anos 2000, as teses do modelo neoliberal foram contestadas. No geral, essa segunda geração continua heterogênea e dualista, o que impede a formação de uma unidade política consistente para atuar nos arranjos de concertação internacional, com exceção do Fórum IBAS e dos BRICS. Nessa segunda geração, é maior o protagonismo político de alguns dos Estados localizados na semiperiferia no intuito de reformar as instituições internacionais por meio de um “revisionismo *soft*” e na postura diplomática assertiva de países contrários ao *status quo* dominante. Ao contrário da primeira geração de países emergentes, cujo protagonismo era mais comercial, as economias da segunda geração dispõem de massa crítica para influenciarem a economia global e articularem políticas pró-ativas no cenário mundial.

De modo geral, das duas mesas-redondas promovidas pela FUNAG (PIMENTEL, 2013) ocorridas no Rio de Janeiro no dia 27 de abril de 2012 e em

São Paulo no dia 31 de julho do mesmo ano, houve mais ceticismo por parte dos acadêmicos do que por parte dos diplomatas e embaixadores brasileiros participes do evento. As mesas-redondas procuraram desvelar os BRICS. Nem todos foram céticos, mas a maioria, inclusive dois dos convidados estrangeiros, o Professor indiano Varun Sahni e a Professora sul-africana Elizabeth Sidiropoulos, mostraram várias dúvidas sobre a formação de um grupo coeso em processo de formação. E, talvez, este seja o grande problema do ceticismo. Analisar algo que desde o início não se predispôs a ser.

Os BRICS são a formação de um novo concerto diplomático em meio a uma ordem unipolar estadunidense que perdeu legitimidade¹⁰³ com a crise financeira de 2007-2008. Há um desejo subintendido nesses acadêmicos brasileiros, do professor indiano e da professora sul-africana para que o BRICS seja aquilo que desde o início eles não são e, tudo indica, não serão. Por outro lado, é clara a posição do russo Fyodor Lukyanov e a do chinês Jin Canrong que expuseram a posição estratégica dos seus respectivos Estados. Para estes, os BRICS são mais uma plataforma para catalisar os interesses russos e chineses, respectivamente, tanto na esfera regional quanto na esfera global. Cada um destes Estados, segundo a fala de seus representantes, tem um objetivo claro na política internacional. E, portanto, cabe a cada um dos Estados membros dos BRICS formular uma estratégia de geopolítica conforme seus interesses sejam eles globais, sejam eles regionais.

Cada um dos Estados dos BRICS pretende maior representatividade política e econômica no núcleo orgânico da governança global, em um primeiro momento, por meio das reformas do sistema financeiro e monetário internacional como forma de resgatar o processo de desenvolvimento. Os BRICS pretendem utilizar a influência e o prestígio regional de cada um deles e utilizá-los como plataforma para suas respectivas geopolíticas. De acordo com Cozendei (2015), cada um dos BRICS pretende ser um polo num mundo multipolar em formação “[...] a rigor [nenhum dos BRICS tem] necessidade do agrupamento, mas todos têm algo a ganhar com sua participação” (COZENDEY, 2015, p. 126-127). E, da mesma forma, “em foros multilaterais, os BRICS são autônomos e independentes, com voz ativa em diversos

¹⁰³ Ver Kirshner (2014).

regimes, destacando-se em relação a outros países desenvolvidos e em desenvolvimento” (DAMICO, 2015, p.59).

Todavia, não há uma visão conjunta dos BRICS sobre modelos de desenvolvimento. Há Estados preocupados com a questão ambiental, mas essa não é uma restrição à atuação deles. O que há são intenções cooperativas e pragmáticas de atuação conjunta em certos espaços institucionais na política internacional. Lima (2010) considera que nesse contexto de novas formações de articulação e coordenação, caracterizam-se dois tipos de formações:

- a) *arranjos cooperativos*, nos quais há troca entre as partes de bens materiais, simbólicos e ideacionais e
- b) *coalizões*, cuja característica são articulações de posições comuns em arenas de negociação no plano global ou regional.

A autora considera que os BRICS são uma coalizão somente na arena financeira e monetária internacional. As articulações entre os cinco transcendem a esfera financeira, mas os maiores avanços ocorrem nesta área, já que eles mantêm posições comuns no objetivo de desconcentrar o processo decisório em organismos como o FMI e o Banco Mundial. Entretanto, em outras esferas, como em questão de mudança climática e em questões comerciais (Rodada Doha), a coalizão não vem ocorrendo.

Os BRICS são protagonistas regionais e estão à frente de projetos de integração e de cooperação com seus respectivos vizinhos. A partir da Cúpula de Durban (2013), os BRICS iniciaram diálogos conjuntos com os Estados vizinhos sul-africanos e sul-americanos. Para tanto, eles possuem agendas próprias para tornar a cooperação para o desenvolvimento deles mais efetiva. A primeira declaração conjunta nessa área de cooperação somente foi mencionada na Cúpula de Ufá (BRICS, 2015). Por outro lado, conforme Chenoy, Larinova, Manning e Constantine (2016), os BRICS contribuem para oferecer uma concepção diferente de modelo de desenvolvimento e de financiamento do desenvolvimento. Contrários ao modelo do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE, esse agrupamento, mesmo que apresente as diferenças já descritas, expõe em comum um modelo de parceria horizontal entre os países por meio de investimentos comerciais e

empresariais e por meio de novas instituições financeiras, notavelmente bancos de infraestrutura e desenvolvimento, para atender necessidades específicas de desenvolvimento na região que os BRICS têm influência política e econômica.

No caso do Brasil, antes do golpe parlamentar de 2016, o País possuía pretensões de fortalecer sua posição internacional por meio do desenvolvimento da América do Sul. Neste momento em que esta tese é escrita, a estratégia se transformou em uma não-estratégia. Lima (2010) já alertara que os BRICS sempre foram uma estratégia de governo e não de Estado para o Brasil e, portanto, estava ao sabor das eleições – ou golpes. Neste caso, a mudança não precisou nem de eleições. Niu (2013) afirma que são três elementos necessários para um Estado se tornar potência emergente:

- a) poder econômico;
- b) diplomacia ativa e
- c) ambição global.

O grupo no poder brasileiro regrediu nos três elementos. O golpe parlamentar mudou os rumos de uma política externa considerada “ideológica” por eles – como se não houvesse ideologia na política. O ex-chanceler, José Serra, com este discurso, tentou reaproximar o Brasil dos países da OCDE e participar da Parceria Transpacífico, posta de lado pelos próprios EUA.

Da mesma forma, se realmente for uma política de governo e se o rito democrático for reestabelecido em 2018, o Brasil novamente terá eleições e os BRICS poderão voltar a dividir a pauta de prioridades da política externa do País. Até então, o NBD, como se descreverá adiante, tem importância estratégica semelhante para todos os Estados do agrupamento. O Brasil, por exemplo, além de complementar os investimentos internos, poderia utilizar o Banco para projetos de integração física na América do Sul e no financiamento de projetos de empresas privadas no exterior por meio de financiamentos adicionais do BNDES (COZENDEY, 2105), se este voltar a exercer sua função de banco de fomentos para desenvolvimento e deixar de ser apenas um banco de financiamento de privatizações de empresas públicas, como a ex-presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, o transformou.

A política externa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) era de que o Brasil não possuía a capacidade de atuar de forma ativa e altiva na política internacional. Dessa forma, uma aliança automática com os Estados Ocidentais poderia beneficiar o Brasil nos jogos de poder no sistema interestatal capitalista. Para tanto, com o intuito de angariar credibilidade e de participar no processo de construção de normas e de instituições multilaterais, a política externa do ex-presidente Lula reverteu essa tendência do governo anterior e se reaproximou dos outros Estados dos BRICS para reequilibrar as relações com os Estados do centro do sistema. Nesse governo, a América Latina e o continente africano foram os principais destinos dos investimentos externos diretos do Brasil. A Presidente Dilma Rousseff continuou no mesmo processo de fortalecimento de laços com Estados em desenvolvimento, mas a prioridade foi direcionada para potências econômicas com o objetivo de aprofundar as relações de aprendizado e desenvolvimento mútuo, como o aprofundamento da cooperação com os BRICS em detrimento a outras coalizões, como o Fórum de Diálogo IBAS ou a agenda de integração regional (SUYAMA et al., 2016).

A Rússia foi mais reticente sobre a criação do Banco. Havia uma relutância deles porque os russos passavam por uma reestruturação de seus bancos de desenvolvimento regionais criados no período soviético e pela criação de novos bancos de desenvolvimento. O principal argumento estava relacionado a questões orçamentárias deles no intuito de construir um novo banco. Dessa forma, eles aceitaram participar sob condições específicas de que a Rússia contribui por meio de concessão de recursos em escala crescente durante sete anos a partir do ano de criação do NBD (COZENDEY, 2015).

Os russos contribuem para o desenvolvimento regional e internacional desde a fundação da URSS. Assim, de acordo com Larionova, Rakhmangulov e Berenson (2016), os russos utilizam esse instrumento de política externa como forma de angariar prestígio e influência regional. Não há consenso dentro da burocracia russa sobre as vantagens deste “*poder brando*”. O Ministério das Finanças alega que prioridade nesta política bilateral, no longo prazo, pode não ser efetiva em termos econômicos. De acordo com o relatório “Conceito de

Política para o Desenvolvimento¹⁰⁴, de 2014, os russos aspiram sustentar o desenvolvimento social e econômico para todos os países. Neste relatório a assistência para o desenvolvimento tem objetivos globais e regionais. O primeiro visa eliminar a pobreza e influenciar o processo para a formação de uma ordem mundial justa, assim como reforçar uma percepção positiva da Rússia. No plano regional, quatro objetivos são enfatizados:

- a) a formação de uma relação de boa vizinhança;
- b) dirimir possíveis tensões e conflitos regionais;
- c) desenvolver a integração regional entre os países da Comunidade dos Estados Independentes (CIS – sigla em inglês) e
- d) e facilitar a cooperação comercial e econômica.

Mas sempre mantendo a prioridade nas assistências bilaterais em detrimento das assistências multilaterais para fortalecer a cooperação para o desenvolvimento como instrumento de política externa russa (LARIONOVA; RAKHMANGULOV; BERENSON, 2016).

A Índia, como descrito anteriormente, propôs a criação do Banco. A necessidade de constantes financiamentos para superar seus problemas internos de infraestrutura possibilita dar ao Banco uma importância estratégica para direcionar os excedentes internacionais para este setor. Os indianos, segundo Cozendey (2015), deixaram a pouco tempo de depender de recursos, em termos concessionais, do Grupo Banco Mundial, por Intermédio da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

Os investimentos externos indianos, de acordo com Chenoy e Joshi (2016), eram relativamente pequenos e eram centrados nos países menos desenvolvidos antigamente. Desse modo, havia uma combinação desses investimentos com assistência técnica e subvenções para projetos de desenvolvimento e para o comércio. Atualmente, além da permanência dessa atuação, a Índia expandiu suas linhas de crédito para o comércio, para empréstimos concessionais e para assistência técnica, ampliando sua presença não só entre seus vizinhos como entre os Estados africanos. A política externa indiana, por meio da concessão de empréstimos, visa quatro

¹⁰⁴ Documento emitido pelo Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa.

pontos, segundo esses autores. O primeiro é aumentar e sustentar o crescimento econômico por meio do comércio externo, com o intuito de gerar renda e emprego e, assim, reduzir a pobreza doméstica. O segundo ponto é avançar com os interesses estratégicos indianos na região Sul da Ásia, onde sua presença econômica é significativa e comumente atua tanto politicamente quanto militarmente. O terceiro objetivo indiano com essa política de empréstimos é garantir acesso a matérias-primas, principalmente recursos energéticos. E por fim, a quarta intenção indiana é garantir maior influência na formulação da governança global para garantir a presença das empresas indianas em novos mercados consumidores (CHENOY; JOSHI, 2016).

Outro integrante dos BRICS, a África do Sul se assemelha a eles em relação a sua geopolítica regional, muito embora, estes a consideram uma plataforma para a presença deles no continente africano. Os sul-africanos consideram a cooperação para o desenvolvimento um mecanismo para manter a segurança regional e assegurar a prosperidade do país. Da mesma forma, ao participar do agrupamento, a África do Sul pode participar das mudanças da arquitetura da governança global e diante dessa influência assegurar maior presença política regional. Mas eles ainda enfrentam algumas dificuldades para angariar maior presença regional. Diferente dos outros Estados dos BRICS, entre os setores privado e público sul-africanos não há significativas interações que possam fortalecer a presença deles na região. Dessa forma, eles atualmente marcam presença regional muito mais por serem a porta de entrada dos outros membros dos BRICS do que ter uma presença mais assertiva na região (GROBBELAAR, 2016).

Talvez, a China, de todos os membros do agrupamento, seja o país que menos precise tanto de um novo banco de desenvolvimento quanto de um novo fundo de reservas para frear qualquer tentativa de especulação cambial. E, da mesma forma, está longe de ter qualquer problema com seu balanço de pagamentos. Todavia, mais do que financiamento, os chineses precisam de maior prestígio e influência no sistema interestatal. Cozendey (2015) alega que o NBD e o ACR são plataformas multilaterais que propiciam legitimidade, afastam uma imagem de neocolonialismo e possibilitam uma influência gradual na governança global para a China. O Professor Giorgio Romano lembrou que, embora a China predomine política e economicamente no agrupamento

diplomático, para assegurar seu “crescimento pacífico” ela precisa comprovar que deseja crescer junto com os outros países e diluir qualquer percepção de hegemonia dentro dos BRICS (PIMENTEL, 2013). Da mesma forma, não é possível esperar a benevolência chinesa se não partir de cada um desses Estados um planejamento de organização política, econômica e social consistente com seus projetos nacionais, regionais e mundiais. O primeiro-secretário Xi Jinping, para se distanciar da globalização patrocinada pelos EUA, supera esse discurso ao tentar promover a “globalização inclusiva”, justamente para acenar no caminho do “crescimento conjunto” na economia-mundo capitalista.

A China tem um reconhecido interesse em resgatar sua posição de polo articulador político e econômico no Sudeste Asiático¹⁰⁵, com outra visão de mundo, na qual o “individualismo excessivo do Ocidente deve ser rejeitado em favor dos direitos da comunidade” (VISENTINI, 2015, p.51). De forma geral, “o desenvolvimento econômico é um objetivo e, ao mesmo tempo, um pré-requisito para a existência da nação, sua coesão interna e proteção externa” (CUNHA; BIANCARELI; PRATES, 2007). Portanto, uma região sob influência instável cria obstáculos geopolíticos para os chineses.

Na maioria das vezes não há lógica nas relações políticas¹⁰⁶. A aliança de poder entre os BRICS na atual conjuntura tem sido muito bem-vinda entre seus membros, como se pode perceber pelas constantes Cúpulas e Acordos entre eles. A Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (PIMENTEL, 2013), em uma de suas falas na mesa-redonda sobre os BRICS realizada pela FUNAG, no Rio de Janeiro, quando provocada sobre por que o Brasil participa desse agrupamento, lembrou o também Embaixador Azambuja de que, apesar de dúvidas em estar no BRICS, estar fora dele não seria uma boa decisão¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Para mais detalhes do sistema tributário chinês e do histórico domínio chinês na região ver, respectivamente, Samir Amin (1997), especificamente, o capítulo 2, e André Gunder Frank (1998).

¹⁰⁶ Neste caso, há uma referência a José Magalhães Pinto, político brasileiro, e sua compreensão da política brasileira, mas que pode ser parâmetro para qualquer relação de poder. Certa vez, ele disse: “política é como nuvem. Você olha e ela está de um jeito. Olha de novo, e ela já mudou”. Apesar das indefinições e mudanças dos aliados políticos, é possível notar para onde o vento sopra.

¹⁰⁷ No mesmo encontro, o Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto resume o que seria a perda de oportunidade do Brasil participar desse novo concerto diplomático: “Qual é a conveniência de que o Brasil participe desse fórum? Eu perguntaria: Qual é a alternativa? O Brasil não deveria participar dos BRICS? Deveria participar da OCDE? Do G7? Da OTAN?”

Talvez essa seja uma percepção geral dos outros membros. Da mesma forma, não é interesse da China ficar isolada em algumas discussões na OMC e no G20 e isso possibilita oportunidades para aproximar posições e interesses de cada um dos membros dos BRICS. Como argumenta Niu (2013):

O país [China] enfrenta o dilema da transição de poder e precisa tranquilizar o resto do mundo de que sua ascensão é pacífica e não irá ameaçar os interesses de seus parceiros, notadamente diante da crescente desconfiança por parte de seus vizinhos e das potências já estabelecidas. As contribuições da China para os valores da sociedade internacional ainda não são claras; no longo prazo, o objetivo central da grande estratégia chinesa é de ser uma potência sustentável sem grandes guerras nem grandes guerras frias duráveis. Isso significa que a China será bem-sucedida em se tornar uma grande potência mundial e que manterá tal status internacional por um longo período de tempo. Para tal, precisa construir tanto interesses quanto valores compartilhados baseados em seu poder abrangente, seus interesses nacionais amplos, sua concepção de multilateralismo e sua capacidade de inovação (NIU, 2013, p. 198).

Dessa forma, surge uma pergunta: até quando seria válido permanecer na aliança dos BRICS? A resposta é óbvia. Até quando cada Estado perceber que não vale a pena continuar na aliança. Os chineses parecem saber da importância de se diferenciar dos padrões de atuação política internacional dos EUA. No início das negociações sobre o NBD, os chineses buscavam a diferenciação nas contribuições ao capital, o que conferiria poder de voto. Cozendey (2015) argumenta que não havia pretensão da China em controlar o Banco, mas havia, por parte deles, o interesse de reconhecimento de seu poder econômico e da dimensão do poder de suas reservas cambiais. No final das negociações, os chineses se concentraram na manutenção da sede em território nacional e flexibilizaram sua posição.

Os chineses estão construindo relações de desenvolvimento não só com seu entorno regional estratégico, por meio do Banco Asiático de Investimento e da Nova¹⁰⁸ Rota da Seda, mas também por meio do Plano de

Ou deveria ficar totalmente isolado? [...] Seria melhor não participar, não ir às reuniões, calar a boca, introspectivamente, e deixar que outros países digam o que eles querem? Eu penso que faz mais sentido participar.” (PIMENTEL, 2013, p. 49).

¹⁰⁸ O adjetivo “nova” para descrever o programa econômico e político chinês pode tanto remeter à rota das caravanas comerciais de outrora quanto fazer referência à contraposição a um plano estadunidense para a região da Ásia Central. Bandeira (2013) afirma que o Congresso dos EUA, em 1999, aprovou o projeto *Silk Road Strategy* “com o objetivo de dar maior assistência, apoio econômico e independência política aos países do sul do Cáucaso e da Ásia Central, avançar seus interesses geoestratégicos na região e opor-se à crescente

Ação de Johannesburgo do Fórum de Cooperação China-África do Sul (FOCAC – sigla em inglês) e do Acordo de Cooperação entre a China e a América Latina por meio da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC). Para tanto, manter relações próximas com o Brasil e a África do Sul são essenciais para ter acesso a essas regiões. Os chineses consideram a África do Sul e o Brasil as portas de entrada, respectivamente, para a região da África Subsaariana e a América Latina por meio da atuação estratégica e de operação do NBD. Na América Latina, a China lançou uma parceria com a CELAC por meio do qual ocorrem reuniões trienais e planos para investimentos em redes de conexão continental. Nesse mesmo processo de acordos de desenvolvimento, os chineses e os russos pretendem estabelecer outro banco de desenvolvimento que englobe os Estados da Organização de Cooperação de Xangai (SCO – sigla em inglês), com a participação de Índia e Paquistão como novos membros. Dessa forma, os chineses pretendem promover a ação conjunta entre o SCO, a iniciativa “*One Belt, One Road*” (一帶一路) e a União Econômica Euroasiática (GU et al, 2016).

Portanto, o NBD representa tanto a síntese da coalizão e da geoeconomia nesse novo processo de tentativa dos BRICS de reformular o núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista, a partir da crise estrutural dos anos 1970 quanto se contrapor estratégia dos EUA de utilizar a moeda como instrumento de manutenção de poder nesse sistema.

O NBD já é o resultado de uma mudança no sistema interestatal capitalista. Por outro lado, quão profunda pode ser essa mudança na ordem mundial? Por um lado, o domínio estadunidense de quase um século sobre a política mundial está sendo desafiado. Por outro lado, China e outros Estados não-Occidentais, como Índia e Brasil, aumentam sua riqueza, poder, influência no sistema-mundo moderno. Mesmo assim, os EUA e seus aliados do núcleo orgânico ainda comandam a governança deste sistema. Os BRICS são uma realidade e representam um caminho sem volta em direção a uma nova configuração hierárquica no sistema interestatal capitalista.

influência política de potências regionais como China, Rússia e Irã” (p. 68). Da mesma forma, o mesmo projeto estadunidense explicitava a capacidade de produção de petróleo e de gás em quantidades suficientes para reduzir a dependência dos EUA às fontes de energia do Golfo Pérsico.

4.3 OS BRICS E A NOVA ORDEM MUNDIAL?

Nos períodos de transição entre ordens internacionais sempre houve uma retórica de poder para resgatar os princípios de Vestfália. De acordo com Arrighi,

[...] tal como o Reino Unido no início do século XIX, os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, primeiramente, por conduzir o sistema interestatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália; depois, passaram a governar e a reformular o sistema que haviam restabelecido (ARRIGHI, 2003, p.65).

Da mesma forma, Kissinger (2014) afirma que as premissas de Vestfália são “o único princípio de ordem mundial existente que conta com conhecimento geral” (p.14). O Concerto Europeu de 1815 foi construído para restaurá-los, assim como a Organização das Nações Unidas, cuja concepção originária, a Liga das Nações de Wilson, também procurou resgatar esses princípios. As relações políticas Sul-Sul também desenvolvem o mesmo argumento desse resgate por meio dos dez princípios da Conferência de Bandung que tem sido parâmetro para reformar a ordem internacional unilateral governada pelos EUA.

Kissinger (1973; 1994; 2014), afirma que a ordem internacional europeia prevaleceu sobre as demais ordens internacionais, sobretudo a chinesa e a islâmica, porque assegurava os princípios vestfalianos da independência nacional, do Estado soberano, do interesse nacional e da não interferência. De acordo com o autor,

O sistema vestfaliano contemporâneo, agora global – o que é coloquialmente chamado de comunidade mundial –, empenhou-se em amenizar a natureza anárquica do mundo por meio de uma extensa rede de estruturas legais e organizacionais projetadas para estimular o livre comércio e um sistema financeiro internacional estável, estabelecer princípios para a solução de disputas internacionais e fixar limites para a conduta na guerra, quando estas vierem a ocorrer. Esse sistema de Estados abrange agora todas as culturas e regiões. Suas instituições oferecem uma matriz neutra para as interações entre sociedades diversas – em grande medida independente dos seus respectivos valores (KISSINGER, 2014, p.14).

Todavia, o autor afirma que esses princípios vestfalianos estão enfrentando desafios. Os grandes centros de poder continuam a adotar alguns

desses princípios, mas nenhum deles se considera o “defensor natural do sistema”, como se, historicamente, um sistema interestatal perfeito estivesse pronto para ser aplicado e as rivalidades, conflitos e confrontos na economia-mundo fossem resolvidos. De certa forma, o que está implícito nessa formulação de Kissinger é a ordem internacional construída no pós-Segunda Guerra Mundial sob a hegemonia dos EUA. E, talvez, este seja o motivo da crise do sistema vestfaliano contemporâneo, pois desde os anos 1970, ele vem se fragmentando.

Kissinger tem razão quanto à forma dessa ordem, mas não quanto ao conteúdo, porque ordens internacionais são para alguém com determinados interesses e no intuito de produzir e reproduzir o capital. A preservação da existência social não ocorre de forma neutra. Assim, as instituições não são neutras e estão relacionadas aos valores daqueles que as construíram justamente para preservar a existência social da atual ordem internacional.

Portanto, uma nova ordem internacional ocorrerá a partir do momento em que a atual formação hierárquica do sistema interestatal capitalista liderada pelos EUA for reformulada. Aqui é importante não confundir o processo em si com a parte do processo. Em um primeiro momento, não há qualquer sinal de que os BRICS pretendam outro sistema diferente da economia-mundo capitalista. É o que Gilpin (1983) denominou de mudança *no* sistema e não mudança *de* sistema. O objetivo deles é a multipolaridade em detrimento à unilateralidade dos EUA que vem prejudicando o desenvolvimento e a geopolítica deles nesse sistema.

O problema é qual governança global sustentará os princípios vestfalianos da independência nacional, do Estado soberano e da não interferência dos assuntos domésticos dos Estados e garanta os interesses de participação dos BRICS no sistema interestatal capitalista? Esses princípios aparecem por meio da demanda dos BRICS na formação de uma nova ordem internacional multipolar, a partir da mudança na gestão monetária e financeira internacional. Como visto anteriormente neste capítulo, se houvesse a reforma financeira e monetária pretendida por eles, após a crise financeira de 2007-2008, não haveria a necessidade do NBD. Portanto, o que os BRICS almejam explicitamente é maior participação política na governança global desta economia-mundo. Cada membro dos BRICS têm sua própria geopolítica

regional e/ou global e o NBD e o ACR são plataformas tanto para a reforma das organizações de Bretton Woods quanto para angariar prestígio e influência no sistema-mundo moderno por meio da assistência ao desenvolvimento. De acordo com Niu (2013), “o BRICS irá remodelar o atual sistema internacional, ao invés de unir forças para derrubá-lo [...] e usarão sua influência coletiva para *moldar o sistema* de modo que venha a expressar também seus interesses” (NIU, 2013, p.214, grifo nosso).

É verdade que uma nova ordem internacional não é a simples reprodução da ordem anterior, mas também isso não significa que haverá uma nova ordem à imagem e semelhança das organizações econômicas, políticas e sociais dos BRICS. E os motivos mais evidentes são dois. O primeiro já foi explicado anteriormente. Os BRICS não têm uma visão de mundo homogênea e não pretendem tê-la. O objetivo deles é a multipolaridade na política internacional. Como seria essa nova ordem internacional multipolar é outra questão. Talvez o problema, nesta questão, seja pensar que haverá uma nova ordem internacional completamente diferente da atual, e esse é o segundo motivo, o erro recorrente de confundir o potencial Estado hegemônico, ou grupo de Estados, com determinada ordem internacional.

Gilpin (1983) argumenta que a capacidade material de um Estado na distribuição de poder no sistema internacional condiciona a posição hierárquica dos Estados. A política mundial, segundo Gilpin, tem sido uma sequência de ciclos históricos ou eras definidas por guerras hegemônicas entre as grandes potências. É uma teoria cíclica de guerra e construção de ordem internacional conforme os valores, as ideias e os interesses do Estado hegemônico¹⁰⁹. Essas guerras destroem a ordem antiga e uma nova ordem internacional é construída por um Estado líder ou grupo de Estados. O Estado, por meio da existência de um *trade-off*, calcula, sob a influência do seu poder material, se vale a pena travar essa guerra. O autor emprega implicitamente o postulado utilitarista para sustentar sua tese de um Estado racional que escolhe o melhor momento para mudar o *status quo* a seu favor e criar uma ordem internacional segundo seu interesse.

¹⁰⁹ Para Gilpin (1983), as guerras hegemônicas ocorreram em 1648, 1713, 1815, 1919 e 1945.

O ponto a ser considerado, desta interpretação, é se realmente determinado Estado potencialmente hegemônico quer “lutar” por determinada posição na hierarquia estatal no sistema internacional. Os EUA, em um primeiro momento, não queriam se envolver na política internacional – na política europeia – desde a política externa dos pais fundadores. Woodrow Wilson tentou, mas o próprio Congresso estadunidense barrou e se fechou novamente em um comportamento típico isolacionista. E a hegemonia estadunidense não foi decidida por meio de uma guerra hegemônica. Apesar de superar a Grã-Bretanha, os EUA enfrentaram a Alemanha nazista e barraram os soviéticos com o Tratado de Yalta em 1945. Da mesma forma, os chineses fazem ouvidos moucos sobre qualquer especulação sobre qualquer tentativa de enfrentar os EUA em uma possível guerra hegemônica. De forma geral, a guerra hegemônica “gilpiana”, segundo Mastanduno (2014), diminuiu suas probabilidades de ocorrer por causa do desenvolvimento de armamentos nucleares. Dessa forma, não haveria mais mudanças da ordem internacional? Portanto, a teoria da estabilidade hegemônica tende a considerar essa confusão e muitas das abordagens, como explicadas anteriormente, sobre como os BRICS partem deste pressuposto e chegam a conclusões erradas sobre o agrupamento pela simples questão de confundir a natureza política dessa aliança.

Mas também, não haverá uma adaptação direta a uma ordem internacional liberal, conforme as análises de Ikenberry (2014). Ele considera que as ordens internacionais construídas, até então, não são o resultado de ciclos hegemônicos. A ordem internacional, dessa forma, um desdobramento do processo evolucionário do sistema internacional originado com o Tratado de Westphalia (1648) e da ascendência do liberalismo no século XIX. Assim, os Estados vieram construindo essa ordem liberal por meio da junção de configuração de poder dependente de capacidades materiais para coagir e seduzir outros Estados com o objetivo de legitimar regras e instituições e promover retornos para esses Estados com o intuito deles aceitarem participar dessa ordem. E todo esse processo evolucionário desembocou na ordem liberal estadunidense.

Ikenberry (2014), desse modo, afirma que os EUA lideram por meio do equilíbrio de poder, do comando e do consentimento dependendo da região e

do tempo. Ele concorda que essa liderança estadunidense está em declínio, muito embora ocorra de maneira lenta. O principal argumento dele é que os valores e as instituições estadunidenses se confundem com a ordem liberal. Após a II Guerra Mundial, eles conseguiram conciliar a governança dessa ordem com os seus valores, mas uma não se confunde com a outra. A ordem internacional liberal, portanto, continuará em detrimento da queda total dos EUA. Desta conclusão, o autor afirma que os chineses devem se adaptar a essa ordem para poder ocupar o cargo de liderança de uma nova ordem internacional que continuará a ser liberal.

Mais do que dependente de uma grande potência ou de um padrão de comportamento pré-estabelecido de adaptação a um mundo liberal, as ordens internacionais são a síntese da correlação de forças no sistema interestatal capitalista e não são, necessariamente, ordens estáveis. Como visto anteriormente nesta tese, o sistema-mundo moderno se estruturou em uma única divisão axial do trabalho (geoeconomia) interdependente de uma superestrutura política formada por diversas organizações políticas (geopolítica) e diversas manifestações culturais (geocultura). Nessa estrutura, a política internacional, para Wallerstein, é gerida pelo equilíbrio de poder com períodos relativos muito curtos de hegemonia. Wallerstein (1996) não se importa tanto com o conceito de hegemonia. Um Estado hegemônico para ele é aquele que controla, ao mesmo tempo, o processo de produção, o processo de circulação e as finanças da economia-mundo capitalista.

O período de hegemonia de um Estado, para o autor, sempre foi de momentos relativamente curtos na história e sempre definidos por guerras entre as grandes potências¹¹⁰, mas sempre terminaram mais por razões econômicas do que razões político-militares. A abordagem dele se assemelha, quanto à forma, à definição de ordem internacional de Ikenberry(2014). Wallerstein não escreve sobre ordens internacionais nos volumes que ele se dedica para explicar as origens e a consolidação do sistema-mundo moderno. Dentre seus livros sobre o tema, somente o quarto volume é dedicado ao

¹¹⁰ Cada hegemonia foi selada por uma “guerra mundial” ao longo de cerca de trinta anos, envolvendo todas as principais potências do momento. Assim, foram, respectivamente, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), as Guerras Napoleônicas (1792-1815) e, no século XX, os conflitos entre 1914 e 1945.

triunfo do “liberalismo centrista” que promoveu o amálgama ideológico ao sistema e certa estabilidade entre as grandes potências durante o século XIX.

Todavia, o processo de desenvolvimento do capitalismo histórico é a síntese tanto da geoeconomia, da geopolítica e da geocultura da economia-mundo capitalista quanto da “liberdade que as circunstâncias permitem” aos Estados. Dessa forma, ordens internacionais, segundo Halliday (2007), são sempre para alguém e com interesses no processo de produção e circulação do capital, como visto no primeiro capítulo. Assim, o sistema internacional não é completamente dependente das visões de mundo de um único Estado, como argumenta a teoria da estabilidade hegemônica, cuja ordem internacional é formada conforme a imagem e semelhança de seu construtor para satisfazer os interesses sistêmicos. Da mesma maneira, os Estados do sistema também não são completamente dependentes do processo evolutivo de uma ordem internacional liberal pré-estabelecida historicamente.

O que se tentou explicar no segundo capítulo foi que ocorrem pressões competitivas, tanto econômicas quanto políticas, para a preservação da existência social no capitalismo histórico por meio do que Fiori (2014) denominou de “*software*” do sistema interestatal. Essas pressões influenciam nas relações interestatais - ora complementares, ora conflitivas - entre as grandes potências que governam com princípios, normas, regras e procedimentos implícitos e explícitos no sistema interestatal capitalista e tentam impedir a participação de outros Estados com capacidade material e política de influenciar hierarquicamente no núcleo orgânico interestatal capitalista.

Mas então, qual ordem internacional está sendo gestada por meio da relação rivalidade/complementaridade entre os atuais Estados do núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista e os pretendentes a fazerem parte desse sistema? De acordo com Arrighi (2007), sempre há uma “*ação transformadora*, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (ARRIGHI, 2003, p.27).

No desenvolvimento do capitalismo histórico, essa “*ação transformadora*” é apreendida por meio da análise dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi (2003). O ciclo do subsistema interestatal das cidades-estados italianas (século XV ao início do século XVII) é caracterizado por

quatro grandes aspectos que transformaram o sistema político medieval europeu:

- a) essencialmente capitalista na gestão do Estado e da guerra;
- b) equilíbrio de poder entre as autoridades centrais (papa e imperador), entre as próprias cidades-estados e entre os Estados dinásticos emergentes na Europa Ocidental;
- c) desenvolvimento da indústria da produção de proteção e
- d) liderança do desenvolvimento de redes de diplomacia com sedes permanentes em outros reinos e protoestados.

O ciclo das Províncias Unidas (final do século XVI até a maior parte do século XVIII) é caracterizado pela liderança dessas províncias na coalizão de Estados dinásticos no intuito de superar o governo medieval, o que resultou no estabelecimento do Tratado de Vestfália (1648).

A Grã-Bretanha (segunda metade do século XVIII até o início do século XX) tornou-se hegemônica por liderar uma aliança de forças dinásticas para restaurar os direitos absolutos de Estados conforme o Sistema de Vestfália, rompido pela expansão territorial de Napoleão Bonaparte (Tratado de Viena em 1815 e o Congresso de Aix-la-Chapelle em 1818). Da mesma forma, os ingleses se destacaram dos outros Estados por meio de um mercado mundial regido por “leis” próprias, denominado por Arrighi (2003) de “imperialismo do livre comércio”. E por fim, o ciclo estadunidense (final do século XIX e segue na atual fase de expansão financeira) internalizou e protegeu o mercado consumidor para suas mercadorias e garantiu, pelo menos na teoria, a autoderterminação dos povos para além do Ocidente, a formação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o consumo em massa (ARRIGHI, 2003).

Os períodos de transição, de acordo com Arrighi (2003), foram caracterizados por constantes falhas estruturais e estratégicas da respectiva ordem que não sustentavam a expansão do sistema interestatal capitalista e abria a possibilidade para outros agentes, públicos e privados, liderarem uma nova ordem sistêmica. Esses períodos de crises sistêmicas são períodos de expansões financeiras e aumento de conflitos sociais. A ordem é

reestabelecida a partir da construção do consenso por meio de novas estruturas e estratégicas de Estado hegemônico.

Durante esse período de proposta de “ação transformadora”, segundo o autor há um processo de constituição de uma nova hegemonia mundial. O primeiro momento é quando determinado Estado exerce liderança no sistema interestatal “numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral” (ARRIGHI, 2003, p.29). Em um segundo momento, há a formação de uma “hegemonia regional” ou “de coalizão” quando “[...] é mais difícil definir um interesse geral no nível do sistema interestatal do que no plano dos Estados individualmente considerados” (ARRIGHI, 2003, p.29). Neste momento, constata-se que o poder não pode aumentar para todo o sistema de Estados; apenas para um grupo particular de países. E, por fim, terceiro momento, quando um Estado se transforma em uma hegemonia mundial. Este Estado não somente busca poder no sistema interestatal, mas também “maximiza poder perante os cidadãos”. Portanto, segundo Arrighi (2003):

[...] um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (ARRIGHI, 2003, p.29-30).

Os EUA perderam essa capacidade de representar um “interesse geral” de Estados e cidadãos desde os anos 1970. Como visto, o fim deste período (crise financeira 2007-2008) proporcionou o fim da legitimidade deles no sistema interestatal capitalista. Dessa forma, segundo essa análise de Arrighi, considera-se que a configuração dessa nova ordem internacional que surge está disposta por meio de dois grupos de “hegemonias de coalizão” em constante relação de rivalidade e complementaridade. Por um lado, o destaque para os Estados da Tríade que ainda se autoprotegem por mecanismos da manipulação das armas, da moeda, das finanças, da inovação tecnológica e da informação. Da mesma forma, continuam a propor, como “interesse geral”, o neoliberalismo como modelo de organização econômica. Por outro lado, Estados localizados na semiperiferia do sistema constroem alternativas para se

desvencilhar desses mecanismo de proteção do núcleo orgânico e propõem “interesses gerais” relacionados ao desenvolvimento sustentável e de infraestrutura para os Estados localizados na semiperiferia e na periferia do sistema.

No processo da terceira expansão do sistema interestatal, Fiori (1998) argumenta que os EUA continuam supremos no “núcleo duro” da competição geopolítica mundial. Mas haverá a inclusão ao lado deles da Rússia e da China. A União Europeia terá papel secundário ao lado dos EUA, pois não possuem um poder unificado com capacidade de iniciativa autônoma. Da mesma forma, Brasil, Índia, Irã e África do Sul deverão aumentar seus poderes regionais, em escalas diferentes, mas não serão poderes globais nessa nova expansão. Ele não acredita que os EUA estejam passando por uma crise terminal, mas um declínio relativo que não altera seu status de pivô do sistema interestatal. Nos trabalhos subsequentes, Fiori (2014) reforça essa posição e acrescenta que os estadunidenses estão mudando sua estratégia internacional no sistema interestatal capitalista, sendo mais arbitral e menos intervencionista, semelhante à estratégia britânica durante o século XIX. Por outro lado, as potências regionais tentarão escapar ao cerco estadunidense por meio de coalizões de poder para superar a estratégia “dividir para governar” deles. De acordo com esse autor,

[...] esse é, em particular, o caso da China, que já está fazendo um movimento explícito e militarizado de afirmação do seu poder e de disputa da supremacia no mar do sul do Pacífico e em todo o Leste Asiático, além de estar tomando posições cada vez mais evidentes e expansivas na luta pelo controle imperialista da África. No entanto, o mesmo deve ser dito com relação à Rússia, na Europa Central e em toda a Eurásia; com relação à Alemanha, na Europa Ocidental e também na Europa central, com relação à Índia, no sul da Ásia, com relação ao Irã, no Oriente Médio; com relação ao Brasil, na América do Sul; e, em menor escala, com relação à África do Sul e à Indonésia, em zonas imediatas de influência. De toda maneira, a própria expansão do poder americano segue fortalecendo a maior parte dessas potências que deverão competir com os Estados Unidos nas próximas décadas pelas hegemonias regionais do mundo (FIORI, 2014, p. 33).

Por outro lado, Visentini (2015) afirma que as medidas político-militares unilaterais dos EUA, no início do século XXI, configuraria um sistema

interestatal unipolar. De acordo com o autor, cuja base é a formulação de Hélio Jaguaribe, a atuação geopolítica dos EUA,

Na verdade trata-se de uma reação para evitar uma tendência histórica que emerge lentamente, a de construção de um sistema mundial multipolar, regulado pela ONU, num quadro de equilíbrio de poder entre EUA/NAFTA, União Europeia, Rússia/CEI, Japão/Tigres Asiáticos, China, Índia/SAARC, Irã, África do Sul/SADC e Brasil/Mercosul/América do Sul, como assinalou o politólogo brasileiro Hélio Jaguaribe. Os blocos econômicos constituem o principal resultado da globalização, e estão se tornando blocos político-econômicos (VISENTINI, 2015, p.90).

O acirramento político entre Estados pertencentes aos dois agrupamentos da “hegemonia de coalizão” (BRICS e Tríade) não ultrapassou os limites da disputa pelas reformas da governança global econômica. Diferente do que Kissinger (2014) afirma as instituições do sistema vestfaliano contemporâneo não são neutras. Como visto na primeira seção deste capítulo, o FMI e o Banco Mundial passaram por reformas incrementais que não representaram uma mudança de poder de decisão significativa para os BRICS. O objetivo principal do agrupamento, até o momento, segundo a Embaixadora Maria Edileuza, é ser um foro político-diplomático para atuar em foros internacionais em conjunto com outros países relevantes para reformar o atual sistema em benefício dos países em desenvolvimento e fazer contraponto a algumas agendas e visões de mundo de outros países no sistema multilateral de comércio ou nas discussões no G20 comercial (PIMENTEL, 2013).

Mas, diante da “liberdade que as circunstâncias permitem” e do contexto do capitalismo histórico, uma alternativa apropriada para interferir na atual governança global passa, por enquanto, pelo NBD e pelo ACR. O NBD foi construído para superar os entraves de financiamento das organizações multilaterais existentes, e, portanto, limitando a dependência do estatismo monetário e poder monetário da Tríade. Portanto, os BRICS, nesse mesmo processo, garantem acesso a financiamento para seus projetos soberanos de desenvolvimento doméstico e regional. Referente também a questões de desenvolvimento esses Estados pretendem se defender das constantes volatilidades da economia mundial fruto do Regime Dólar-Wall Street. É um avanço político para garantir os princípios vestfalianos nesse período de transição diante dos efeitos do poder monetário e do estadismo monetário, mas

não proporciona uma transformação significativa, por enquanto, da ordem internacional. Para tanto, sob a ótica monetária, o dólar precisa ser substituído como padrão monetário e financeiro internacional.

4.4 O DÓLAR, O RMB E OS BRICS

Os países dos BRICS, em 2007, já apresentavam uma significativa robustez financeira, inclusive superior ao G7. Os investimentos diretos externos continuavam a se direcionar para os Estados do G7, mas também cresciam substancialmente nos países dos BRICS. O volume de dólares sob controle desses Estados, principalmente por meio de fundos soberanos, superava em quantidade a posse de dólares pelo G7. Os países dos BRICS possuíam 35% das reservas globais e os países do G7 possuíam 21% dessas reservas (ARMIJO, 2007). Em um primeiro momento, isso poderia significar a perda de influência, principalmente dos EUA, na política internacional, já que, como explicado no capítulo anterior, sem o controle do dinheiro, não há o exercício da influência na política global.

Mas a questão não é tão simples. No capítulo anterior, foram discutidas as transformações no sistema financeiro e monetário internacional sob o domínio de uma moeda fiduciária. E essa é a grande vantagem dos EUA. Até o início dos anos 1970, o controle das finanças internacionais necessariamente dependia da *quantidade* de moeda internacional sob controle do Estado hegemônico da economia-mundo capitalista. Os holandeses, os ingleses e os estadunidenses controlaram o sistema financeiro e monetário internacional dessa maneira até os anos 1970. A partir de então, como visto, isso mudou. O dólar, aparentemente, tornou-se tão bom quanto ouro a ponto de substituí-lo como padrão monetário desse sistema. Da mesma forma, por meios políticos, precisa manter o controle das organizações multilaterais responsáveis por conceder financiamento aos Estados para assegurar a natureza das políticas de ajuste estrutural impostas pelos FMI e pelo Banco Mundial.

Desde o início do predomínio do dólar nas relações monetárias e financeiras internacionais, a partir dos anos 1960, ele enfrentou a concorrência, em sequência, da libra, do marco, do iene e do euro. Ademais, apesar de não

rivalizar diretamente com outra moeda no atual sistema monetário e financeiro internacional, a diplomacia e o exército dos EUA atuam para que o Conselho de Cooperação Golfo (CCG) continue a precificar o petróleo em dólares¹¹¹. Cohen (2011) alega que o predomínio irrestrito do dólar será posto em xeque se os preços do petróleo forem precificados em outra moeda. Mesmo antes da crise financeira de 2007-2008, Cohen (2003) afirmara que o euro não rivalizaria com o dólar nessas relações porque esbarraria em questões geopolíticas. Não havia qualquer possibilidade de a União Europeia entrar em conflito com os EUA.

O RMB é a moeda potencial da vez a rivalizar com o dólar. Não há previsão de rivalidade direta entre ele e o dólar na economia-mundo capitalista, apesar de haver certa rivalidade no atual processo de expansão regional do RMB. Atualmente, os gerenciamentos das taxas de câmbio das principais moedas do sudeste asiático são feitas mais em função da moeda chinesa do que em relação ao dólar (KISHNER, 2014). Se a China pretende recuperar sua centralidade econômica, política e social no Sudeste e Leste Asiático necessariamente terá que mundializar sua moeda. Com uma vasta reserva cambial em dólares, Pequim tem toda a razão para se sentir vulnerável diante de uma mudança repentina no sistema financeiro internacional. Por exemplo, Steinberger (2014) alega que tanto as reservas cambiais quanto as taxas de câmbio praticamente fixas chinesas são mantidas segundo interesses de políticos provenientes das províncias das costas chinesas para facilitar a exportação de mercadorias.

Por outro lado, ainda não há condições políticas para a China transformar o RMB em moeda internacional por meio da imposição de seu uso no sistema financeiro e monetário internacional. Nem o dólar, como se tentou explicar no capítulo anterior, se internacionalizou dessa forma. A mundialização será “resultado de um processo não planejado de competição entre as moedas, [o qual é] dirigido por uma evolução espontânea de preferências no lado da demanda do mercado” (COHEN, 2012, p. 3). A moeda precisa ter “qualidades inerentes” que atraia investidores, comerciantes e outros agentes interessados. Para superar a influência do dólar nas relações monetárias e financeiras

¹¹¹ Ver Momani (2016).

internacionais, a China precisa transformar o RMB em uma moeda líquida e confiável e de ampla utilização nesse sistema¹¹².

A mundialização do RMB, ou de qualquer outra moeda, não depende somente dessas “qualidades inerentes” descritas acima, como analisado o exemplo do dólar. Para tanto, há dois pontos a serem resolvidos pelos chineses nessa questão: a inércia do dólar e o controle dos EUA, e de outros membros do núcleo orgânico, como Inglaterra e Japão¹¹³ do sistema financeiro e monetário internacional. O RMB precisa superar os efeitos da inércia do uso corrente do dólar no sistema mundial contemporâneo. E isso envolve a geopolítica chinesa não só na região asiática, o que colocará à prova a questão de visão de mundo dos formuladores geopolíticos chineses. Como visto anteriormente, o NBD e o ACR dos BRICS, futuramente, serão plataformas de mundialização do RMB por meio dos bancos regionais deles. E sua inserção nas cadeias globais de valor, internacionalizando suas empresas e bancos por meio de megaprojetos em infraestrutura como, por exemplo, o Cinturão Econômico da Rota da Seda terrestre que ligará a China à Europa (CINTRA; PINTO, 2015). E a Rota da Seda marítima que poderá interligar todos os continentes. Ademais, Pequim está remodelando os arranjos monetários e o mercado de moedas global. Da mesma maneira, a insistência de alocar a sede do NBD em Xangai faz parte de um projeto para transformar esta cidade em um importante centro financeiro que tem no horizonte a internacionalização do renminbi (RMB) (人民币) em uma moeda internacional. Os chineses¹¹⁴ consideram o ACR um desdobramento da rede de *swaps* cambiais realizadas por seu Banco Central com outros Estados, mas feita ainda em moedas conversíveis em dólar.

A China também precisa decidir qual será sua reação em relação ao controle do sistema financeiro e monetário internacional pelos EUA, e por outros membros do núcleo orgânico, Inglaterra e Japão. Há três possibilidades

¹¹² Eichengreen (2010) e Cohen (2012) se assemelham nas propostas para essa mundialização.

¹¹³ Ver Helleiner (1994) e Gill (1990) sobre a reestruturação do sistema financeiro e monetário internacional nos anos 1970 e 1980.

¹¹⁴ “Com reservas muito superiores aos parceiros, a China evidentemente se vê no mecanismo como provedora, indicando, conseqüentemente, preocupação com essa e outras dimensões do mecanismo ligadas à capacidade de repagamento dos países que eventualmente o acionem” (COZENDEY, 2015, p.134).

de atuação de Pequim: manter o atual sistema financeiro e se adaptar; contribuir para reformar ou romper e formular novos arranjos (HELLEINER; KIRSHNER, 2014). Quando o dólar passou a sofrer maior concorrência do marco, do iene e do euro, Cohen (2014) argumenta que as relações monetárias internacionais se adaptaram para acomodar esses Estados. Por outro lado, a China é uma incógnita, segundo ele. Helleiner e Monami (2014), por outro lado, afirmam que os chineses acenam para a manutenção das regras desse sistema. Segundo os autores, os chineses resolveram seus problemas com o FMI e com o Banco Mundial em 1980 e, desde então, contribuem para manter suas regras nesse sistema. Já para Chin (2014) e Kirshner (2014) haverá uma provável reforma do sistema financeiro internacional. O primeiro alega que o renminbi representa uma alternativa monetária para compor as reservas cambiais dos Estados nesse sistema.

Para Kirshner (2014), aos poucos, a China apresenta sinais de que deixará de aceitar o atual *status quo* da ordem monetária internacional e buscará reformá-lo sem deixar de formar seus próprios arranjos financeiros e monetários regionais. Cohen (2014) alega que, ao mesmo tempo, os chineses sinalizam com ações que apontam no caminho da adaptação, da reforma e da subversão da ordem monetária internacional vigente. Eles estão experimentando o melhor caminho a seguir; parece que estão “sentindo as pedras para atravessar o rio¹¹⁵”. Mas por enquanto, a rivalidade com o dólar permanece na arena regional. Em “qualquer cenário, o denominador comum é que o resultado será determinado mais pela política do que pela economia, tanto os “otimistas” quanto os “pessimistas” [da mundialização] do RMB explicitamente reconhecem” (HELLEINER; KIRSHNER, 2014, p. 12).

A questão da moeda especificamente tem sido discutida entre os Estados dos BRICS muito esparsamente, apesar de um interesse deles nesta questão¹¹⁶. Talvez, por não haver consenso sobre isso, a questão seja muito pouco mencionada. É pouco clara ainda a posição desses Estados sobre essa

¹¹⁵ Tradução livre de 摸着石头过河. Um dos ditados utilizados por Deng Xiaoping (邓小平) para descrever os passos estratégicos da China para um progresso gradual.

¹¹⁶ De acordo com Niu (2013), “os BRICS também desejam uma reforma do sistema monetário internacional por meio da promoção de uma moeda alternativa ao dólar ou do status dos direitos especiais de saques. Do ponto de vista desses países, importantes aspectos desse sistema precisam ser revistos. Primeiro, a diversificação de moedas de reserva internacional precisa ser acelerada” (NIU, 2013, p. 224).

questão. Mas fica subentendida, diante das reivindicações de reforma do sistema financeiro e monetário internacional, a contrariedade ao padrão monetário internacional dominado pelo dólar.

Da mesma forma, implicitamente, quando há uma demanda por parte desses Estados de maior representatividade na governança global, necessariamente é sobre a unilateralidade dos EUA a quem eles se referem. E, como visto, nos capítulos anteriores, o poder estadunidense é diretamente proporcional à posição dominante do dólar na economia-mundo capitalista. Assim, mais cedo ou mais tarde, a questão da moeda virá à tona para os BRICS. Contudo, é preciso explicar que não basta simplesmente se sobressair na luta pela liquidez mundial para mudar a hierarquia interestatal como ocorria até os anos 1970 na economia-mundo capitalista. Diante das transformações do sistema monetário e financeiro nestes anos, tornou-se insuficiente apenas controlar o dinheiro para angariar influência e prestígio na política internacional.

E há um ponto que deve ser analisado que talvez seja futuramente motivo de discórdia entre seus membros. A internacionalização do (RMB). Não se pode negar que, se houver qualquer oportunidade, os chineses tentarão internacionalizar sua moeda para além da sua região de influência por meio dos canais financeiros, monetários e comerciais construídos pelos BRICS. Assim que consolidada a capilaridade proporcionada pelos bancos regionais dos Estados membros, junto dos empréstimos do NBD, a China terá uma grande oportunidade de sustentar uma moeda internacional. Por outro lado, os outros Estados membros dos BRICS não podem resolver seus problemas de desenvolvimento substituindo o dólar por outro problema da mesma natureza. E os chineses sabem disso. E é por isso que a China parece não ter o objetivo de transformar o RMB na *única* moeda internacional, pelo menos não demonstram isso. A internacionalização de uma moeda não confere a ela a obrigação de ser a única moeda padrão do sistema monetário e financeiro internacional.

Da mesma forma, mesmo que os chineses sejam mais incisivos no processo de internacionalização de sua moeda, é preciso explicar que a questão do uso de outra moeda diferente do dólar, ou até mesmo do euro, não é pauta importante entre os BRICS. A questão das moedas locais não tem avançado nas reuniões entre eles devido às limitações de aceitação global das

moedas desses Estados. Entre China e Rússia já há comércio por meio de moedas próprias, mas como o RMB e o rublo não são moedas internacionais, as possíveis reservas só poderão ser utilizadas entre eles em uma próxima transação comercial. Até mesmo entre os bancos de investimentos dos países dos BRICS o instrumento utilizado, quando não é o dólar, não é uma moeda comum de nenhum dos países membros. De acordo com Cozendeu,

Os bancos de investimentos optaram por outro instrumento, um acordo-marco, que terá de ser especificado bilateralmente, sobre a concessão de empréstimos na moeda local. [...], por exemplo, o BNDES daria um empréstimo em reais a um banco sul-africano, que reemprestaria a empresas sul-africanas que queiram investir no Brasil ou comprar produtos brasileiros (PIMENTEL, 2013, p.29).

De todo modo, não se nega a influência crescente na política internacional dos países dos BRICS por controlarem uma quantia significativa de moeda internacional, mas isso é insuficiente para mudar efetivamente o sistema financeiro e monetário internacional. Os EUA continuam a controlar exclusivamente a emissão da moeda internacional. Enquanto houver demanda, tanto dos bancos centrais quanto dos agentes do mercado por dólares e não houver outra moeda internacional “tão boa quanto o ouro”, os EUA manterão sua posição hierárquica no núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista. A expansão do núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista pode ocorrer, mas sem a perda de posição privilegiada dos estadunidenses. A manutenção do dólar como moeda de maior prestígio nas relações comerciais, nos fundos soberanos, nas reservas cambiais dos países dos BRICS etc., só reforça as vantagens políticas e econômicas deles.

A rivalidade no núcleo orgânico hierárquico pode se acirrar por causa do maior número de Estados potencialmente dispostos a reformar a governança global. Mas sem a substituição do dólar como moeda padrão do sistema monetário e financeiro internacional a governança global dificilmente não continuará sob a égide da Tríade. Na atual conjuntura, a mudança efetiva, sob a ótica monetária, de uma nova ordem internacional para o sistema interestatal capitalista necessariamente deve haver uma mudança no padrão monetário internacional. Ou o dólar deverá ser substituído, ou o dólar deverá perder poder relativo significativo por meio de um novo padrão monetário

internacional formado por uma cesta de moedas dos Estados do núcleo orgânico da economia-mundo capitalista.

4.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A atual conjuntura da economia-mundo capitalista apresenta o poder dos Estados centrais contestados e mais difusos. Dessa forma, outros Estados constroem alternativas para alterarem o sistema segundo seus interesses. Assim, argumentou-se neste capítulo que o NBD pode reciclar parte dos recursos acumulados dos superávits dos Estados dos BRICS e financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para Estados localizados na semiperiferia e na periferia da economia-mundo.

O intuito é redirecionar esses excedentes para outras regiões em detrimento dos atuais centros financeiros com rendimentos relativamente baixos. Assim, os Estados dos BRICS têm outras oportunidades de acesso a financiamento para seus projetos domésticos e estratégias geopolíticas regionais e/ou globais, defenderem-se contra a manipulação monetária e de problemas no balanço de pagamentos de curto prazo desses Estados. Da mesma forma, esses redirecionamentos diminuem o poder de barganha do FMI e do Banco Mundial em relação a esses Estados.

Portanto, nesse processo de proporcionar alternativas de financiamento de projetos geopolíticos regionais e globais para os Estados dos BRICS, o NBD pode ser catalisador de maior multilateralidade proporcionando maior prestígio e influência regional desses Estados. Entretanto, sob a perspectiva, a posição hierárquica dos EUA não será alterada se o dólar permanecer a moeda padrão do sistema monetário e financeiro internacional. Isso não implica retirar o status de moeda internacional do dólar, mas proporcionar também um impulso para outras moedas internacionais.

5 CONCLUSÃO

As nações não desejam o sucesso por terem razão, mas elas querem o sucesso para terem enfim razão.

(Albert Camus, 1956)

A disputa política não avança de conclusões lógicas em conclusões lógicas. A disputa política avança de decisão política em decisão política.

(Anwar Khan, 2017)

A tese que se conclui teve como objetivo principal analisar as mudanças propostas pelos BRICS à forma como a governança do sistema monetário e financeiro internacional vem sendo administrada pela Tríade, sobretudo pelos EUA. As atuais estruturas e formas de operação desses sistemas tornou-se um obstáculo à estratégia geopolítica (autonomia) e geoeconômica (desenvolvimento) desses Estados. Por outro lado, sem esta arquitetura, os EUA perdem vantagens políticas e vantagens econômicas no sistema interestatal capitalista. Não é o objetivo dos BRICS, por enquanto, apoiar uma moeda que substitua o dólar. A substituição completa do dólar como padrão monetário e financeiro internacional, se possível, poderia ser motivo para uma guerra hegemônica. De fato, no momento, uma disputa militar direta entre as potências não se encontra no horizonte, apesar das acirradas disputas geopolíticas entre a Tríade, Rússia e China. Se de fato ocorrer essa guerra, a definição da hierarquia no sistema interestatal capitalista será, assim como em outros episódios de disputa hegemônica, por meios militares, e não por diplomáticos ou pelo acaso. Ou seja, os BRICS tentam, por meio de outras alternativas, angariar oportunidades de mudança na hierarquia do sistema interestatal capitalista. Dentre estas, encontra-se o NBD.

Para tanto, a tese explicou de que forma têm sido definidas as hierarquias do sistema interestatal na economia-mundo capitalista. Esse sistema interestatal é condicionado pela dinâmica da produção e da reprodução do capital e das diversas visões de mundo de grupos sociais no poder de seus respectivos Estados. Nesse sistema, há conflitos de classe, conflitos étnicos, conflitos religiosos etc., que de uma forma ou de outra estão interligados. Dentre várias dessas tensões, há a rivalidade entre vários polos

de poder (Estado) e de acumulação de capital, cujo objetivo, de cada um, é preservar sua existência social em determinada ordem interestatal. Esses polos formam um núcleo orgânico de poder que constantemente define e redefine normas, regras, princípios e leis conforme seus interesses de preservarem sua existência social.

A formação de instituições internacionais para organizar e legitimar esses regimes visa preservar o monopólio das armas, da emissão da moeda internacional, da gestão política das finanças, da informação e da inovação tecnológica. Quando desponta uma nova potência concorrente em potencial, os Estados incumbentes mudam as regras e as instituições estabelecidas para assegurar o controle desse núcleo orgânico do sistema interestatal. Por outro lado, diante de determinada conjuntura, a rivalidade interestatal acirra-se e ocorrem tentativas de remodelar o sistema e suas institucionalizações conforme os mais variados interesses dos Estados e dos grupos sociais. Dessa forma, existe oportunidade de acontecerem mudanças, incrementais ou extremas, no sistema interestatal capitalista.

Assim, essa tese procurou mostrar que a hierarquia na política internacional também pode ser definida por outros meios para além do confronto armado. Apesar de a moeda definir essa hierarquia desde os primórdios da economia-mundo capitalista, uma moeda sem lastro definiu essa questão a partir dos anos 1970. Um dos objetivos da pesquisa, portanto, foi demonstrar que o dólar tem influência significativa na manutenção da hegemonia dos EUA nesse sistema. O dólar capacita os EUA a usufruir o poder monetário e o estadismo monetário sem paralelo com qualquer outro Estado. Dessa forma, os estadunidenses se beneficiam da senhoriagem, de vantagens macroeconômicas (autonomia e independência), da influência internacional e do poder geopolítico para ser hegemônico no núcleo orgânico do sistema interestatal capitalista.

Entretanto, os EUA precisaram transformar sua moeda doméstica em uma moeda internacional no pós-Segunda Guerra, e se adaptarem às transformações econômicas no sistema-mundo pós-anos 1970. Os EUA readaptaram suas estratégias de poder considerando essa nova oportunidade de influência no sistema interestatal. Eles aproveitaram para usufruir do tipo de poder baseado nas finanças globais em que o dólar e as finanças privadas se

firmaram como a aposta dos estadunidenses para se recuperarem da crise econômica e para manterem a hegemonia no sistema interestatal capitalista.

O dólar se transformou em uma moeda internacional no processo da expansão material e da ideológica estadunidense pós-1945. Em um primeiro momento, o Plano Marshall, a Guerra da Coreia e a União de Pagamentos Europeia (UPE) proporcionaram ao dólar a confiança para ser esta a moeda adquirida por agentes do mercado em transações comerciais e financeiras e por Estados para compor suas reservas cambiais após o retorno à livre conversibilidade no final da década de 1950. Em um segundo momento, o mercado de eurodólares tornou essa expansão financeiramente autossuficiente por meio da expansão global do capital das multinacionais e dos bancos privados estadunidenses.

Contudo, a síntese entre os custos da manutenção da hegemonia e excesso de capacidade e de produção da indústria manufatureira estadunidense corroeu o balanço de pagamentos dos EUA. Na verdade, houve um problema de fundo sistêmico. O regime fordista-keynesiano esgotara sua capacidade de produção e de reprodução do capital e promoveu uma inflexão na organização econômica, social e política na economia-mundo capitalista. A crise da economia dos EUA influenciou na legitimidade do dólar como moeda padrão no sistema monetário e financeiro internacional. Para tanto, eles agiram para assegurá-la como moeda internacional por meio da construção de consenso e por meio da coerção no sistema interestatal capitalista. A crise sistêmica já estabelecera uma *malaise* de final de ciclo histórico que tornou exequível a disseminação ideológica neoliberal de *desconstrução* do regime capitalista pós-1945. Da mesma forma, a predominância de soluções encontradas para essa crise, como o fim da regulação do capital e a abertura de mercados, promoveu transformações no sistema financeiro internacional que afetou a autonomia relativa dos Estados.

A mundialização financeira é a síntese dessas transformações. Essa estabeleceu a liberalização monetária e financeira das economias nacionais ao mesmo tempo em que operações de financiamento, antes reservadas a bancos, foram permitidas a qualquer tipo de investidor que teve acesso a diferentes funções financeiras e a mercados de câmbio, de crédito, de ações e das mais diversas obrigações. Desse processo, surgem novos instrumentos

financeiros para repartir os riscos das constantes flutuações de preços, da falta de liquidez e de pagamento dos Estados e das frequentes flutuações de taxas de juros e de câmbio. Nesse contexto de potencial instabilidade política e econômica, a necessidade de financiamento das dívidas soberanas permitiu a imposição de políticas de ajuste estrutural e de processo de desindustrialização de muitos Estados localizados na semiperiferia e na periferia da economia-mundo capitalista. Desse modo, antes de qualquer financiamento para solucionar seus problemas de balanços de pagamentos, havia a necessidade de recorrer a organismos internacionais, como o FMI, controladas pelos Estados do núcleo orgânico do sistema. As dívidas soberanas tornaram-se instrumentos significativos para dirimir a autonomia dos Estados nesse sistema.

Por outro lado, esse novo arranjo de poder para os EUA dependeu da manutenção do dólar como moeda internacional. Dessa forma, eles agiram ora por meio da coerção ora por meio da construção de consenso, isso é, exercendo hegemonia por meio da utilização de ideais neoliberais. No primeiro caso, ocorreu a pressão para que o sistema privado estadunidense reciclasse os petrodólares em detrimento do FMI. Da mesma maneira, o “choque Volcker”, em 1979, sujeitou os demais Estados à diplomacia do dólar forte, centralizou o sistema de crédito interbancário nos EUA e submeteu o sistema bancário internacional à influência da política monetária do FED. Houve, também, uma pressão por parte dos EUA para que europeus e japoneses sustentassem o dólar como moeda internacional, pois, caso contrário, os estadunidenses continuariam a desestabilizar os sistemas de comércio e monetário internacional. No segundo caso, a construção de consensos por meio da Comissão Trilateral diminuiu as tensões entre eles e os europeus e japoneses, e facilitou a concretização das desregulação financeira destes Estados e, especificamente, tornou exequível o Acordo do Plaza (1985), cujo objetivo era recuperar o setor manufatureiro estadunidense.

A retomada da hegemonia dos EUA resultou da visão estratégica da elite financeira e militar estadunidense de transformar instrumentos do novo sistema financeiro e monetário internacional em meios pelos quais exerceriam poder no sistema interestatal, isto é, construíam unilateralmente a dinâmica do sistema internacional. Neste processo de subjugação, o dólar consolidou-se

como a primeira moeda internacional sem lastro metálico a continuar proporcionando a seu Estado emissor os benefícios das vantagens econômicas e das vantagens políticas na economia-mundo capitalista; os EUA mantiveram sua autonomia relativa e sua influência sobre rivais e aliados nesse sistema. Desse modo, não só manteve a capacidade de exercício de estadismo monetário como envolveu o sistema interestatal com seu poder monetário. Em meio a crises, recessões e dívidas na economia-mundo capitalista, a década de 1990 foi de recuperação econômica para os EUA.

Entretanto, o *boom* econômico não favoreceu uma recuperação reestruturada e sustentada do setor de manufatura estadunidenses. A “nova economia” dos anos 1990 se desfez em uma “bolha” no início dos anos 2000. O paradoxo desta questão é que nas próprias tentativas de consolidar sua hegemonia no núcleo orgânico interestatal mostrou-se na essência que os EUA, na verdade, postergam sua crise econômica estrutural desde os anos 1970. E, novamente, o dólar voltou a ser contestado, mas sem ainda perder sua capacidade inigualável de proporcionar poder monetário aos estadunidenses.

A crise financeira de 2007-2008 proporcionou perda de legitimidade política e econômica aos EUA no sistema interestatal. Por outro lado, essa crise estimulou a formação de novas alianças geopolíticas e novas relações de cooperação entre Estados localizados na semiperiferia e na periferia da economia-mundo contrários ao modelo de organização econômica estadunidense. Esses Estados propõem, em maior ou menor grau, outros modelos de desenvolvimento e procuram mudar a configuração hierárquica interestatal, com uma aposta no multilateralismo. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) criado pelos BRICS é uma das alternativas que surgiram como possibilidades de reordenamento hierárquico nesse sistema, começando pelo elo da moeda e das finanças.

Nesse processo, o NBD proporciona alternativas de acesso a financiamento para a acumulação autônoma de capital e de defesa contra a manipulação monetária e financeira por parte dos Estados do núcleo orgânico desse sistema, em particular os EUA. Da mesma forma, o NBD reforça as demandas para reformar o sistema financeiro e monetário internacional, o que pode alterar a capacidade de exercício do poder monetário estadunidense e

suas conseqüentes vantagens políticas e econômicas. Assim, haveria uma mudança qualitativa na hierarquia desse núcleo orgânico. A possível substituição, ou perda de importância, do dólar diminuiria a autonomia relativa dos EUA e contribuiria para mudanças na configuração hegemônica da economia-mundo capitalista, configurando um potente arremate contra o imperialismo estadunidense.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização do BRICS. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 79-114.

AGARWAL, Manmohan. **The Contingent Reserve Arrangement and the International Monetary System**. New Delhi, 2014. Disponível em: <<http://www.icsin.org/uploads/2015/04/12/2ead896b5e52456a098bbd2d0b25774b.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **A Violência da Moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AMIN, Samir. **Los Desafíos de la Mundialización**. Delegación Coyoacán, México, DF: Siglo Veintiuno, 1997.

AMORIM, Celso. A Integração Sul-Americana. In: CARDIM, Carlos. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, DF: DEP, 2009. p.5-26.

_____. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

_____. **Breves Narrativas Diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

ANDREWS, David. **International Monetary Power**. New York: Cornell University Press, 2006.

ANDERSON, Perry. **Nas trilhas do Materialismo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARMIJO, Leslie Elliott. The BRICs Countries (Brazil, Russia, India, and China) as Analytical Category: mirage or insight? **Asian Perspective**, Portland, v. 31, n. 4, p.7-42, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e a origem do nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto, Editora UNESP, 2003.

_____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2008

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BAN, Cornel; BLYTH, Mark. The BRICs and the Washington Consensus: an introduction. **Review Of International Political Economy**, London, v. 20, n. 2, p.241-245, 2013

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A Desordem Mundial: o espectro da total dominação.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 88, p.179-184, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0179.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

BAUMANN, Renato. Os Novos Bancos de Desenvolvimento: independência coletiva ou parcerias estratégicas? **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, DF, n. 43, p.39-46, fev. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6052/1/Radar_n43_novosbancos.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança Global e Ciclos de Expansão. In: FIORI, José Luís. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza In: **Os Antecedentes da Tormenta: origens da crise global.** São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

BERGSTEN, C. Fred. **Currency Wars, the Economy of the United States and Reform of The International Monetary System.** [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.iie.com/publications/papers/bergsten201305.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BHATTACHARYA, Amar; ROMANI, Mattia; STERN, Nicholas. **Infrastructure for development: meeting the challenge.** London, 2012. Disponível em: <<http://www.ccepc.ac.uk/Publications/Policy/docs/PP-infrastructure-for-development-meeting-the-challenge.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BIJIAN, Zheng. **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004**. Beijing, 2005. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

BOND, Patrick. **Frustrated global governance reform, subimperial geopolitical-economy and BRICS banking: a view from South Africa**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.womin.org.za/images/regional-and-global-perspectives/brics/Patrick Bond - HSRC-BRICS and Governance Reform 2013.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

BOROSSAGE, Roberto; HEUVEL, Katrina Vanden. A Hora do Pesadelo. **Samuel**, São Paulo, n. 1, p.9-11, jan. 2012.

BRAGA, José C. S. Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.195-242.

BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA, ÁFRICA DO SUL – BRICS. **IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: o jogo das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

BRICS. **VI Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza>. Acesso em: 01 dez. 2014.

CAMUS, Albert. **Texto inédito de Albert Camus, distribuído por sua filha Catherine Camus**. [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://blogdoalok.blogspot.com.br/2017/05/texto-inedito-de-albert-camus.html>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge; Malde: Polity, 2009.

CARMO, Corival Alves do. BRICS: de estratégia do mercado financeiro à construção de uma estratégia de política internacional. **Carta Internacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.3-15, jul./dez. 2011.

CARR, Edward. H.. **Vinte Anos de Crise (1919-1939)**: uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CARVALHO, Ernani. Krasner e os Regimes Internacionais. In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al (Org.). **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. Cap. 9. p. 208-224.

CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. In: VILLA, Rafael et al (Org.). **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. Cap. 5. p. 92-116.

CHANDRASEKHAR, C. P. **Banking with a Difference**. New Dheli, 2014. Disponível em: <http://www.networkideas.org/news/aug2014/Banking_Difference.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Bad Samaritans**: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism. New York: Bloomsbury Press, 2010.

CHENOY, Anuradha; JOSHI, Anuradha. India: from technical cooperation to trade and investment. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (Ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. Cap. 4. p. 93-119.

CHENOY, Anuradha et al. Looking Across BRICS: an emerging international development agenda?. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha. **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. Cap. 8. p. 207-242.

CHESNAIS, François. A Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica. In: _____. (Org.). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. Cap. 8. p. 249-294.

_____. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p. 35-68.

_____. A Proeminência da Finança no Seio do "Capital em Geral", o Capital Fictício e o Movimento Contemporâneo de Mundialização do Capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010. Cap. 2. p. 95-182.

CHIN, Gregory. China's Rising Monetary Power. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money: power and politics in China's international monetary relations**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014. p. 139-159.

CHUN, Kwang Ho. **The BRICs Superpower Challenge: Foreign and Security Policy Analysis**. Burlington: Ashgate, 2013.

CINTRA, Marcos A. M.; PINTO, Eduardo C. **China em Transformação: transição e estratégia de desenvolvimento**. [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i2-747eed6f64c3ffa3269c4f9f4853f03a.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

COELHO, Jaime. **Economia, Poder e Influência: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. Reformando as Instituições Financeiras Multilaterais (passado e presente): Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; GOMES, Keiti da Rocha (Org.). **As Transformações no Sistema Financeiro Internacional**. Brasília, DF: Ipea, 2012a. Cap. 16. p. 605-648.

COHEN, Benjamin. J. Balance-of-Payments Financing: Evolution of a Regime. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, p.457-478, Mar. 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706529>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

_____. **In Whose Interest?: International Banking and American Foreign Policy**. New Haven; London: Yale University Press, 1986.

_____. **The Geography of Money**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1998.

_____. The Geopolitics of Currencies and the Future of the International System. **Global And International Studies**, Santa Barbara, p.1-24, 11 July 2003. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/5pc0p3rc>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

_____. Macrofoundation of Monetary Power. **Global And International Studies**, Uc Santa Barbara, p.41-74, 3 Jan. 2005. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/3357/?sequence=1>. Acesso em: 4 ago. 2010.

_____. **International Political Economy: an intellectual history**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2008.

_____. **Currency and State Power**. Santa Barbara, 2009. Disponível em: <www.polsci.ucsb.edu/faculty/cohen>. Acesso em: 4 ago. 2010.

_____. Toward a Leaderless Currency World. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Future of the Dollar**. New York: Cornell University Press, 2009a.

_____. The Transatlantic Divided: why are American and British IPE so different?. In: COHEN, Benjamin J. (Ed.). **International Political Economy: theoretical perspectives**. London; New York: Routledge, 2011. Cap. 9. p. 259-281.

_____. **The Yuan's Long March**. Santa Barbara, 2012. Disponível em: <http://www.polsci.ucsb.edu/faculty/cohen/working/pdfs/Yuans_Long_March_rev_1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

_____. China Question: can its rise be accommodated?. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money: power and politics in China's international monetary relations**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014. p.23-39.

_____. **Currency Power: understanding monetary rivalry**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2015.

COHEN, Stephen S.; DELONG, J. Bradford. **The End of Influence: what happens when other countries have the money**. New York: Basic Books, 2010.

COOPER, Andrew F; FLEMES, Daniel. Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review. **Third World Quarterly**, London, v. 34, n. 6, p.943-962, 2013.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 11, p.137-150, dez. 1998.

COX, Robert W.. The Executive Head: An Essay on Leadership in International Organization. **International Organization**, Massachusetts, v. 23, n. 2, p.205-230, Apr. 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706024>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

_____. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert. **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204-254.

_____. **Production, Power, And World Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press, 1987.

_____. **The Political Economy of a Plural World: critical reflections on power, morals and civilizations**. New York: Routledge, 2002.

_____. The Point is not just to explain the World but to Change it. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). **The Oxford Handbook of**

International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2008. Cap. 4. p. 84-93.

_____. The "British School" in the Global Context. In: COHEN, Benjamin J. (Ed.). **International Political Economy.** London; New York: Routledge, 2011. Cap. 13. p. 353-368.

COX, Robert W; JACOBSON, Harold K.. Decision Making. In: COX, Robert W.. **Approaches to World Order.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Cap. 17. p. 349-375.

COZENDEY, Carlos Márcio. BRIC a BRICS em um mundo em transição. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional.** Brasília: Funag, 2012. p. 107-115.

_____. Visão ou Miragem?: Novo Banco de Desenvolvimento e Arranjo Contingente de Reservas no horizonte dos BRICS. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos.** Brasília: Funag, 2015. p. 115-137.

CUNHA, André Moreira. Iniciativa de Chiang Mai: integração financeira e monetária no Pacífico Asiático. **Revista de Economia Contemporânea,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p.211-245, jan./jun. 2004.

_____. **A Economia Política do "Milagre Chinês".** Porto Alegre, 2008
Disponível em:
<<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091508220-.pdf>>.
Acesso em: 1 mar. 2016.

CUNHA, André M.; BIANCARELI, André M.; PRATES, Daniela M.. A Diplomacia do Yuan Fraco. **Revista de Economia Contemporânea,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.525-562, set. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rec/v11n3/06.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do acrônimo de mercado à concertação político-diplomática. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: estudos e documentos.** Brasília: FUNAG, 2015. p.55-76.

DANNS, Donna E.; DANNS, George K.. Challenging the Dominance of the World Bank and the IMF: The Role of the BRICS Countries and Their New Development Bank in Latin American and the Caribbean. **Journal Of Business & Economic Policy,** New York; Dhaka, v. 2, n. 3, p.125-134, July 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOBSON, Alan P.; MARSH, Steve. **US Foreign Policy Since 1945.** New York: Routledge, 2007.

DONNELLY, Jack. **Realism and International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DOWBOR, Ladislau. O Poder corporativo dos intermediários financeiros. **Le Monde Diplomatique Brasil**: Dossiê Quem Manda no Mundo, São Paulo, ano 2 , p.24-27, jul/ago. 2012.

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista**: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DUMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

DUSSEL, Enrique. **A Produção Teórica de Marx**: um comentário aos *Grundrisse*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **The Renminbi as an International Currency**. Santa Bárbara, 2010. Disponível em: <http://eml.berkeley.edu/~eichengr/renminbi_international_1-2011.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

_____. **Privilégio Exorbitante**: a ascensão e queda do dólar e o futuro do Sistema Monetário Internacional. Rio Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. **Banking on the BRICS**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/barry-eichengreen-is-bullish-on-the-group-s-new-development-bank--but-not-on-its-contingent-reserve-arrangement>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARHI, Maryse; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 29, n. 3, p.274-294, jul./set. 2009.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. Centro, Periferia e Dependência: a crise do fordismo lá e cá. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p.237-263, 1997.

FIELDS, David; VERNENGO, Matías. Hegemonic currencies during the crisis: The dollar versus the euro in a Cartalist perspective. **Review Of International Political Economy**, London, n. 1, p.1-20, 2012.

FIORI, José Luís. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moeda**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 49-83.

_____. **Sobre o Poder Global**. [S.l.], 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a05n73.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

_____. **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O Poder Global: e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI. In: FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008. Cap. 1. p. 11-70.

_____. O Brasil e seu “Entorno Estratégico” na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Flacso, 2013. p. 31-52.

_____. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FLÔRES JR, Renato G. BRICS: abordagens a um processo dinâmico. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. p. 139-154.

FONSECA, Pedro C. D.. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

FRANK, Andre Gunder. **ReOrient: global economy in the Asian age**. Berkeley: University of California Press, 1998.

GALLAGHER, Kevin P. **Obama abandons allies on China’s Marshall Plan: The United States is looking increasingly left behind as it defies its closest allies in Asia**. [S.I.], 2015. Disponível em: <<https://www.theglobalist.com/obama-abandons-allies-on-chinas-marshall-plan/>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GAVIN, Francis J.. **Gold, Dollars, and Power: the politics of international monetary relations, 1958-1971**. Chapel Hill; London: The University Of North Carolina Press, 2004.

GHOSAL, Surajit. The Rationale and Need of New Financial Institutions: a China-Led Brics initiative. **Asian Journal of Multidisciplinary Studies**, Maharashtra, v. 4, n. 5, p.121-130, Apr. 2016. Disponível em: <<http://www.ajms.co.in/sites/ajms2015/index.php/ajms/article/view/1809>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GILL, Stephen; LAW, David. **The Global Political Economy: perspectives, problems, and policies**. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1988.

_____. **American Hgemony and the Trilateral Commission**. New York: Cambridge University Press, 1990.

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia Global e o Poder Estrutural do Capital. In: GILL, Stephen. **Gramsci, Materialismo Histórico e as Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2007. p. 157-197.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 1983.

_____. **Global Political Economy**: understanding the international economic order. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2001.

_____. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília, DF: Editora Unb, 2002.

_____. Three Models of the Future. In: COHEN, Benjamin J. (Ed.). **International Political Economy**: theoretical perspectives. London; New York: Routledge, 2011. Cap. 3. p. 42-68.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**: uma proposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **South-South Financial Cooperation**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.stephanygj.net/papers/SOUTHSOUTHFINANCIALCOOPERATION2012.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

_____. **A BRICS Development Bank**: a dream coming true?. New York, Mar. 2014. p. 01-18. (UNCTAD Discussions Paper, 215). Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/osgdp20141_en.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GRININ, Leonid E.; ILYIN, Ilya V.; ANDREEV, Alexey I. World Order in the Past, Present, and Future. **Social Evolution & History**, [S.l.], v. 15, n. 1, p.58-84, Mar. 2016. Disponível em: <<http://cyberleninka.ru/article/n/world-order-in-the-past-present-and-future>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GROBBELAAR, Neuma. South Africa: security and stability in development cooperation. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha. **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. Cap. 6. p. 139-167.

GU, Jing et al. Introduction: international development, South-South Cooperation and the rising powers. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (Ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros nas Eras dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUPTA, Sourabh; ROY, Ashok K.. BRICS at the Gate: modern international monetary system in conditions of balanced uncertainty. **Journal of Emerging Knowledge on Emerging Markets**, Kennesaw, v. 3, p.325-341, Nov. 2011.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance**: from Bretton Woods to the 1990s. Ithaca; London: Cornell University Press, 1994.

_____. Political Determinants of International Currencies: what future for the US dollar? **Review of International Political Economy**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 354-378, Aug. 2008.

_____. The Geopolitics of Sovereign Wealth Funds: an introduction. **Geopolitics**, London, v. 14, n. 2, p.300-304, 2009.

_____. Dollarization Diplomacy: US policy towards Latin America coming full circle?. **Review of International Political Economy**, London, v. 10, n. 3, p.406-426, Dec. 2010.

_____. **The Status Quo Crisis**: global financial governance after the 2008 financial meltdown. Oxford; New York: Oxford University Press, 2014.

HELLEINER, Eric; MOMANI, Bessma. The Hidden History of China and the IMF. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money**: power and politics in China's international monetary relations. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014. p. 40-57.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. The Politics of China's International Monetary Relations. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money**: power and politics in China's international monetary relations. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014. p. 8-22.

HENNING, C. Randall. **Currencies and Politics in the United States, Germany, and Japan**. Washington, DC: Institute For International Economics, 1994.

HEYDARIAN, Richard Javad. **The BRICS Bank**: multipolarity or Beijing consensus?. Doha, 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/07/brics-bank-beijing-consensus-201472183428811634.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Em Defesa da História**. [S.l.], 2005. Disponível em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/index.php/en/colecao-principios-edicoes-1-a-1000>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-64.

IKENBERRY, G. John. Introduction: power, order, and change in world politics. In: IKENBERRY, G. John (Ed.). **Power, Order, and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 1-16.

_____. The Logic of Order: Westphalia, liberalism, and the evolution of international order in the modern era. In: IKENBERRY, G. John (Ed.). **Power, Order, and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Cap. 3. p. 83-106.

KATZENSTEIN, Peter J. International Relations and Domestic Structures: foreign economic policies of advanced industrial states. In: COHEN, Benjamin J. (Ed.). **International Political Economy: theoretical perspectives**. London; New York: Routledge, 2011. Cap. 4. p. 71-116.

KENNAN, George F.. **Around the Cragged Hill: a personal and political philosophy**. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

KEOHANE, Robert O. The Demand for International Regimes. In: KRASNER, Stephen D. (Ed.). **International Regimes**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1983. Cap. 6. p. 141-171.

_____. Theory of World Politics: structural realism and beyond. In: KEOHANE, Robert O. (Ed.). **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986. Cap. 7. p. 158-203.

_____. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Oxford: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Transnational Relations and World Politics: an introduction. In: COHEN, Benjamin J. (Ed.). **International Political Economy: theoretical perspectives**. London; New York: Routledge, 2011. Cap. 2. p. 21-41.

KHAN, Anwar. **EUA vs Irã: guerra de maçãs podres vs laranjas podres**. [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://blogdoalok.blogspot.com.br/2017/02/eua-vs-ira-guerra-de-macas-podres-vs.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

KINDLEBERGER, C. P. **The World in Depression: 1919 – 1939**. Berkeley: University of California Press, 1986.

KIRSHNER, Jonathan. **Currency and Coercion: the political economy of international monetary power**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. The Study of Money. **World Politics**, Cambridge, v. 52, n. 3, p.407-436, Apr. 2000. Disponível em: <www.jstor.org/stable/25054119>. Acesso em: 11 mar. 2012.

_____. Money is Politics. **Review Of International Political Economy**, [S.l.] , p.645-660, Nov. 2003. Disponível em: <www.tandf.co.uk>. Acesso em: 18 fev. 2012.

_____. Currency and Coercion in the Twenty-First Century. **EUI Working Papers**, San Domenico Di Fiosole, p.1-16, 2005.

_____. **Appeasing Bankers: financial caution on the road to war**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2007.

_____. Regional Hegemony and na Emerging RMB Zone. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money: power and politics in China's international monetary relations**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014. p. 160-179.

_____. **American Power after the Financial Crisis**. London; Ithaca: Cornell University Press, 2014a.

KISSINGER, Henry. **O Mundo Restaurado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOTZ, David M. **The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2015.

KRASNER, Stephen D. State Power and the Structure of International Trade. In: KRASNER, Stephen D. (Ed.). **International Regimes**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1983. Cap. 1. p. 1-21.

LAKE, David. The State and International Relations. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. Cap. 2 . p. 42-61.

LARIONOVA, Marina; RAKHMANGULOV, Mark; BERENSON, Marc P. Russia: a re-emerging donor. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha

(Ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 63-92.

LENIHAN, Ashley Thomas. Sovereign Wealth Funds and the Acquisition of Power. **New Political Economy**, London, v. 19, n. 2, p.227-257, Apr. 2013.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a pax britânica e o mundo do século XIX**. São Paulo: Vozes, 2005.

LÉVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LEW, Jacob J. **Treasury Secretary Jacob J. Lew on Final Passage of the Omnibus Spending Bill**. New York, 2015. Disponível em: <<https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/jl0312.aspx>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil e Polos Emergentes do Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: BAUMANN, Renato. **O Brasil e os Demais BRICS**. Brasília, DF: Cepal, Escritório no Brasil/IPEA, 2010. p. 155-179.

LUMUMBA-KASONGO, Tukumbi. Brazil, Russia, India, China, and South Africa (BRICS) and Africa: new projected developmental paradigms. **Africa Development**, Dakar v. xl, n. 3, p.77-95, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MASTANDUNO, Michael. Order and Change in World Politics: the financial crisis and the breakdown of the US–China grand bargain. In: IKENBERRY, G. John (Ed.). **Power, Order, and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Cap. 6. p. 162-191.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 110-151.

MELLO, Alex Fiuza de. **Capitalismo e Mundialização em Marx**. São Paulo; Belém: Perspectiva; Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente -- Sectam, 2000. (Debates, 279).

MELLO, João Manuel Cardoso de. A Contra-Revolução Liberal-Conservadora e a Tradição Crítica Latino-Estadunidense: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Org.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 15-24.

MILAN, Marcelo. A Crise Financeira e a Hegemonia do Dólar. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.133-148, jan. 2012.

_____. A Crise Financeira dos EUA: causas, consequências e desdobramentos teóricos. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 33, p.103-145, out. 2012. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=235>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MOMANI, Bessma. **GCC Oil Exporters and the Future of the Dollar Forthcoming in New Political Economy**. Waterloo, 2015. Disponível em: <http://www.arts.uwaterloo.ca/~bmomani/Documents/NPE_GCC_Oil_Exporters.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes; FIGUEIRA, Mauro Sérgio. O Banco dos BRICS e os Cenários de Recomposição da Ordem Internacional. **Boletim Meridiano 47**, Dourados, v. 15, n. 142, p.54-62, mar./abr. 2014.

MORGENTHAU, Hans J.. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília, DF: Editora da Unb, 2003.

MOURA, Gerson; KRAMER, Paulo; WROBEL, Paulo. Os Caminhos (Difíceis) da Autonomia: as relações Brasil-EUA. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.35-52, 1985.

MULLER, Ana Elisa Saggiore Garcia. **Emergindo de Onde e para Onde?: "países emergentes" e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2012n7p4>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MWASE, Nkunde; YANG, Yongzheng. **BRICs' Philosophies for Development Financing and Their Implications for LICs**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=25770.0>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Os Arquitetos da Política Externa Norte-Americana**. São Paulo: Educ, 2010.

NIU, Haibin. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.197-229, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a07v35n1.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

_____. China's International Responsibility Examined. **Contemporary International Relations**, [S.l.] ,v. 17, n. 4, p. 81-93, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo F. de; GERALDELLO, Camila S. Clássicos da Política: ontologia do realismo e do liberalismo. In: NEVES, André L. V. (Org.). **Teoria das Relações Internacionais**: as questões mundiais em debate. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 1. p. 23-71.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

PEET, Richard. **Unholy Trinity**: the IMF, World Bank and WTO. London; New York: Zed Books, 2009.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Debatendo o BRICS**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

_____. (Org.). **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Globalização e Integração Financeira e Tecnológica entre os Países Emergentes: o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, p.283-292, 2015.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**: the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press, 2001.

_____. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

POP, Adrian. **A New Bretton Woods?**: reflections on emerging countries' impact on the multipolar distribution of power. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_11723.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RUGGIE, John Gerard. International Regimes, Transactions, and Change: embedded liberalism in the postwar economic order. In: KRASNER, Stephen D. **International Regimes**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1983. p. 195-231.

SACHS, Jeffrey D. **China's New Global Leadership**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-global-leadership-by-jeffrey-d-sachs-2014-11?barrier=accessreg>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

SARAIVA, Maria Gomes. Robert O. Keohane: interdependência complexa, regimes internacionais, instituições e ideias na política internacional. In:

MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al (Org.). **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2010. Cap. 10. p. 225-248.

SARDENBERG, Ronaldo M. Hans J. Morgenthau: Política entre as Nações. In. MORGENTHAU, Hans J. **Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003.

SERRANO, Franklin. A Economia Americana, o Padrão Dólar Flexível e a Expansão Mundial dos Anos 2000 In: FIORI, José. L.; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Ascensão e Queda do Império Americano**. São Paulo: Mandacaru, 2001.

STEIL, Benn; LITAN, Robert E.. **Financial Statecraft: the role of financial markets in American foreign policy**. New Haven; London: Yale University Press, 2006.

STEINBERG, David. A. Why Has China Accumulated such Large Foreign Reserves? In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (Ed.). **The Great Wall of Money: power and politics in China's international monetary relations**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2014. p. 58-77.

STERN, Nicolas; STIGLITZ, Joseph. **An International Development Bank for Fostering South-South Investment: promoting the new industrial revolution, managing risk and rebalancing global savings**. New York; London, Sept. 2011.

STIGLITZ, Joseph E. **Asia's multilateralism**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-aiib-us-opposition-by-joseph-e--stiglitz-2015-04?barrier=accessreg>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

STRANGE, Susan. The Politics of International Currencies. **World Politics**, Ithaca, v. 23, n. 2, p. 215-231, Jan. 1971. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2009676?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. **States and Markets**. London; New York: Pinter, 1994.

_____. **Casino Capitalism**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

_____. International Economics and International Relations: a case of mutual neglect. In: COHEN, Benjamin J. (Ed.). **International Political Economy**. London; New York: Routledge, 2011. Cap. 1. p. 9-20.

STRUCTURAL ADJUSTMENT PARTICIPATORY REVIEW INTERNATIONAL NETWORK – SAPRIN. **The Policy Roots of Economic Crisis and Poverty: a multi-country participatory assessment of structural adjustment**. New York, 2002. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/pt/553081468326959937/pdf/647580WP0v200B0PUBLIC00Policy0roots.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2014.

STUENKEL, Oliver. **The Post-Western Order**. [S.I.] 2017. Disponível em: <<http://www.ips-journal.eu/regions/asia/article/show/the-post-western-order-1870/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SUSKIND, Ron. **Faith, Certainty and the Presidency of George W. Bush**. New York, 2004. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2004/10/17/magazine/faith-certainty-and-the-presidency-of-george-w-bush.html?_r=0>. Acesso em: 1 out. 2016.

SUYAMA, Bianca et al. Brazil as a Development Partner Under Lula and Rousseff: shifts and continuities. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (Ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. Cap. 2. p. 25-62.

TAVARES, Maria C. A Retomada da Hegemonia Americana. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27-54.

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-Escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 55-86.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 111-138.

TEIXEIRA, Aloísio. "O Império Contra-Ataca": notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 15, p.1-13, dez. 2000.

TESCHKE, Benno. **The Myth of 1648: class, geopolitics and the making of modern international relations**. London; New York: Verso, 2003.

_____. Marxism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. Cap. 9. p.163-.187.

TILIO NETO, Petronio de. Liberalismo. In: NEVES, André Luiz Varella (Org.). **Teoria das Relações Internacionais: questões mundiais em debate**. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 3. p. 115-166.

VAN VOORHOUT, Jill Coster; WETZLING, Dr. Thorsten. **The BRICS Development Bank: a partner for the post-2015 agenda?**. Haia, 2013. Disponível em: <http://thehagueinstituteforglobaljustice.org/cp/uploads/publications/policy-brief-7-BRICS_1391003524.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C.. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.

VIZENTINI, Paulo F. **A Guerra Fria: o desfaio socialista à ordem americana.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** 3. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

_____. **As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira).** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. **O Caótico Século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

VISENTINI, Paulo F. et al. **BRICS: as potências emergentes.** São Paulo: Vozes, 2013.

VISENTINI, Paulo F.; CEPIK, Marco Aurélio; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **G3 – Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul.** Curitiba: Juruá, 2010.

VOLGY, Thomas J. et al. Major Power Status in International Politics. In: _____. (Ed.). **Major Powers and the Quest for Status in International Politics: global and regional perspectives.** New York: Palgrave Macmillan, 2011. Cap. 1. p. 1-26.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno I: a agricultura e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Afrontamento, 1990. 1 v.

_____. **Geopolitics and Geoculture: essays on the changing world-system.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **O Sistema Mundial Moderno II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750.** Lisboa: Afrontamento, 1996. 2 v.

_____. **El Moderno Sistema Mundial: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850.** Madrid: Siglo Veinteuno, 1998. 3 v.

_____. **The Essential Wallerstein.** New York: The New Press, 2000.

_____. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. **O Universalismo Europeu: a retórica do poder.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **The Modern World-System IV: centrism liberalism triumphant, 1789-1914.** Berkeley; London: University of California Press, 2011. 4 v.

_____. A Análise dos Sistemas-Mundo como Movimento do Saber. In: VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Org.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na análise dos Sistemas-Mundo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Cap. 1. p. 17-28.

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics.** Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.

_____. Reflections on Theory of International Politics: a response to my critics. In: KEOHANE, Robert O. (Ed.). **Neorealism and Its Critics.** New York: Columbia University Press, 1986. Cap. 11. p. 322-346.

_____. **O Homen, o Estado e a Guerra: uma análise teórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WIHTOL, Robert. **Whither Multilateral Development Finance?** Tokio, 2014. (ADB Working Paper Series). Disponível em: <<https://think-asia.org/handle/11540/1253>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

WOHLFORTH, William C. Realism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). **The Oxford Handbook of International Relations.** Oxford: Oxford University Press, 2008. Cap. 7. p.131-149.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

XINHUA. **China e EUA Podem Evitar as Armadilhas de Tucídides e Kindleberger.** [S.l.] 2017. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2017-03/21/c_136145082.htm>. Acesso em: 21 mar. 2017.

ZUKUS, Jason. **Globalization with Chinese Characteristics: a new international standard?** Washington, DC, 2017. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/05/globalization-with-chinese-characteristics-a-new-international-standard/>>. Acesso em: 9 maio 2017.